



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**JOSÉ CLEUDON DE OLIVEIRA NETO**

**OPERÁRIOS TÊXTEIS EM FORTALEZA: CONDIÇÕES DE VIDA E  
TUBERCULOSE (1930 – 1958)**

**FORTALEZA**

**2024**

JOSÉ CLEUDON DE OLIVEIRA NETO

OPERÁRIOS TÊXTEIS EM FORTALEZA: CONDIÇÕES DE VIDA E TUBERCULOSE  
(1930 – 1958)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- N385o Neto, José Cleudon de Oliveira.  
Operários Têxteis em Fortaleza : Condições de Vida e Tuberculose (1930 - 1958) / José Cleudon de Oliveira Neto. – 2024.  
111 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.
1. Operários têxteis. 2. Condições de vida. 3. Tuberculose. 4. Fortaleza. I. Título.

CDD 900

---

JOSÉ CLEUDON DE OLIVEIRA NETO

OPERÁRIOS TÊXTEIS EM FORTALEZA: CONDIÇÕES DE VIDA E TUBERCULOSE  
(1930 – 1958)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: 24/01/2024

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Karine Martins Garcia  
Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT – CE)

---

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

À minha avó, Beatriz Pessoas Chaves (*in memoriam*), por ter me ensinado a gostar das memórias e das histórias.

À minha família, especialmente minha tia Rita de Cássia, minha mãe Valdilene Sousa, minha irmã Ana Rute e minha prima Isabelle Chaves, pelo incentivo durante todos os anos de graduação e mestrado.

Ao meu orientador, Frederico de Castro Neves, pela suavidade durante meu trajeto no mestrado e escrita da dissertação. Agradeço por ter aceitado me orientar e pelas conversas tranquilas sobre a pesquisa.

À banca de qualificação e defesa, composta pelos professores Tyrone Apollo Pontes Cândido e Ana Karine Martins Garcia, por terem aceitado o convite nas duas ocasiões e pelas indicações valiosas durante as discussões sobre a pesquisa.

À professora e amiga, Zilda Maria Menezes Lima, pela companhia desde o período da graduação, pelas orientações, conversas, correções e o veemente incentivo durante todo o meu trajeto acadêmico, me fazendo, cada vez mais, acreditar que sou um bom pesquisador.

Aos amigos Thiago, Arielle, Rodrigo, Hillary, Isadora e Débora por compartilharem dos meus “dramas acadêmicos”, por estarem comigo quando tudo ficou mais difícil e por continuarem acreditando que tudo iria dar certo.

À FUNCAP, pelo financiamento da pesquisa.

“Amou daquela vez como se fosse a última  
Beijou sua mulher como se fosse a última  
E cada filho seu como se fosse o único  
E atravessou a rua com seu passo tímido

Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima

Sentou pra descansar como se fosse sábado  
Comeu feijão com arroz como se fosse um  
príncipe  
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago  
Dançou e gargalhou como se ouvisse música

E tropeçou no céu como se fosse um bêbado  
E flutuou no ar como se fosse um pássaro  
E se acabou no chão feito um pacote flácido  
Agonizou no meio do passeio público  
Morreu na contramão, atrapalhando o tráfego”  
(Chico Buarque, 1971).

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as condições de trabalho e vida da classe operária têxtil de Fortaleza, e como essas circunstâncias corroboravam para o adoecimento por tuberculose entre esses operários. Nesse sentido, elencamos três aspectos fundamentais para o estudo, sendo eles: 1. as condições de (in)salubridade das fábricas têxteis da capital, observando questões que vão desde a carga horária desses operários até aspectos de higiene do ambiente de trabalho, 2. As condições de alimentação da família operária têxtil: como e quando comiam e o que comiam os têxteis em Fortaleza? Qual a relação dessa (má) alimentação com a tuberculose? e 3. As condições de habitação desses trabalhadores: onde moravam os operários têxteis? Como eram suas casas e porque favoreciam o acometimento pela tísica? Buscamos assim, verificar como esses aspectos foram essenciais para o adoecimento e morte de inúmeros trabalhadores fortalezenses, vítimas da exploração pelos patrões, da fome e da tuberculose. O recorte temporal da pesquisa tem início em 1930, ano marcado por inúmeras rupturas políticas e institucionais, mas no caso de Fortaleza ocorre também um aumento nos casos de tuberculose e a consolidação da indústria têxtil. A periodização da pesquisa termina em 1958, quando a indústria têxtil da cidade se encontrava em grave crise, acarretando na demissão de inúmeros operários, afetando a tríade de elementos que julgamos essenciais no adoecimento por tuberculose entre esse grupo.

**Palavras-chave:** Operários têxteis; condições de vida; tuberculose; Fortaleza.

## ABSTRACT

The present research aims to analyze the working and living conditions of the textile working class in Fortaleza, and how these circumstances contributed to tuberculosis among these workers. In this sense, we list three fundamental aspects for the study, namely: 1. the (un)healthy conditions of the capital's textile factories, observing issues ranging from the working hours of these workers to hygiene aspects of the work environment, 2. The eating conditions of the textile working family: how and when did they eat and what did the textile workers eat in Fortaleza? What is the relationship between this (poor) diet and tuberculosis? and 3. The housing conditions of these workers: where did the textile workers live? What were their homes like and why did they encourage people to suffer from consumption? We therefore seek to verify how these aspects were essential for the illness and death of countless workers in Fortaleza, victims of exploitation by employers, hunger and tuberculosis. The time frame of the research begins in 1930, a year marked by numerous political and institutional ruptures, but in the case of Fortaleza there was also an increase in tuberculosis cases and the consolidation of the textile industry. The periodization of the research ends in 1958, when the city's textile industry was in a serious crisis, resulting in the dismissal of countless workers, affecting the triad of elements that we consider essential in tuberculosis illness among this group.

**Keywords:** Textile workers; life conditions; tuberculosis; Fortaleza.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fábrica de Tecidos “Baturité”	51
Figura 2 – Tipo de habitação operária dos arrabaldes de Fortaleza	85
Figura 3 – Localização das Vilas São José e Diogo em 1945	91
Figura 4 – Vila Diogo 2023	93
Figura 5 – Planta baixa das casas da vila São José	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alguns dados sobre o obituário de Fortaleza, de 1930 – 1940	27
Tabela 2 – Operários da fábrica “São José”	27-28
Tabela 3 – Operários da fábrica “Pompeu”	28
Tabela 4 – Distribuição de óbitos por idade, em %	31
Tabela 5 – A família operária	60-61
Tabela 6 – Ração alimentar	61
Tabela 7 – Essencial mínimo	61
Tabela 8 – Comparativo de preços de gêneros alimentícios	73-74

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CAPÍTULO I – TRABALHO E TUBERCULOSE: AMBIENTE FABRIL E COTIDIANO NA FÁBRICA TÊXTIL.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Breves considerações sobre a “construção” da tuberculose como doença social.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 O discurso médico sobre a tuberculose e industrialização em Fortaleza.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 A imprensa entra no ambiente fabril: o papel d’O Legionário e os inquéritos.....</b>	<b>38</b>
<b>2.4 A imprensa e os operários têxteis falam sobre a tuberculose: O Democrata.....</b>	<b>46</b>
<b>3 CAPÍTULO II – ALIMENTAÇÃO DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE FORTALEZA</b>	
<b>3.1 Descrição da alimentação e relação com a tuberculose.....</b>	<b>56</b>
<b>3.2 Operários têxteis, (má) alimentação e tuberculose.....</b>	<b>67</b>
<b>4 CAPÍTULO III – “CASAS ASSASSINAS”.....</b>	<b>80</b>
<b>4.1 Considerações breves sobre as habitações e a tuberculose em Fortaleza.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2 Panorama geral sobre as habitações e a tuberculose, em Fortaleza, a partir do discurso médico-intelectual.....</b>	<b>80</b>
<b>4.3 O discurso operário sobre a moradia; vilas operárias: formas de controle e disciplinarização.....</b>	<b>88</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“[...] Suas olheiras é que eu amava, aquele par de  
(violetas murchas,  
Como dois semicírculos da morte procurando fechar...  
Eu venerava seu olhar de fogo, depois que a  
(tísica a consumia.”  
(Florival Seraine).<sup>1</sup>*

A pesquisa, apresentada aqui, teve início ainda na graduação, quando tive contato com a área da História da Saúde e das Doenças, a partir do grupo de pesquisa de mesmo nome, ligado ao curso de História da Universidade Estadual do Ceará e coordenado pela professora Zilda Maria Menezes Lima. Em nossas leituras quinzenais, tivemos a oportunidade de conhecer diversos autores da área, como Dilene Raimundo do Nascimento. No entanto, foi o texto de Ângela Pôrto, sobre a Tuberculose (2004), que nos instigou a dar o pontapé inicial na ideia de estudar e pesquisar a tuberculose em Fortaleza, tentando demonstrar a sua relação com os trabalhadores.

Resultando em uma monografia<sup>2</sup> – trabalho de conclusão exigido no curso –, a pesquisa revelou, de maneira ainda inconsistente, o caráter da relação entre a tuberculose e os trabalhadores, dentre os quais, os têxteis. Durante a constituição da monografia, uma pergunta pairou em minha mente durante certo tempo: quem eram esses trabalhadores? E, a partir desse questionamento, diversos outros. Alguns foram respondidos. Muitas outras informações sobre os têxteis, no entanto, continuavam sendo um mistério para mim.

O que eu não imaginava, talvez pela imaturidade intelectual e acadêmica da época, era que, além de responder aos questionamentos que nos levaram a pesquisar o tema, a pesquisa iria me apresentar novas perguntas. Em certo momento, me vi como em uma cena de filme, na qual a personagem está diante de alguns caminhos, e precisa decidir qual deles seguir. Como historiador, fui obrigado a fazer recortes e a optar por aspectos teóricos-metodológicos que iria utilizar. Assim como uma personagem, escolhi meu caminho.

Se, antes, a pesquisa era configurada dentro do campo que se convencionou chamar de História Cultural, hoje, tenho outra consciência sobre a análise feita. A pesquisa realizada é um claro exemplo de História Social do Trabalho, na medida em que buscamos analisar a vida dos operários têxteis de Fortaleza. Se, antes, a doença era o objeto de pesquisa, e a partir dele

---

<sup>1</sup> Poema da Tuberculosa. **Libertador**. 13 de março de 1932. NUM 32, P. 4. São Benedito, Ceará.

<sup>2</sup> NETO, José Cleudon de Oliveira. Saúde Pública, tuberculose e trabalhadores têxteis em Fortaleza (1933-1950). Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidade, Graduação em História. Fortaleza, 2019.

buscávamos a sua relação com trabalhadores, hoje, procuramos a tuberculose nas condições de vida e de trabalho dos operários têxteis. Apesar disso, não deixamos de lado autores que são comumente colocados dentro de uma ou outra categoria.

Nem sempre vista como “doença social”, a tuberculose é uma moléstia que tem datação bastante antiga na história da humanidade. Pesquisas relacionadas à arqueologia e a paleopatologia, indicam a presença da tuberculose no que é considerado, atualmente, o continente americano, desde a era pré-colombiana (GURGEL, 2010).

Hipócrates, considerado o pai da Medicina por muitos, foi um dos primeiros a escrever sobre a doença, que, devido às suas características, chamou-a de tísica (BERTOLLI FILHO, 2001). Coube ao grego desmistificar a ideia da tísica como um castigo divino; segundo Hipócrates, a doença era natural e passada de tísico para tísico. Desmistificou-se uma ideia e criou-se outra: a hereditariedade da doença, crença que só foi abandonada gradualmente, a partir da descoberta do agente causador, em 1882.

A tísica, ou “peste branca”, é uma doença infectocontagiosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium tuberculosis* ou *Bacilo de Koch* (BK). A bactéria pode infectar vários órgãos, como pulmão, pleura, ossos, sistema nervoso, linfonodos, intestinos e sistema geniturinário. Na presente pesquisa, porém, percebemos uma incidência maior da tuberculose pulmonar.

Febre vespertina, sudorese noturna, emagrecimento, cansaço e fadiga são alguns dos sintomas mais comuns causados pela infecção do bacilo de Koch. A forma pulmonar é a que mais preocupa a saúde pública nos dias de hoje, segundo o Ministério da Saúde (2020), visto que é a principal responsável pela manutenção da cadeia de transmissão. Os avanços científicos que proporcionaram um combate mais eficaz foram tardios, tendo surgido ao longo do século XX. Hoje, a tuberculose é facilmente diagnosticada e tem cura, mas ainda é responsável pela morte de milhões de pessoas, especialmente aqueles que ainda não têm acesso a boas condições sanitárias e a conhecimentos sobre a doença.

A transmissão da tuberculose é direta, ou seja, ocorre de pessoa a pessoa. Portanto, a aglomeração de pessoas é o principal fator de transmissão. A pessoa com tuberculose expele, ao falar, espirrar ou tossir, pequenas gotas de saliva que contêm o agente infeccioso, o qual é aspirado por outra pessoa. A ocorrência de desnutrição, diabetes, tabagismo, uso de drogas e queda da imunidade são fatores de risco para que a microbactéria se multiplique e desenvolva a infecção.

A partir disso, sabe-se que a tuberculose incide, de maneira mais eficaz, em grupos que estão sujeitos a aglomerações, principalmente em locais insalubres, como as fábricas têxteis

do século XX. Partimos, então, para aprofundar nossas análises sobre a incidência da tísica nos operários têxteis de Fortaleza – classe fundamental nos processos de modernização e de crescimento da industrialização, pelos quais passava o país nos anos de 1940 e 1950. Procurar entender a relação tuberculose-trabalhadores na cidade de Fortaleza, a partir das suas condições de vida, tornou-se a reflexão fundamental que motivou o estudo e a construção desta pesquisa.

Já no final do século XIX, a tuberculose passou por uma ressignificação, quando começou a ser entendida como doença social (GONÇALVES, 2000). A urbanização crescente e a (má) formação das cidades, consequência da industrialização e do advento do sistema capitalista, são fundamentais para entendermos essa mudança de concepção em relação à tísica.

Importando as consequências da Revolução Industrial de maneira tardia, o país viu suas cidades mais populosas passarem por processos parecidos com outras cidades do mundo, característicos da industrialização. O imaginário romântico sobre a tuberculose foi se modificando à medida que a doença era relacionada cada vez mais com pessoas em situação de pobreza<sup>3</sup>.

Segundo Engels (2010, p. 69), em estudo sobre a classe operária na Inglaterra do século XIX:

Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, por que a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte. A isso chamam os operários ingleses de assassinato social e acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente. Estarão errados?

Os impactos causados pelas diversas formas de exploração da classe operária foram fator causador para doenças de todos os tipos. O amontoado de operários presentes nos centros urbanos, nas fábricas e dentro das próprias habitações são condições centrais para a ocorrência da tuberculose que, sendo uma moléstia que ganha força em aglomerações, atacou de forma intensa esses trabalhadores. Ainda sobre a classe operária inglesa, Engels se remete aos trabalhadores de fábricas têxteis:

Alguns tipos de trabalho fabril têm consequências particularmente nocivas. Na maioria das fiações de algodão e linho, especialmente nas seções onde a matéria é cardada e penteada, o ar é carregado de poeira filamentosa que produz afecções pulmonares – alguns organismos podem suportar essa atmosfera, outros não. Mas o operário não tem escolha: é obrigado a aceitar trabalho onde exista, quer seus pulmões estejam bem ou não. Os efeitos mais comuns da inspiração dessa poeira são os escarros de sangue, a respiração ofegante e sibilante, dores no peito, tosse, insônia,

---

<sup>3</sup> PÔRTO, Â. Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, p. 43–49, set. 2007.

todos os sintomas da asma e, nos piores casos, a tuberculose pulmonar. (ENGELS, 2010, p. 199).

Dentro desse contexto, se constroem as novas concepções sobre a tuberculose. Anteriormente, vista por intelectuais como “romântica”, a tísica passou a ser indissociável da classe operária, majoritariamente pobre e explorada. Aglomerações nos grandes centros urbanos, de forma desordenada e insalubre, salários que não correspondiam ao ideal e impossibilitavam uma alimentação saudável, péssimas condições fabris às quais os operários estavam expostos, são fatores que surgem nesse período e que ajudam a criar a imagem de “doença social” ligada à pobreza.

Entendemos que a classe operária era um dos grupos mais atingidos pela tuberculose em diversos níveis e locais do mundo. A historiografia brasileira trata essa teoria de maneira mais consistente em outros estados do país. Nas análises a seguir, o setor têxtil apresenta-se como destaque em Fortaleza, visto que era a área que detinha uma maior quantidade de operários, assim como características específicas da indústria têxtil, que corroboram com o adoecimento pela tísica.

No que se refere ao discurso sobre os corpos sadios e a relação com trabalhadores e tuberculose na cidade de Fortaleza, é ao final do século XIX que poderemos observar as primeiras análises dessa relação. O industrial Thomaz Pompeu, em um grande estudo publicado na revista da Academia Cearense, intitulado “*Importancia da vida humana como factor da riqueza. O desenvolvimento da população de Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta*” (POMPEU, 1896), já demonstrava suas preocupações com o corpo saudável dos trabalhadores para se fazer crescer e funcionar o Estado.

Pompeu (1896) levantou questões sobre urbanização e remodelação de Fortaleza, a qual começava a passar por um processo semelhante ao das grandes cidades. Ao falar da tuberculose – única doença citada em todo o artigo – o autor faz relação com questões ligadas aos ares e à higienização, que começavam a ganhar destaque naquela época. Apesar de não destacar os operários têxteis<sup>4</sup>, explicitamente, em seus estudos, e sim outras categorias de trabalhadores, é perspicaz notar que, em 1896, já se percebiam as relações entre os trabalhadores e a tuberculose na cidade de Fortaleza, expostas aqui.

Um dos empreendimentos de grande importância para a indústria têxtil cearense foi o da família Pompeu. A “Fábrica de Fiação e Tecidos Cearenses” é datada de 1882 e passou a funcionar concretamente no ano de 1883, sendo, assim, a primeira fábrica têxtil do Ceará,

---

<sup>4</sup> Possivelmente não destaca operários têxteis, pois na época da escrita do documento não existia uma indústria desenvolvida na área que carecesse de preocupação. Apenas a fábrica “Progresso” ligada à sua família.

localizada na cidade de Fortaleza (ARAGÃO, 2002), formada em sociedade por Thomaz Pompeu Filho, seu irmão Antônio Pompeu e seu cunhado Antônio Pinto Nogueira Acioli.

A instalação da fábrica é considerada, portanto, o início da industrialização cearense, sendo fruto do ciclo do algodão e das experiências de produção em grandes quantidades de algodão em certos períodos. De família intelectual, Thomaz Pompeu esteve ligado a Academia Cearense de Letras e, em sua passagem por lá, escreveu a respeito da fundação de “oficinas” de tecidos e sobre questões de higiene e insalubridade em sua fábrica:

Com a fundação de fabricas de tecidos, meias, cortume, cigarros, sabão, vinho de caju, fundição, etc. o numero de operários mais que decuplicou nesses 12 últimos annos. O pessoal dessas fabricas é superior a 1,500 pessoas. O serviço doméstico conta 4 a 5,000 pessoas. As pequenas industrias de rendas, bordados, costura, tricôs, engommados, nunca menos de 8 a 10,000. Geralmente essas industrias são exercidas em commodos acanhados, sem as condições hygienicas precisas. Quando proprietário e director da Fabrica de tecidos de algodão cearense, tive frequentes occasiões de observar os effeitos da atmosphaera saturada de poeira de algodão e os do serviço a sombra sobre creanças e mulheres. Dentro de alguns mezes aquellas e estes adquiriam uma côr macilenta, característica, a despeito da grande tolerância em permittir-se-lhes recreios na chácara da fabrica, ao ar livre, duas, tres e mais vezes durante o dia, e por muitos minutos de cada vez. Acredito, porém, não ser tanto o regimen fabril e a vida sedentária a causa principal das moléstias ordinarias nos operários. Raramente, a não ser em períodos epidêmicos de sarampão, bexiga do.uda, febres palustres, influenzas, os meus operários faltavão ao serviço por molestias. A influencia da vida confinada em aglomerações de 200 e mais pessoas, embora a grande área dos edificios, como acontecia na minha fabrica, deveria ser nociva á saúde, mas a apreciação de causa para effeito escapa as mais das vezes ao observador. (POMPEU, 1896, p. 60).

Apesar de Pompeu perceber o ambiente, muitas vezes, insalubre ao qual estavam expostos os trabalhadores de sua fábrica têxtil, ele relata não acreditar que o regime fabril seja o grande responsável por adoecê-los. A “Fábrica de Fiação e Tecidos Cearenses” foi uma das mais duradouras da história da indústria têxtil do Ceará. Aragão (1989) aponta que no ano de 1931 a fábrica de tecidos foi incorporada a outro empreendimento têxtil fundado por Thomaz Pompeu em 1899, a fábrica de redes “Progresso”.

Num estudo realizado pelos médicos Lineu Jucá<sup>5</sup> e Octávio Lobo, sobre a ação da tuberculose em Fortaleza no ano de 1942<sup>6</sup>, foram apresentados dados sobre a fábrica “Pompeu”<sup>7</sup>. Segundo os dados expostos por eles, foram encontrados 10 operários com lesões extensas e discretas relativas à tuberculose.

Na pesquisa exibida por Jucá e Lobo, na revista *Ceará Médico*, é interessante que percebamos que, para os médicos, a classe chamada de “operários” eram os trabalhadores fabris

<sup>5</sup> Lineu Jucá era médico tisiologista na cidade de Fortaleza. Fazia parte do grupo de membros da Academia Cearense de Medicina e publicou diversas pesquisas na revista *Ceará Médico*.

<sup>6</sup> LOBO, Octávio; JUCÁ, Lineu. Tuberculose em Fortaleza. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 1-11, mar. 1942

<sup>7</sup> Ao citar a fábrica “Pompeu”, os médicos referiam-se à fábrica têxtil “Progresso”, pertencente ao grupo Pompeu.



ligados ao setor têxtil e, em menor escala, do fumo. Na pesquisa, fazem questão de dividir o levantamento em “algumas classes profissionais”, dentre elas bancários, manipuladores de gêneros alimentícios e, por fim, os operários, estes últimos referenciando apenas os trabalhadores fabris.

Outro grande intelectual cearense que tratou de escrever sobre os males que a tuberculose estava causando em Fortaleza foi Guilherme Studart. No tocante ao tema da pesquisa aqui proposta, Studart participou de Conferência no Centro Artístico Cearense – uma organização de trabalhadores – no dia 8 de fevereiro de 1921, com a palestra intitulada “*Alguns problemas em torno da tuberculose e o operariado*”<sup>8</sup>. Além disso, Studart também proferiu palestras sobre o alcoolismo entre os operários e a influência do uso da bebida alcoólica no adoecimento por tuberculose.

Diversas leituras nos ajudaram a entender de maneira melhor a situação da classe operária têxtil, mas gostaria de ressaltar as pesquisas de Maria Alice Rosa Ribeiro (1988) sobre “Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 – 1930)”, de Elizabeth Fiúza Aragão (1989) sobre “A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880 – 1950”, de Francisco Alexandre Gomes (2012) em “Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991)”, assim como a tese “Em busca dos direitos: lutas e resistências do operariado têxtil cearense (anos 1940-1960)”, de Jormana Pereira Araújo (2018).

Se, antes, o acesso a fontes – ou até mesmo não estar ciente da existência delas – nos impossibilitou de responder questionamentos, hoje, temos a possibilidade de investigar um material riquíssimo sobre o assunto: os jornais. Dois periódicos se destacam em nosso texto, sendo eles o *Legionário* e *O Democrata*. Tais jornais nos permitiram ter um acesso maior às condições de vida e de trabalho dos operários têxteis. Os periódicos destacavam, especialmente, a luta por salários dignos e por melhores condições de vida para a classe operária de Fortaleza. Essas fontes permitem que utilizemos metodologias diferentes para as análises desses cotidianos representados nelas. Poderemos comparar os discursos sobre o tema, tanto entre os médicos quanto entre os próprios operários.

*O Democrata* se tornou fundamental para darmos prosseguimento à pesquisa. A partir dele, pudemos aprofundar os aspectos que constituem a relação da tuberculose com os trabalhadores têxteis, já que, desde suas edições mais antigas, observamos denúncias sobre a

---

<sup>8</sup> Infelizmente, não obtivemos acesso a tal documento, mas o título, e para quem o discurso foi feito, torna clara a intenção do autor.

incidência da tuberculose no grupo referido. Circulando na capital cearense de março de 1946 até outubro de 1958, o periódico comunista teve dois diretores em seu período de atuação – Stélio Lopes Mendonça e Aníbal Bonavides – e serviu como vitrine para os militantes do PCB. Através do jornal, além de defenderem seus ideais, tomavam partido sobre a situação da classe operária do Ceará. Na edição de 30 de julho de seu primeiro ano de circulação (1946), observamos, em matéria de capa, a chamada “Existe uma fábrica de tecidos em Sobral que é um celeiro de tuberculosos”<sup>9</sup>. Em um momento mais adiante, a matéria intitulada “Miseravelmente explorados os operários da Fábrica Cotonifício da cidade de Aracati” revelou que “por causa de toda esta exploração, surgem tuberculosos na fábrica quase sempre. Numerosos são os pré-tuberculosos, vítimas do excesso de trabalho e da alimentação precaríssima.” (O DEMOCRATA, 12 de dez. de 1946).

Já no *Legionário*, podemos contar com os interessantes inquéritos aos estabelecimentos industriais, realizados nos anos de 1933 e 1934, período de funcionamento do jornal. De caráter integralista, católico e conservador, vemos o apelo do jornal ao operário cearense para se juntar à luta contra o comunismo e o capitalismo. A fim de conquistar o operário cearense para suas instituições, os integralistas buscaram, através do jornal, dar voz aos trabalhadores.

Através dos periódicos, buscamos compreender o cotidiano dos operários dentro e fora das fábricas têxteis de Fortaleza. Apresentando discursos aparentemente iguais sobre os problemas enfrentados pelos operários, porém vindos de ideologias, tempos e com soluções diferentes, os periódicos acima carecem de um trabalho metodológico assertivo em suas análises. Nesse sentido, tomamos como base dois trabalhos que fornecem um horizonte metodológico para se trabalhar com esse tipo de documento, são eles: *Fontes Históricas* de Carla Bassanezi Pinsky (org.), que contém o importante texto de Tânia de Luca, *História por meio dos periódicos*, e *Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica*, de Letícia Sabina Wermeier Krilow.

Durante toda a primeira metade do século XX, a tísica agiu de maneira endêmica na cidade de Fortaleza, alguns anos matando mais, em outros, menos, mas sempre com uma taxa elevada de mortes, sendo uma das doenças que mais matava nesse período (BARBOSA, 2007). Corroboram essa visão Jucá e Lobo (1942, p. 3), ao afirmarem que “a capital cearense não foge à regra de uma tuberculização, quase em massa, em virtude da alta incidência de

---

<sup>9</sup> EXISTE uma fábrica de tecidos em Sobral.... **O Democrata**, Fortaleza, n. 116, 30 jul. 1946. Capa. Nesta matéria, o jornal denunciava a carga horária exaustiva que a operária denominada de “A. P.” precisava cumprir, para ganhar um mísero salário e tentar sobreviver. A fábrica que era “um celeiro de tuberculosos” era a “Dr. José Saboia”.

tuberculose – doença, em ambiente de precárias condições de higiene geral, de baixo padrão econômico, e, sobretudo, pela deficiência de seu aparelhamento anti-tuberculoso”.<sup>10</sup>

Entretanto, pensamos a doença na capital cearense a partir da década de 1930, particularmente a partir do ano de 1933, visto que uma série de modificações políticas ocorrem no Brasil e, conseqüentemente, no estado do Ceará, quando se inicia uma organização, pública e também privada, no sentido de combater e controlar a tuberculose. É o caso da construção do Sanatório de Messejana, voltado para os doentes da peste branca. A indústria têxtil de Fortaleza também alcança sua consolidação no período acima, tendo um grande número de operários ativos nas fábricas.

Partindo da concepção trabalhista da época, devemos pensar a industrialização e os operários de Fortaleza de uma maneira mais particular, levando em consideração as características diferentes dos processos de industrialização e conseqüente formação dos operários na região cearense. Observando Aragão (1989, p. 13-14), em suas análises sobre a formação da indústria têxtil em Fortaleza, vemos com mais propriedade:

É preciso, ao propor uma história do Ceará, levantar a questão de saber se [...] os tempos históricos são homogêneos em toda a extensão do Brasil. Cremos que não o são [...]. Com efeito, trabalhando com a compreensão de que o desenvolvimento das relações sociais no Brasil não é uniforme, mas desigual fica patente que todas as “regiões” do país não evoluíram com a mesma velocidade e o mesmo dinamismo. [...] O Ceará agropecuário e algodoeiro certamente apresenta especificidades próprias diferentes, vamos dizer, do grande São Paulo industrializado.

Sendo assim, para o estudo da relação da tuberculose e os operários têxteis na cidade de Fortaleza, e na temporalidade específica, é preciso ponderar duas coisas: a industrialização da cidade e a classe operária. Algumas análises de Edgar Salvadori de Decca são fundamentais para compreendermos o processo de industrialização e a fábrica. Entendemos que tal processo exige uma disciplinarização do espaço que ocupa, bem como das pessoas envolvidas nesse movimento. Nesse sentido, acreditamos que o processo de industrialização em Fortaleza, bem como a inserção de pessoas no espaço fabril, transformou o cotidiano da cidade, em especial por métodos repressivos e coercitivos, como mostra Decca (1983).

O destaque industrial de Fortaleza, no período em estudo, é referido pelo setor têxtil, sendo que algumas fábricas foram protagonistas nessa empreitada industrial da capital cearense. Na década de 1950, são encontradas as seguintes fábricas têxteis em funcionamento: fábrica

---

<sup>10</sup> As características de propagação da tísica citadas pelos médicos, eram as que faziam parte do cotidiano dos operários têxteis: “condições precárias de higiene”, em casa e no trabalho, além de “baixo padrão econômico”, que aqui podemos traduzir como “salários insuficientes para sobreviver”, que garantiam o regime de má alimentação e fome ao qual estavam submetidos esses trabalhadores.

Santa Elisa, fábrica Santa Tereza (Aracati), fábrica Sobral (Sobral), Usina Gurgel (ou Usina Ceará, ou também Siqueira Gurgel), Fiação Santa Maria, fábrica Baturité, fábrica Maranguape (Maranguape), a fábrica de Tecidos São José, fábrica Santa Cecília, Ceará Industrial e fábrica Progresso. Todas, com exceção da Santa Cecília, são fundadas antes da década de 1930 (ARAGÃO, 2002).

Pensar o local de trabalho desses operários, ou seja, as fábricas, é saber que:

É neste espaço que a dominação do capital sobre o trabalho se desenvolve e adquire concreitude, por meio da qual suas artimanhas e mecanismos se explicitam na imposição de uma nova divisão do trabalho, na desqualificação do trabalho, na determinação do salário, e na duração do tempo de trabalho. Por sua vez, é neste espaço que o trabalhador cria suas formas de resistência e insubordinação aos ditames do capital. (RIBEIRO, 1988, p. 16).

Temos, portanto, um conjunto de fábricas têxteis, localizadas na cidade de Fortaleza, que produziam diversos tipos de tecidos em suas instalações. Para Aragão (1989), este foi um período de consolidação e estagnação da indústria têxtil cearense em sua vasta produção. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1948, existiam cerca de 125 estabelecimentos ligados ao setor têxtil no Ceará no ano de 1940, empregando 2.633 operários ao todo, em sua maioria, estabelecidos na capital do estado.<sup>11</sup> Fora de Fortaleza, apenas a fábrica Maranguape e a fábrica Sobral dependiam de um contingente maior de operários.

Em meio à consolidação do setor têxtil e ao crescente número de operários nas fábricas, é preciso observar o ambiente fabril em que estava inserido esse operário, para que possamos analisar as questões relacionadas com a sua saúde e como a insalubridade da fábrica acarretava uma maior facilidade de propagação da tísica.

As péssimas condições no ambiente de trabalho favoreciam largamente a expansão da moléstia. Muitas são, também, as reclamações de trabalhadores sobre os ambientes insalubres dos locais em que trabalhavam. Podemos observar, em documentos do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, reclamações sobre a falta de água potável no ambiente de trabalho ainda no ano de 1956. Em sessão ordinária, dirigida pelo então presidente do sindicato, Raimundo Lopes Gondim, “o companheiro Carlos Aberto falou sobre a inexistência de água potável na Fábrica Ceará Industrial”.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Anuário Estatístico do Brasil. Principais classes de indústria, segundo as unidades da federação. p. 120. 1948. Ainda segundo o Anuário, no ano de 1946, o Ceará estaria empregando cerca de 3100 operários nas fábricas de fiação e tecelagem.

<sup>12</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS (SINDTÊXTIL/CE). Ata da Sessão Ordinária realizada em 13/05/1956. Livro de ata de 1953. 1953.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, fundado em 04 de abril de 1933, teve grande importância na organização da luta dos operários têxteis no que se refere, também, a melhores condições de trabalho e de vida. Após a reclamação do operário Carlos Alberto, o sindicato expediu, em sessão ordinária, na figura do então presidente Raimundo Lopes Gondim: “ao Sr. Delegado Regional do trabalho, ofícios número [...] cinquenta e um solicitando um funcionário daquela repartição para examinar as condições de higiene da Fábrica Ceará Industrial”<sup>13</sup>.

Além disso, o Sindicato estava preocupado com a saúde dos operários têxteis desde a sua fundação. É possível ver, documentados, livros de registros de assistência médica e de medicamentos, que eram disponibilizados para os seus associados<sup>14</sup>. Em 1948, por exemplo, vemos a solicitação de medicamentos para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: “expediente: copia de um ofício, datado de dez do corrente mês de dezembro, dirigido ao Exmº Sr. Dr. Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, requisitando medicamentos para o sindicato”<sup>15</sup>.

Sobre medicamentos, é interessantíssima a relação do Sindtêxtil com o Serviço de Distribuição de Estreptomicina (SDE). A Estreptomicina consiste num medicamento antibacteriano usado para o combate da tuberculose. Descoberto em 1943, foi o primeiro agente efetivo no tratamento da tísica. Aparentemente, o Ceará possuía um serviço de distribuição de tal medicamento, e podemos observar a relação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza com o SDE, indicada por “um telegrama do Sr. Nilson Silveira Lima, do chefe do S.D.E datado de 6 de abril comunicando haver assumido a chefia do Serviço de Distribuição de Estreptomicina”.<sup>16</sup>

Baseados em uma breve pesquisa com essa documentação, temos ideias em relação à proliferação da tuberculose entre os operários têxteis de Fortaleza, sabendo que eram associados ao Sindicato, trabalhadores de quase todas – senão todas – as fábricas em funcionamento à época<sup>17</sup>. Muito possivelmente, era a partir do serviço de distribuição de medicamentos e assistência médica, que existia no sindicato, que esses medicamentos chegavam aos tuberculosos. Portanto, nosso objetivo é entender a associação da tuberculose

<sup>13</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS (SINDTÊXTIL/CE). Ata da Sessão Ordinária realizada em 10/06/1956. **Livro de ata de 1953**. 1953.

<sup>14</sup> O Sindtêxtil disponibilizava também de um médico dentista.

<sup>15</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS (SINDTÊXTIL/CE). Ata da Sessão Extraordinária realizada em 19/12/1948. **Livro de ata de 1948**. 1948.

<sup>16</sup> SINDTÊXTIL/CE. Ata da Sessão Ordinária realizada em 24/04/1949. **Livro de ata de 1949**. 1949.

<sup>17</sup> A partir da vasta documentação localizada no Sindtêxtil, como relatórios, frequências, etc., sabemos que existiam sindicalizados das diversas fábricas têxteis da capital cearense.

com esses trabalhadores. Quais fatores ocasionavam uma maior incidência da doença entre os operários têxteis? Quais as condições de trabalho a qual estavam submetidos nas fábricas têxteis?

Para além das questões ligadas à insalubridade das fábricas, consideramos necessário analisar outras questões ligadas à vida “privada” do operário têxtil, a fim de entendermos melhor a sua relação com a tuberculose, sabendo que essas questões também estavam relacionadas com as condições de capital/trabalho. Em face disso, torna-se imprescindível que observemos, também, as situações de moradia e de nutrição da classe trabalhadora têxtil de Fortaleza, e como isso estava intimamente ligado ao alastramento da doença.

É importante ressaltar que relacionamos tais elementos (o trabalho, a alimentação e a habitação) baseados no discurso médico. Dessa forma, encontramos na *Ceará Médico*, estimadas produções médicas sobre a tuberculose na cidade de Fortaleza. A revista constitui para a pesquisa uma fonte importante, utilizada por nós em todos os capítulos seguintes. Assim como a industrialização e a fábrica, os médicos possuíam um discurso disciplinador, coercitivo e repressor, que se fundamentava no higienismo e no combate às moléstias que circulavam em Fortaleza, a fim de garantir modernização e progresso na capital cearense.

A revista, inicialmente lançada com o nome de *Norte Médico* e, posteriormente, rebatizada como *Ceará Médico*, foi publicada em “duas fases”: a primeira, de 1913 a 1918, e a segunda, de 1928 a 1963. A criação do periódico buscava dar visibilidade e credibilidade à classe médica cearense, assim como às suas produções científicas sobre a saúde pública no Estado (GARCIA, 2016). Nesse sentido, encontramos artigos dos mais importantes fisiologistas do Ceará, que propunham hipóteses e soluções sobre a tuberculose.

De acordo com esses médicos, a insalubridade das residências e a péssima alimentação da classe operária têxtil, juntamente com o nocivo local de trabalho (as fábricas têxteis), acarretavam um desenvolvimento maior da tísica entre esses trabalhadores. Em Nascimento (2005, p. 46), vemos:

O avanço do conhecimento científico sobre a doença e a nova organização social trazida pela industrialização deslocaram, claramente, a incidência maior da tuberculose para as classes trabalhadoras. Nos inícios do século XX, a doença tornou-se, de maneira indiscutível, uma patologia de caráter social, isto é, de ocorrência e propagação estreitamente ligadas às condições de vida e de trabalho.

Dessa forma, estudar as condições de vida dos operários têxteis fora da fábrica torna-se fundamental. Dedicamos dois capítulos para tal empreitada: o primeiro discorre sobre

a alimentação, já o segundo, sobre as habitações. Buscamos, nesses aspectos, a relação com a tuberculose que rondava a vida dos operários.

A alimentação era extremamente destacada pelos médicos, como fundamental no processo de fortalecimento do sistema imunológico dos corpos explorados. Buscamos responder alguns questionamentos, tais como: quais alimentos faziam parte do cotidiano dos têxteis? Quais as considerações médicas sobre a alimentação desse setor? Como os baixos salários impactavam a alimentação e favoreciam o adoecimento dos operários? Qual a relação entre a (má) alimentação e a tuberculose?

Sobre as habitações, nossas perguntas seguem o mesmo caminho: onde moravam os operários têxteis? E, mais importante: quais as condições de salubridade a que estavam submetidos os operários têxteis em suas habitações? Neste tópico, surgem questões sobre as Vilas Operárias, empreendimento fundamental para entendermos as moradias dos têxteis.

Levando em consideração tais perspectivas e questionamentos, buscamos apresentar esta pesquisa que tem, como recorte temporal final, o ano de 1958. A partir de 1957, a indústria têxtil cearense passou por uma grave crise econômica, e o respectivo período foi definido, pelo jornal *O Democrata*, como sendo um “ano de duras provações para os trabalhadores têxteis” (*O DEMOCRATA*, 03 de jan. de 1958). Segundo o jornal, a crise que começou em 1957, atingindo a indústria têxtil, ocasionou uma série de demissões em massa nas diversas fábricas têxteis de Fortaleza. O desemprego causado provocou a ampliação das condições de miséria entre as famílias de operários têxteis.

De acordo com Jormana Araújo (2018, p. 204):

Da carestia de vida que vinha atingindo os trabalhadores, o ano de 1957 foi o mais marcante, pois além da alta nos preços dos gêneros de primeira necessidade, somava-se aqui, o desemprego iminente, dada a dificuldade de venda dos tecidos que a indústria enfrentava. Depósitos lotados, perspectivas incertas de venda, e recaía, claro, para os trabalhadores, os frutos da crise.

Nesse sentido, percebemos que o desemprego atingiu fortemente os têxteis. De acordo com *O Democrata*, em contabilidade sobre as demissões, pontuou que:

Os trabalhadores da fábrica Santa Maria, que nos primeiros meses de 1957 somavam 420, achavam-se em dezembro reduzidos a apenas 193. O que vale dizer que 227 operários, ou sejam 55% do total, foram lançados ao desemprego. Na fábrica Baturité, onde presentemente trabalham 242 têxteis, foram no mesmo período, dispensados cerca de 100 operários. Não conseguimos colher dados sobre o número de desempregados na Ceará Industrial, Santa Elisa e Santa Cecília, onde os houve e em número elevado. Podemos, no entanto, afirmar que onde maior foi o desemprego foi na fábrica São José, da firma Gomes & Cia. Esse cotonifício que contava com cerca de 1600 operários teve dispensados 961 destes, isso somente até outubro. (*O DEMOCRATA*, 03 de jan. de 1958)

Na crise gerada pela falta de mercado consumidor dos produtos dos empresários têxteis de Fortaleza, quem sofreu foi o operário que, desempregado, via a fome adentrar o seu lar. Utilizamos tal acontecimento para justificar o encerramento temporal de nossa pesquisa. Os operários deixaram de adoecer de tuberculose? Não. Mas, devido às demissões, muitos deixaram de ocupar o espaço fabril. A presença do operário têxtil nesse espaço é peça fundamental em nossa pesquisa. Em vista disso, a junção de trabalho insalubre, alimentação precária e habitações insalubres, na composição da reflexão sobre a tuberculose, só faz sentido no período em que os operários têxteis estavam dentro das fábricas insalubres.



## 2 CAPÍTULO I – TRABALHO E TUBERCULOSE: AMBIENTE FABRIL E COTIDIANO NA FÁBRICA TÊXTIL

Buscamos, neste capítulo, compreender como a relação entre tuberculose e trabalho foi estabelecida, por meio dos diversos discursos sobre o tema, em Fortaleza. Nesse sentido, tomamos como fundamental o discurso médico, representado pela revista *Ceará Médico*. Objetivamos entender como os médicos interpretaram e construíram a relação sobre a tuberculose e o trabalho. É necessário ressaltar que, ao referirmo-nos a “trabalho”, estamos abarcando uma diversidade de características, como o ambiente fabril, a higiene de trabalho, a carga horária, além de outras condições exclusivas da indústria têxtil de Fortaleza. Para tal, também utilizaremos outros dois periódicos: *O Legionário* e *O Democrata*. Cada qual com suas especificidades, publicaram considerações sobre fábricas, ambientes de trabalho e condições de trabalho dos operários têxteis da capital cearense. Levando em consideração tais apontamentos, dividiremos este capítulo em três tópicos, no intuito de entendermos quais situações enfrentavam os operários têxteis durante a rotina de trabalho, além de compreendermos como esses discursos foram responsáveis pela construção da relação entre trabalho e doença. Tais fontes, balizadas por aspectos teórico-metodológicos da História Social do Trabalho e História da Saúde e das Doenças, constroem nossa pesquisa e nos ajudam a entender o objetivo principal: como as condições de trabalho – diretas e indiretas – dos operários têxteis de Fortaleza, impactaram no adoecimento por tuberculose?

### 2.1 Breves considerações sobre a “construção” da tuberculose como doença social

A doença, enquanto objeto de estudo histórico, tende a ir além do seu sentido biológico estudado por outras ciências, como a medicina. Entendida, aqui, como um fenômeno social em construção, a tuberculose é figura central em nossa pesquisa. Segundo Dilene Nascimento e Anny Jackeline:

Desse modo, como objeto de estudo, a doença possibilita o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e de deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas. (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004, p. 14).

No entanto, ao tratarmos especificamente da tuberculose, nos aproximamos, também, de Diego Armus (2007), ao referir-se à doença pulmonar:

A este registro definitivamente decimonónico de la enfermedad le siguieron otros estudios interesados en explorar otras representaciones, en particular cuando ya en el siglo XX comenzó a reconocerse en la tuberculosis una enfermedad de las masas que permitía articular otras imágenes, metáforas y asociaciones, enunciadas por los propios enfermos, por nuevas narrativas literarias, por quienes, agitando las banderas del cambio social, se proponían hablar en nombre de la sociedad en general y de los trabajadores en particular. (ARMUS, 2007, p. 22).

Nesse sentido, compreendemos a tuberculose como uma doença que, além do seu caráter biológico, foi construída e ressignificada, através do tempo, por grupos sociais, sistemas econômicos, etc., bem como sua associação como doença das massas e dos trabalhadores em particular, como levantou Armus. Buscamos, através da compreensão acima, entender como o cotidiano dos operários têxteis de Fortaleza – suas condições de vida e de trabalho – foi associado ao adoecimento por tuberculose, tanto pelos médicos quanto pelos próprios trabalhadores, visto que, segundo Leonardo Santos (2020, p. 301):

[...] Nessa perspectiva, as condições de vida e trabalho do indivíduo eram definidas como essenciais na luta contra a tuberculose. Isso porque uma pessoa infectada pelo bacilo poderia ou não desenvolver a doença, dependendo de uma combinação de fatores, entre eles suas condições socioeconômicas.

Presente no cotidiano do ser humano há muito tempo, a tuberculose foi caracterizada como uma “doença romântica” durante longos anos, especialmente durante o século XVIII e metade do século XIX. Diante de uma nova organização social e econômica que “emergia” no mundo, de forma mais significativa no século XIX, à tuberculose era investida uma nova condição. Se, antes, era entendida como uma doença romântica pelos intelectuais, devido às suas especificidades<sup>18</sup>, a reorganização social iria garantir à tísica o seu caráter de “doença social”. O processo de industrialização, a urbanização acelerada e desordenada, garantiam uma série de condições e de fatores que iriam favorecer o adoecimento de pessoas inseridas nas fábricas e casas insalubres.

Novamente, segundo Diego Armus (2007), a tuberculose foi uma doença que despertou bastante interesse historiográfico no século XX, principalmente por aqueles “interesados en explorar las relaciones que tejen la enfermedad y la salud con los procesos de ubarnización, industrialización, modernización y modernidade.” (ARMUS, 2007, p. 20)

As descobertas científicas, sobre a tuberculose, foram fundamentais para esta ressignificação. Quando, em 1882, o cientista Robert Koch descobre o agente causador da tísica

---

<sup>18</sup> Durante o século XVIII, e até parte do século XIX, a tuberculose acometia, especialmente, pessoas que se distanciavam do padrão social geral. Por exemplo, poetas que se permitiam uma “vida mais livre”. As características físicas do “tísico” também influenciaram em sua romantização: a palidez, a magreza, os olhos fundos etc.

– o *bacilo de Koch* –, garantindo uma maior certeza sobre sua forma de transmissão, é que as condições de vida dos trabalhadores passam a ser descritas, pelos médicos, como as principais formas de contrair a tuberculose.

As condições de insalubridade às quais estavam submetidos os trabalhadores e os seus frágeis sistemas imunológicos, foram evidenciadas, por parte dos médicos, como fatores de alto risco para contrair a tuberculose. Mais uma vez, Armus (2007), em relato sobre o estudo de Thomas McKeown, afirma: “Así, y especialmente em las ciudades, el descenso de la mortalidad tuberculosa debía explicarse no tanto como resultado de intervenciones de la medicina o la salud publica sino de factores socio-económicos y nutricionales” (ARMUS, 2007, p. 21). Ou seja, fatores socioeconômicos passaram a ser fundamentais para o combate à tuberculose. Os médicos cearenses também demonstraram concordância ao relatar os fatores socioeconômicos e nutricionais, especialmente de pessoas pobres e trabalhadores, como fundamentais no processo de “tuberculinização” do estado do Ceará.

Na revista *Ceará Médico*, os primeiros indícios sobre a tuberculose são apresentados já em 1915, dois anos após a fundação da revista. Segundo editorial de novembro de 1915, “a tuberculose é um assombro nesta capital e em vários pontos do interior. Não há a menor precaução contra este terrível flagello. Vive nas fábricas[...]”.<sup>19</sup> Portanto, é possível observar que, no início do século XX, os médicos já fomentavam interesse pela tuberculose, destacando a doença como “assombro” e “terrível”. Ressaltavam, ainda, a falta de prevenção e de combate, muito provavelmente uma crítica ao poder público, e apontavam as fábricas como locais onde a tuberculose estava especialmente presente.

Ao cruzarmos os dados apresentados por Elizabeth F. Aragão (1989), em sua pesquisa, observamos que, a partir da data de fundação da primeira fábrica têxtil no Ceará, até a data de publicação do editorial citado acima, foram fundadas cerca de sete (7) fábricas do ramo de fiação e tecelagem. Algumas continuaram em funcionamento, enquanto outras foram desativadas. Outro fator interessante apresentado pela autora é que:

As fábricas têxteis de Fiação e Tecelagem marcam também empreendimentos com grande capacidade empregadora. Comparando os diversos ramos de atividade fabril da época constata-se que enquanto as fábricas de cigarro, óleo e produtos alimentícios, empregavam um contingente nunca superior a 80 pessoas, as primeiras fábricas de Fiação e Tecelagem empregavam uma média de 160 operários. (ARAGÃO, 1989, p. 46).

Levando em consideração tais fatos, é correto afirmar que a tuberculose já fazia suas vítimas entre os operários têxteis, no interior e na capital cearense, no início do século XX.

---

<sup>19</sup> A Saúde Pública e a Classe Médica de Fortaleza. *Norte Médico*. Novembro e dezembro de 1915. P.4

Porém, nossa periodização parte de 1930, década de consolidação da indústria têxtil, segundo Aragão, e da tuberculose, na cidade de Fortaleza. Apresentamos os dados acima pois entendemos que nosso objeto foi algo construído durante o tempo e que não surge, simplesmente, a partir da data de nosso interesse.

O grande contingente de fábricas têxteis em Fortaleza, a partir da década de 1930 – já citadas em nossa introdução – revela a importância da indústria para a capital. Nesse sentido, era de se esperar que o setor contasse com grande quadro efetivo de trabalhadores, como apontado por Aragão. Levando em consideração as condições de trabalho às quais estavam expostos, era de se esperar que esses operários viessem a óbito, vítimas da tuberculose.

A própria estrutura da fábrica têxtil favorecia o adoecimento por tuberculose e por outras doenças pulmonares, visto que eram cercadas de aspectos anti-higiênicos, como apontam Ribeiro (1988) sobre São Paulo, e Nascimento (2002) sobre o Rio de Janeiro. Segundo Ribeiro:

Ao entrar na fábrica de fiação e tecelagem de algodão, na opinião dos observadores, três aspectos de seu ambiente sobressaíam: a espessa camada de poeira, a umidade combinada com calor abafado e o barulho ensurdecedor das batidas compassadas dos teares. [...] Dentre os aspectos gerais das condições de insalubridade existentes nas fábricas aparecia o ar confinado, comum a todas elas. [...] Sua nocividade ia, pouco a pouco, transparecendo na fadiga precoce, na perda de disposição ao trabalho e na vulnerabilidade às doenças infecciosas que incidiam sobre o operariado. (RIBEIRO, 1988, p. 116).

Além disso, outro aspecto bastante ressaltado, pelos médicos e pelos operários, era o excesso de trabalho ao qual estavam submetidos os trabalhadores têxteis. Tal condição era fator gerador do adoecimento por tuberculose. De acordo com Armus (2007), a ideia do trabalho excessivo como fator causador da tuberculose já era algo consolidado na imprensa operária:

La imagen de la tuberculosis como una enfermedad causada por el trabajo excesivo ya estaba claramente perfilada en la prensa obrera desde fines del siglo XIX. En 1894 *El Obrero Panadero* titulaba ‘El trabajo nocturno es germen de tuberculosis’, en 1912 *El Obrero Textil* declaraba que ‘la causa de la tuberculosis está en la fábrica, que es una mala madrastra, una cárcel que lo roba todo, la fuerza, la salud, la juventud, la alegría [...]’. (ARMUS, 2007, p. 189).

Os dois aspectos citados anteriormente – o ambiente fabril e a excessiva jornada de trabalho – eram bastante presentes nas fábricas têxteis de Fortaleza nos anos de 1930, 40, 50 e, até, 60. As considerações médicas e as denúncias dos operários têxteis eram constantes, como veremos nos tópicos a seguir.

## **2.2 O discurso médico sobre a tuberculose e industrialização em Fortaleza**

De acordo com Otávio Lobo e Lineu Jucá (1942) – médicos cearenses especializados em áreas relativas à tuberculose<sup>20</sup> –, “Fortaleza é uma cidade de forte mortalidade tuberculosa”<sup>21</sup>. Com algumas oscilações durante a década de 1930, a onda crescente da doença fez seu maior número de vítimas nos anos de 1937 a 1940, segundo os dados levantados pelos dois especialistas.

Mas, afinal, qual o motivo dos altos índices de mortalidade por tuberculose em Fortaleza? Segundo Lobo e Jucá (1942), uma das razões seria o “padrão de vida muito caro, aumentando o pauperismo das classes proletárias”. Ou seja, a pobreza presente no cotidiano dos operários da capital cearense. Ao citarem outros motivos, é possível perceber a conexão entre a industrialização, as condições de vida dos trabalhadores e o aumento nos índices de mortalidade pela tísica:

A corrente migratória do homem do campo para a capital cearense – fenômeno que marca o início de industrialização da cidade e o aumento da incidência do morbo, é bem patente no metucioso recenseamento [...] por esses dados estatísticos, vê-se que a onda de população advéncia é mais volumosa nas zonas limítrofes da capital – onde se domicilia, de preferência, o operário, em razão do aluguel mais barato do casebre e da menor distância das instalações fabris. (LOBO; JUCÁ, 1942, p. 1).

Os médicos expõem a relação entre tuberculose e condições, diretas ou indiretas, fortalecidas a partir da industrialização de Fortaleza. Tais aspectos, que se assemelham a outros locais do país, são consideráveis para o adoecimento e na morte por tuberculose. A própria industrialização, vide o surgimento de fábricas insalubres, assim como a pobreza vivida e a exploração sofrida pelos operários dessas instalações. Outro ponto citado, pelos médicos, é o dos “casebres”: habitações insalubres<sup>22</sup> que, por terem um aluguel abaixo do valor de mercado, eram preferidas pelos operários.

---

<sup>20</sup> Lobo era Tisiologista, enquanto Jucá era Radiologista.

<sup>21</sup> LOBO, Octávio; JUCÁ, Lineu. Tuberculose em Fortaleza. **Revista Ceará Médico**. Março de 1942. P. 1 – 11.

<sup>22</sup> No capítulo 3, trataremos exclusivamente das habitações insalubres e sua relação com a tuberculose.

Tabela 1 – Alguns dados sobre o obituário de Fortaleza, de 1930 – 1940

Ano	Óbitos Gerais	Óbitos por tuberculose	Porcentagem óbitos por tuberculose	Coefficiente por 100.00 habitantes	População
1930	2.393	250	10,44%	223	111,8
1931	3.210	315	9,81%	275	114,33
1932	4.142	416	10,04%	275	151,1
1933	4.091	441	8,66%	323	136,28
1934	3.135	427	13,62%	305	139,78
1935	3.387	377	11,13%	263	143,22
1936	3.699	391	10,57%	266	146,8
1937	3.869	491	12,68%	334	146,8
1938	3.424	479	13,99%	318	150,5
1939	3.625	488	13,46%	316	154,27
1940	3.781	479	12,66%	310	154,2

Fonte: Revista Ceará Médico, março de 1942.

A Tabela 1 acima é referente à pesquisa realizada por Lobo e Jucá, sobre o momento epidemiológico da tuberculose em Fortaleza. Podemos perceber que, em grande parte dos anos, os índices se mantiveram acima de uma taxa de 10%, atingindo um pico de 13,99% em 1938. Tal fato demonstra a estabilidade da doença em Fortaleza, algo que preocupava os médicos. Ressaltam, ainda, que “a cifra de mortalidade não exprime, por certo, a verdade integral. O censo demográfico é falho. Explica-se: não há, entre nós, um serviço oficial de verificação de óbitos”. Isto é, sinalizam que a mortalidade por tuberculose era maior do que os dados mostravam, visto que Fortaleza não contava com um censo específico para lidar com os índices da enfermidade.

Outro ponto importante da pesquisa realizada, pelos médicos Lineu e Jucá (1942), foi o “cadastro torácico”: um censo realizado entre três categorias de profissionais para verificar o nível de lesão tuberculosa nos doentes. Entre as três categorias estavam os “operários”, exclusivamente trabalhadores fabris, que foram divididos por fábrica, sendo duas têxteis e uma de cigarros. As fábricas têxteis eram as “São José” e “Pompeu”.

Tabela 2 – Operários da fábrica “São José”

TOTAL	ANORMAIS PULMONARES		CARDIO-VASCULAR
	LESÕES EXTENSAS	LESÕES DISCRETAS	
544	10	14	26

Fonte: Revista Ceará Médico, março de 1942.

Tabela 3 – Operários da fábrica “Pompeu”

TOTAL	ANORMAIS PULMONARES		CARDIO-VASCULAR
	LESÕES EXTENSAS	LESÕES DISCRETAS	
170	02	08	05

Fonte: Revista Ceará Médico, março de 1942.

Os médicos não apontaram informações complementares sobre os dados apresentados acima, apenas referem que o estudo “dá-nos uma amostra da tuberculose inaparente, entre essas coletividades”. Isto significa que os dados revelam uma “invisibilidade” da tísica entre esses operários. Tais amostras foram obtidas com informações do Centro de Saúde de Fortaleza que, à época, contava com um dispensário de tuberculose. Nesse sentido, acreditamos que os operários têxteis tinham pouco acesso aos serviços fornecidos pelo Centro de Saúde, já que o número de tuberculosos entre o grupo era maior do que o previsto pelos dados apresentados.

O complexo contexto geral, que viveu o Brasil nos anos de 1930, revela a importância da saúde pública como política social adotada pelo novo governo. Qual seria o papel do Estado nessa área? A criação do MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) já nos garante uma resposta, demonstrando a forma centralizada e expansiva que o governo Vargas buscava para atingir a população. No entanto, buscamos observar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Segundo Cristina Oliveira Fonseca (2007, p. 36): “Nas áreas de abrangência do MTIC, a definição de políticas sociais passaria por uma negociação envolvendo o governo, os trabalhadores e a burguesia industrial, ganhando, ao final, conotação corporativa.”

O MTIC, criado em 1937, foi responsável por coordenar a atenção voltada para a saúde dos trabalhadores. O governo Vargas via, nos trabalhadores, peça fundamental na tentativa de construção do Brasil moderno, industrial e, também, de uma “cidadania” brasileira. Por meio do MTIC, o Estado “pôde garantir” assistência médica individual a esses trabalhadores, enquanto os desempregados ou “pré-cidadãos”, como assinala Fonseca (2007), seriam assistidos pelo MESP.

O fato é que podemos enxergar a importância da saúde dos trabalhadores para a concretização de diversos objetivos da classe empresarial, bem como da classe política, por meio da força de trabalho desses operários. Nesse sentido, a classe de médicos do Ceará não ficou distante dessas discussões e via, nas questões de saúde e de higiene dos trabalhadores, aspectos essenciais na construção de um país moderno e civilizado.

Em 1942, era reproduzido um boletim de autoria do médico José Francisco Valiente, na revista “Ceará Médico”, intitulado “Importância da higiene moderna no desenvolvimento das Nações”.<sup>23</sup> O médico foi chefe do departamento de Tisiologia, ou seja, especialista em tuberculose, no Hospital Rosales, em El Salvador. A tradução e reprodução do boletim na revista demonstra, por si só, a relevância da temática para os médicos cearenses, além da consonância com os ideais reproduzidos pelo governo Vargas, por meio do MTIC. Nesse sentido, segue um trecho do documento:

O século XX viu reunir-se um novo ramo ao já crescido grupo das ciências médicas: é a medicina preventiva ou higiene social: “A medicina do futuro”, chamou-a alguém; a mais jovem das ciências médicas, porém não obstante, aquela cuja excelssitude se acha acima de toda ponderação. [...] O Estado, como forma que é a mais perfeita alcançada pela humanidade em sua vida associada, necessita, de maneira imprescindível e completa, para cumprir seu ideal de cooperação, para a consecução de seus fins de progresso e bem-estar humanos, necessita, repito, da valiosa ajuda da higiene social. A principal fonte de prosperidade e de riqueza de uma Nação é sua capacidade de trabalho e esta só pode conseguir-se de maneira integral e ininterrupta, com a condição de contar com uma maquinária humana em perfeita saúde e inteiro vigor. O célebre higienista Giannini pensa que “A higiene social deve começar no mundo pelo trabalho”; [...] Povos de ambiente higiênico lamentável, desnutridos, mal alojados, pior vestidos, sem educação higiênica, sem regulamentação adequada do trabalho, sem diversões sadias, alcoolizados, com elevada percentagem de sífilis, malária, uncinariose, tuberculose e doenças carenciais, são povos que [...] não serão detidos no seu declive fatal para a bancarrota. (VALIENTE, 1942, p. 1-2).

Primeiro, gostaríamos de chamar atenção, mais uma vez, para a especialidade médica de Valiente: tisiologista. Os especialistas em tuberculose sabiam que sua incidência era maior entre certas categorias expostas a aspectos específicos, entre essas, a dos trabalhadores

---

<sup>23</sup> VALIENTE, José F. A importância da higiene moderna no desenvolvimento das nações. **Revista Ceará Médico**. Jun – jul. de 1942. P. 1 – 4.



têxteis. Muito por isso, eram responsáveis pelas conferências que faziam tal associação, como acima citada. No Ceará, Lobo e Jucá, mencionados anteriormente, eram especialistas em áreas relativas à tuberculose, assim como outros médicos que falaremos adiante. Era consenso entre os especialistas, portanto, que a tuberculose era uma moléstia “central” no que se referia à saúde dos trabalhadores. Fonseca (2007) demonstra que o MTIC:

Além da assistência médica, os organismos previdenciários incorporaram também, nos anos seguintes, medidas destinadas à prevenção de determinadas doenças [...] um exemplo dessas medidas pode ser encontrado na legislação aprovada já no segundo governo de Vargas e que estabelecia entre os IAPs e as CAPs uma comunidade de serviços médicos para combate à tuberculose e outras moléstias [...] (FONSECA, 2007, p. 45).

Em segundo, é possível perceber a forma enfática com a qual Valiente coloca a higiene social como fundamental para a saúde dos trabalhadores. Esses, por sua vez, eram uma “maquinaria humana”, imprescindível ao crescimento do país. Em Fortaleza, já observamos o interesse médico sobre a saúde dos operários têxteis, por meio dos estudos na incidência da tuberculose sobre esse grupo. Tal interesse tinha objetivos semelhantes ao de Valiente: a construção de um Estado moderno, no caso, de um Ceará moderno.

As novas perspectivas da “ideologia da higiene”, surgidas em meados do século XIX, que adentraram e se fortaleceram durante o século XX, proporcionaram a crítica de médicos fortalezenses ao modo de vida das classes pobres da cidade, pois, de diversos pontos de vista, essas condições favoreciam largamente a proliferação de doenças. Compreendemos, no entanto, que a “ideologia da higiene”, revestida pelas ideias de modernidade, civilidade e progresso, e, utilizando-se do combate a doenças, serviu para excluir e controlar as classes pobres trabalhadoras. A reprodução do artigo de Valiente, sobre o combate à tuberculose entre trabalhadores, como forma de garantir o desenvolvimento das nações, é um exemplo claro do que fundamentou a “ideologia da higiene” no século XX entre os médicos cearenses.

Esses novos saberes, como a “ideologia da higiene”, foram utilizados para corroborar o processo de industrialização e suas medidas disciplinadoras. De acordo com Edgar Salvadori de Decca (1983, p. 48): “Quando se diz que o tema da industrialização sintetiza um dado campo cultural numa sociedade, deve-se entender tanto a formação de um determinado saber sobre a questão da fábrica como também a efetivação de métodos coercitivos para imposição desse mesmo saber.” Ou seja, os discursos médicos de Fortaleza acompanharam o movimento industrial, que também necessitava de tais procedimentos para manter o controle que a fábrica buscava.

No ano de 1949, sete anos após o grande estudo sobre a tuberculose em Fortaleza, por Lineu e Jucá, Hyder Correa Lima escreveu e publicou, na “Ceará Médico”, o artigo “Momento epidemiológico da tuberculose em Fortaleza”<sup>24</sup>, pesquisa que corresponde a dados sobre a tuberculose nos anos de 1934 a 1948. À época, o médico era chefe do dispensário anti-tuberculoso do Centro de Saúde de Fortaleza.<sup>25</sup> Segundo o médico, “nossa modesta contribuição pretende, portanto, apenas, atualizar um aspecto – aliás de indisfarçável gravidade – da desfavorável situação sanitária que vem atravessando esta capital”.

Hyder Correa Lima (1949, p. 21-22) revela que:

Com referência a tabela supra era intuito nosso distribuir os grupos etários por outras classes de idade o que não foi possível devido ao agrupamento dos dados nas fontes de coleta. [...] A força da mortalidade instala-se no grupo 30 – 49 anos, com % ligeiramente acima dos 40% e logo de perto acompanhado pelo grupo 15 – 29 anos, com valor médio 39,9%. Registra-se assim uma queda normal para o grupo 50 anos e mais, com um valor médio 15,8%, valor esse elevado, contudo para o grupo em questão.

Tabela 4 – Distribuição de óbitos por idade, em %

GRUPOS ETÁRIOS	1946	1947	1948
Menos de 1 ano	0	0.7	0.3
1 – 4 anos	0	1.0	0.8
5 – 14 anos	0.9	2.0	1.9
15 – 29 anos	40.6	39.9	39.3
30 – 49 anos	43.4	41.1	41.0
50 anos e mais	15.1	15.3	16.7

Fonte: Revista Ceará Médico, out. – dez. de 1949. P. 22.

<sup>24</sup> LIMA, Hyder C. Momento epidemiológico da tuberculose em Fortaleza. **Revista Ceará Médico**. Out – dez. de 1949. p. 19-32.

<sup>25</sup> “A partir de 1933, na cidade de Fortaleza, passava a ter nova administração pública e na saúde, observamos um início de mudanças causadas pela Reforma Pelon, caracterizada por implantar um novo modelo à saúde do Estado do Ceará. Destacamos aqui a criação do Centro de Saúde, responsável por “uma assistência específica, educativa, defendendo na unidade o todo da população” e parte do Centro de Saúde, estava agora um espaço destinado à tuberculose: “[...] congregam-se no Centro de Saúde de Fortaleza, os seus vários serviços de administração [...] os dispensários pré-natal, infantil, pré-escolar, de sífilis, venéreas e boubas e de tuberculose” (BARBOSA, 1994, p. 118, grifo nosso. In: NETO, 2019).

O médico não discute os dados, à priori, mas é possível perceber que a maior incidência da mortalidade por tuberculose recai sobre o que era considerada a “idade produtiva” do ser humano. Os homens e mulheres adultos estavam inseridos no mundo do trabalho e, em Fortaleza, estar inserido nesse mundo correspondia a, quase sempre, trabalhar numa das várias fábricas têxteis da cidade. Nesse ponto, já se torna possível traçarmos um paralelo com as considerações do jornal *O Democrata*, visto que o periódico foi fundado poucos anos antes. Coincidindo com os estudos de Hyder Correia Lima, observamos a fala do líder têxtil José Severo Peixoto (1946): “[...] apesar disso, nós não desistiremos do aumento, pelo fato de que necessitamos do mesmo. As fábricas tem grandes lucros, enquanto que os trabalhadores passam privações e se enfraquecem organicamente tornando-se presa fácil para as doenças, inclusive a tuberculose que tem morto centenas de tecelões. É uma situação que não pode continuar”.<sup>26</sup> Peixoto é enfático ao falar sobre a morte de *centenas* de tecelões, muitos dos quais deveriam estar em sua “idade produtiva”, como demonstra Hyder C. Lima, além de destacar a tuberculose, o que confirma que a moléstia estava bastante presente no cotidiano dos operários têxteis.

Voltando ao final do artigo de Hyder C. Lima (1949), ao comentar os dados, o médico ressalta que “[...]devemos deixar claro nosso modo de encarar o assunto. Aceitamos que toda medicina preventiva, em particular a epidemiologia da tuberculose, seja profundamente influenciada pelos fatores econômicos-sociais, fatores esses que no nosso entender pesam mais que os de ordem infecciosa, puramente”.<sup>27</sup> Ou seja, o combate à tuberculose passava, diretamente, pelo ajuste de fatores econômico-sociais presentes no dia a dia dos operários têxteis. No consenso médico da época, um dos principais fatores socioeconômicos era o ambiente de trabalho ou, de maneira geral, o ambiente fabril. Ao comentar sobre a “Liga Brasileira contra a Tuberculose”, Dilene Nascimento (2002, p. 39) nos revela que:

A Liga reconhecia que as condições de miséria em que viviam os trabalhadores propiciavam um maior acometimento e propagação da tuberculose neste grupo e discutia elementos que influíam positivamente para o aparecimento da doença, com propostas que visavam atenuá-los. Dentre os fatores sociais que a Liga apontava como fundamentais na produção da tuberculose no Rio de Janeiro, e que por isso, na sua opinião, mereciam ser atenuados, destacam-se principalmente três, com os quais ela se ocupou em discussões no interior da instituição e fora dela.

<sup>26</sup> Os têxteis lutam por aumento de salários. *O Democrata*, Fortaleza, n. 195, 08 nov. 1946.

<sup>27</sup> LIMA, Hyder C. Momento epidemiológico da tuberculose em Fortaleza. *Revista Ceará Médico*. Out – dez. de 1949. P. 19 – 32.

A Liga Brasileira Contra a Tuberculose (LBCT) foi o primeiro órgão voltado ao controle e combate da doença, servindo de espelho para inúmeros médicos tisiologistas e outros especialistas, que viam na tuberculose um grande mal a ser vencido. Nesse sentido, era comum que as perspectivas científicas da Liga fossem consenso em diversos estados, além do Rio de Janeiro, como mostramos acima, e no caso do Ceará. Entre os três pontos de discussão citados por Nascimento, observemos o que ela nos diz sobre um deles, o trabalho insalubre:

A Liga sempre se preocupou em denunciar que as condições de trabalho nas fábricas eram um fator que predispunha à tuberculose, tanto no que se refere à insalubridade dos locais de trabalho quanto à jornada e mesmo ao próprio processo de trabalho. [...] Antônio Ferrari, médico da Liga, ao observar, na sua prática clínica, o esgotamento físico apresentado por operários de várias fábricas de fiação, voltou sua atenção para o estudo das causas da tuberculose entre os operários. Convencido de que a habitação insalubre não explicava, por si só, o grava quadro de esgotamento dos operários, decidiu visitar, pessoalmente, algumas fábricas de fiação e observar as condições em que se desenvolvia o trabalho. Em documento encaminhado à diretoria da Liga, ele relata que nas fábricas de tecelagem visitadas o operário é submetido a trabalho exaustivo, com jornada diurna de 10 ½ horas, em média, sendo obrigado a retornar para o turno da noite, cumprindo as vezes, até 4 horas a mais de jornada. [...] Quanto ao ambiente de trabalho, ele descreve a insalubridade, dizendo: ‘[...]a confinção do ar atmosférico, por falta de arejamento e tão saturado de poeiras, causa penosa sensação [...] os mecanismos estão excessivamente acumulados [...] as aberturas são tão pequenas e tão altas que mais parece uma prisão do que uma oficina de vida e trabalho [...]’ (NASCIMENTO, 2002, p. 45-50).

É possível observar a conformidade dos argumentos da Liga com os expostos pelos médicos em Fortaleza, ao identificarem um fator acentuador da tuberculose no trabalho insalubre, especialmente nas fábricas têxteis. Nos atentemos, por fim, à conclusão de Hyder C. Lima sobre a tuberculose em Fortaleza, e como o médico reafirma a ideia do impacto da industrialização sobre os óbitos pela doença:

Os dados apresentados pelo quadro demonstrativo de alguns aspectos do movimento do dispensário de Tbc. Do Centro de Saúde, também falam a favor da mesma tese de Sayago, isto é, que o maior peso do obituário nas cidades latino-americanas, corre por conta das massas rurais atraídas aos centros urbanos pelo início de nossa industrialização. [...] A distribuição da mortalidade de tuberculose por idades vem confirmar o que no particular todos os autores têm encontrado em nosso país, isto é, a força da mortalidade recai nos grupos mais produtivos – jovens adultos e adultos – falando assim a favor fase maciça de invasão em que nos encontramos. A distribuição de óbitos por sexo, onde há sensível predomínio do feminino [...] parece não correr por conta somente da nossa sensível composição desigual da população. A essa razão deve-se somar o fato do sexo feminino (principalmente nas classes pobres) estar transformando fundamentalmente seus hábitos de vida de relação, em particular, ingressando vertiginosamente nas indústrias. [...] Por todas as considerações espendidas, que só de leve tocaram o problema, julgamo-nos inclinados a concluir que o atual momento epidemiológico de Fortaleza, à luz dos dados estatísticos disponíveis, encontra-se em fase de estabilização, dentro do quadro da chamada *mortalidade excessivamente forte*, ou seja, em fase de *tuberculinização maciça*. (CEARÁ MÉDICO, 1949, p. 31).

Observa-se, portanto, a relação de causa e efeito entre a industrialização e os índices de mortalidade por tuberculose, levantados por Hyder Correia Lima. Claro, não era a industrialização de Fortaleza, por si só, responsável pelo adoecimento dos operários têxteis. Junto a uma série de fatores econômico-sociais, estavam a insalubridade das fábricas e o trabalho excessivo, que matavam centenas de operários têxteis, como demonstram Hyder Lima e José Peixoto.

Uma das características presentes nos estudos científicos sobre a tuberculose, em Fortaleza, é o reforço dos médicos sobre a imprecisão dos dados. A tuberculose poderia, facilmente, ser confundida com outras moléstias, como pneumonia e, até mesmo, uma gripe comum. O Dr. Pedro A. Sampaio<sup>28</sup>, em 1940, revela que:

Muito embora sejam estes números deveras elevados e alarmantes, estão eles bem longe de exprimir a dura realidade. Não estão computados os inúmeros outros que, por deficiência ou erro de diagnóstico, passaram despercebidos, nem os que, por preconceito ou suscetibilidade de família, tiveram que ser assinalados com um nome outro que o de tuberculose. Neles não estão incluídos os que figuraram com atestados de gripe, de pneumonia, de asma, de bronquite, de afecção cardíaca e até enterite, nem também os que, para terem direito a cova, receberam sem nenhuma verificação de óbito, o libérrimo atestado gracioso. [...] Assim, os números oficiais do obituário por tuberculose em Fortaleza, não indicam a verdade e devem, sem exagero, ser acrescidos de 28% no mínimo. (CEARÁ MÉDICO, 1940, p. 40).

Dez anos depois, o fisiologista Wilson Jucá ainda faria questão de destacar este aspecto ao introduzir seu artigo na revista *Ceará Médico*, intitulado “Mortalidade por Tuberculose em Fortaleza nos anos de 1948 e 1949”.<sup>29</sup> O médico nos demonstrou que:

Quem computa os dados de mortalidade constantes dos boletins do Serviço Federal de Bioestatística, encontra a Cidade de Fortaleza com o índice de 275 por 100.000 habitantes. Mas, não nos escapa que os dados mencionados são imputáveis de erro porque em nossa estatística ainda existe, ao lado de um número colossal de óbitos de causa não especificada, um abuso ponderável de ‘diarrea e enterite’ como causa mortis na infância. (CEARÁ MÉDICO, 1950, p. 15).

Tendo expressado sua opinião sobre as pesquisas, Wilson Jucá afirmou, assim como os outros médicos, que o “índice tuberculoso” deveria ser acima do que apontavam os órgãos de estatística em Fortaleza. Tal posição foi externada pelo médico devido às insuficiências tecnológicas dos dados de estatística, bem como ao aparato científico sobre a tuberculose à época, e à falta de acesso dos trabalhadores às instituições de saúde, garantindo uma “invisibilidade” desses operários nos dados coletados.

---

<sup>28</sup> Diretor do Sanatório de Messejana, Chefe da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia e membro da Academia Cearense de Medicina. SAMPAIO, Pedro A. Bases para uma campanha contra a tuberculose no Ceará. **Revista Ceará Médico**. Fortaleza, maio de 1940. p. 40-42.

<sup>29</sup> JUCÁ, Wilson. Mortalidade por tuberculose em Fortaleza nos anos de 1948 e 1949. **Revista Ceará Médico**. Out – dez. de 1950. P. 15 – 19.

Em seu estudo, o tisiologista apontou dados que acabaram por corroborar a afirmação de Hyder Correa Lima, citado anteriormente, no que se refere à idade das vítimas da tuberculose. De acordo com Wilson Jucá, em Fortaleza: “Reflexo de uma fase de tuberculinização maciça, os grupos etários de 20-29 e 30-39, período de maior produtividade do homem, pagam um tributo mais pesado a esse grande flagelo da humanidade” (CEARÁ MÉDICO, 1949, p. 17). Em outros termos, reforçava a ideia de que os trabalhadores eram uma categoria bastante acometida pela tuberculose, algo reafirmado por todos os médicos ligados a “áreas tisiológicas” apresentados aqui, o que também nos confirma a consolidação da ideia da TB como uma “doença social”.

O médico apresentou um panorama geral sobre os aspectos que favoreciam o forte adoecimento e a morte pela tuberculose na cidade de Fortaleza. Além de questões de saúde pública, como a insuficiência de leitos, o autor apresentou os “fatores econômico-sociais” relacionados à tuberculose que, segundo ele, “se encontra estreitamente na dependência dos múltiplos fatores sociais que modificam em parte a resistência do indivíduo, em frente ao contágio”.<sup>30</sup> Um desses fatores seria a industrialização:

Fortaleza, cidade portuária, em período de industrialização, exerce sobre o sertanejo, virgem da infecção tuberculosa, verdadeira atração econômica. Este fator socio-geográfico permanente que se renova pela emigração do homem do campo nos explica em parte o alto índice de mortalidade que somos possuidor. Desenvolvendo-se sem controle oficial, as indústrias exigindo um trabalho excessivo, pagam ao operário um salário miserável cujo ganho mal chega para uma alimentação insuficiente. (CEARÁ MÉDICO, 1949, p. 19).

Acerca da fala de Wilson Jucá, gostaríamos de destacar dois pontos. Primeiro, a ideia do “sertanejo virgem da doença tuberculosa”, que parecia perdurar ainda em 1950, fortalecendo a noção do processo de industrialização, em Fortaleza, como fator essencial para o adoecimento de tuberculose. Tal ideia estava relacionada com o pensamento dos médicos de que essa população era, em grande parte, composta de indivíduos anérgicos, ou seja, com um organismo sem força nem anticorpos específicos para combater a tuberculose. Em segundo, o médico apresenta ser um grande crítico sobre a forma como se constituía a industrialização no estado, assim como as condições a qual estavam submetidos os trabalhadores. De acordo com o médico, a inexistência de controle oficial, ou seja, fiscalização por parte do governo, permitia que o desenvolvimento industrial e as condições de trabalho favorecessem o aparecimento da tuberculose entre os operários de Fortaleza.

---

<sup>30</sup> Idem.

O relato do tisiologista, Wilson Jucá, sobre o trabalho e os salários, foi o que mais se aproximou com o dos operários têxteis de Fortaleza, como veremos adiante. Em semelhança com outros médicos, definiu as causas econômico-sociais como intensificadoras da tuberculose. No entanto, Jucá se diferenciou ao tocar, de forma explícita, em aspectos profundamente apontados pelos operários têxteis. Acreditamos que tal relato foi um “ponto fora da curva” entre os artigos médicos sobre a tuberculose em Fortaleza, visto que Wilson Jucá foi um dos poucos a falar de forma incisiva – “trabalho excessivo” e “salário miserável”, por exemplo – sobre as condições das fábricas em Fortaleza.

Em sua discussão final, o médico demonstra consonância com os ideais de saúde pública que estavam em voga desde o governo Vargas, e com as políticas voltadas para o combate à tuberculose. Afirma ser necessário, o quanto antes, a inauguração do Sanatório de Maracanaú, idealizado pelo Serviço Nacional de Tuberculose (SNT),<sup>31</sup> “que virá, de muito, melhorar nossa situação de miséria de leitos”, assim como afirma “que os fatores de ordem econômico-social tem alta importância para favorecer ou interferir na resistência geral do povo, outros órgãos de administração pública são chamados a intervir através de um programa de justiça social amplo, generoso e correto” (CEARÁ MÉDICO, 1950, p. 19).

Ao refletirmos sobre o discurso médico, é preciso pensar de forma crítica sobre os motivos que levaram a tais avaliações, especialmente no caso mais firme de Wilson Jucá. Fica evidente a preocupação com o trabalhador, não de uma forma “humanista”, mas visando à sua capacidade de construir uma Fortaleza moderna por meio do trabalho. De acordo com Santos (2020, p. 314-315), em seu estudo sobre o discurso médico a respeito da tuberculose na Paraíba:

O discurso dos médicos paraibanos sobre as causas sociais da tuberculose estava, pois, articulado em torno de dois objetivos principais: conter a disseminação da doença e promover a saúde dos trabalhadores. Percebe-se, assim, seu alinhamento aos ideais da medicina social da força de trabalho (FOUCAULT, 2017, p. 164 – 170), que no Brasil de Vargas foi incorporada no projeto trabalhista (GOMES, 1994, p. 226): formar trabalhadores saudáveis, visando maior produtividade econômica e menor periculosidade sanitária. À primeira vista, os discursos médicos sobre a tuberculose contribuiriam para melhorias no padrão de vida dos trabalhadores, pois a “fala autorizada” da ciência reforçaria a legitimidade das políticas sociais. Porém, devemos considerar os desdobramentos de tais enunciados para avaliar seu potencial impacto na vida do trabalhador. Assim, não podemos negligenciar que a fala dos médicos, agora difundida para um público mais vasto através das ondas do rádio, atualizava o estereótipo das “classes pobres, classes perigosas” (CHALHOUB, 2017, p. 23 – 33), ao relacionar suas condições de vida à disseminação da tuberculose. Ora, como tentamos mostrar ao longo dessa tese, esse discurso contribuiu para a legitimar também uma série de ações médico-disciplinares sobre as classes trabalhadoras.

---

<sup>31</sup> O Serviço Nacional de Tuberculose, criado em 1941, fez parte da campanha do estado de combate à doença. Na perspectiva de institucionalização da saúde pública, o combate à tuberculose era essencial e passava a fazer parte das políticas públicas adotadas pelo Estado.

Ou seja, o discurso dos médicos sobre a tuberculose em Fortaleza, para além de uma “preocupação” com os trabalhadores, era uma tentativa de controle sobre esses indivíduos. Controle que buscava garantir uma maior produtividade, bem como a construção de uma cidade moderna, higiênica e sem tuberculose, que almejavam. Afinal, os discursos desses médicos pouco modificaram, de fato, a vida dos operários têxteis de Fortaleza, como veremos nos capítulos seguintes.

Em última análise, apresentamos uma entrevista concedida ao jornal *O Democrata* (1946), pelo médico “J. Eduardo de Alencar, o qual além de ter sido um dos mais eficientes diretores de Saúde Pública do Estado, é sem favor a maior autoridade sanitária do Ceará”.<sup>32</sup>

À priori, devemos nos questionar: qual era a intenção dos editores quando apresentaram uma matéria sobre a tuberculose na capa da referida edição? Ora, destacar e trazer relevância para o assunto em torno de seu público leitor. Mas quem era o público leitor d’*O Democrata*? Possivelmente diverso, mas buscavam atingir, principalmente, os operários, dentre os quais, os têxteis. Segundo a matéria, “mais de 4 mil tuberculosos somente na capital – cifras assustadoras que sobem sempre – doença social por excelência” (*O DEMOCRATA*, 1946). Nesse sentido, sabendo que a tuberculose era uma doença de altos índices de mortalidade em Fortaleza, e que uma grande quantidade de operários têxteis eram vítimas da doença, é possível imaginar que o jornal abordasse o tema como forma de instruir os leitores.

Durante a entrevista de Joaquim Eduardo a’*O Democrata*, notamos o caráter higienista de suas considerações. O médico deixa claro o sentido de seu discurso sobre a tuberculose. Primeiro, pontuamos que J. Eduardo não faz uma relação direta com os trabalhadores e com a industrialização crescente na cidade, diferenciando-se, portanto, dos relatos médicos da *Ceará Médico*. Claro, ressalta os aspectos socioeconômicos, como a fome e as casas insalubres, consenso entre a classe médica fortalezense, como fatores importantes para o contágio e o adoecimento. No entanto, ao justificar as “causas principais da tuberculose entre nós”, informa que:

---

<sup>32</sup> A tuberculose em Fortaleza. **O Democrata**. Fortaleza, n 186, 26 de out. de 1946. Além de “maior autoridade sanitária do Ceará”, Joaquim Eduardo era “um democrata consequente e militante do PCB”. É importante destacar a forma como os editores se dirigiram ao médico, pois iremos perceber que nada foi contestado pelos entrevistadores em relação às falas do profissional. A sua carreira de médico foi iniciada em 1935, em Lajeado, Rio Grande do Sul, onde trabalhou por mais de um ano. Retornou ao Ceará, em 1936, e a partir de então, Alencar dedicou-se exclusivamente à clínica médica, atuando nos municípios de Fortaleza, Redenção e Baturité. Em 1939, deu início às atividades como Médico Sanitarista do Departamento de Saúde Pública do Estado do Ceará e, no mesmo ano, assumiu a chefia do Posto de Higiene de Baturité. Em 1940, foi nomeado Diretor do Departamento Estadual de Saúde, o cargo mais importante da área da saúde estadual. <https://acm.med.br/membro-view/15> Acesso em: 10 jun. 2023.



A tuberculose [...] é gerada pelo contágio maciço de milhares de tuberculosos que *vivem em promiscuidade*, pelos mocambos e casas sem higiene, vítimas da falta de educação sanitária reinante. Esse foco é mantido e acelerado pela miséria e a fome, decorrentes da nossa desorganização e baixo nível econômico. [...] assim, a massa que possui poucos recursos, é submetida a um processo intenso de fome, desgastando as suas energias, constituindo ótimo terreno para o trabalho do bacilo de Koch. (O DEMOCRATA, 1946, capa). (Grifo nosso).

Ou seja, para o médico, a “promiscuidade” era fator essencial no adoecimento por tuberculose. Tal discurso era bastante comum entre os médicos higienistas, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Sendo uma exceção entre os outros relatos médicos que apresentamos aqui, o de J. Eduardo ainda traz essas características. Era comum que o discurso da “promiscuidade” fosse relacionado aos trabalhadores, principalmente ao tratar de alcoolismo, sexo e cortiços. Leonardo Q. Santos (2020), ao falar sobre o discurso médico na Paraíba de 1926, tendo como foco a classe trabalhadora, ressalta que “as palestras de Maroja dirigidas aos trabalhadores não deixam de ser uma estratégia de disciplinarização das classes subalternas visando ampliar sua capacidade produtiva” (SANTOS, 2020, p. 191).

Ora, Joaquim Eduardo Alencar foi um médico respeitado e membro da Academia Cearense de Medicina, tendo publicado diversos artigos na *Ceará Médico*. No entanto, as publicações tinham outro direcionamento na revista, uma vez que os leitores eram os próprios médicos e outros intelectuais. Nesse sentido, o discurso construído sobre a tuberculose, para a revista, era mais técnico-científico, abordando as causas que já eram consensuais no meio da ciência de maneira mais incisiva. Ao realizar a entrevista para *O Democrata*, Joaquim Alencar sabia que o público era outro e, portanto, seu discurso e intenção eram outros. Podemos inferir que se assemelhavam às ideias higienistas do início do século XX, especialmente quando o médico resumiu as causas em “promiscuidade” e “falta de educação sanitária”. Ademais, pouco levou em consideração as condições de miséria vivenciadas pela classe operária naquele período. Por fim, vemos que o discurso do médico perpassou, também, uma crítica ao governo do Estado do Ceará, na qual, segundo J. Eduardo, “nada tem sido feito, nem mesmo em Fortaleza” (O DEMOCRATA, 1946, p. 5).

Neste caso, podemos perceber, com clareza, a adaptação do discurso sobre a tuberculose a depender do público leitor. Quando estes eram médicos, as causas eram as mesmas citadas, e que apresentavam o mesmo entendimento entre os profissionais da saúde. Para os operários leitores d’*O Democrata*, a “promiscuidade” e a “falta de educação sanitária” eram aspectos a serem abandonados se quisessem erradicar a moléstia.

### 2.3 A imprensa entra no ambiente fabril: o papel d’*O Legionário* e os inquéritos

Fundada em 1931, a Legião Cearense do Trabalho (LCT) foi um movimento de relativa importância no estado. Muitas vezes vista como “um braço do integralismo” no Ceará, Eduardo Oliveira Parente (2020) destaca que a Legião foi uma organização bastante complexa, não devendo ser resumida a tais considerações. Segundo o historiador:

A Legião é normalmente identificada como possuindo natureza católica, corporativista, antiliberal e anticomunista. Nas ideias fundamentais divulgadas por suas lideranças, a “questão social” deveria ser enfrentada evitando ao máximo o conflito, apostando na conciliação de classes e na realização de um programa de reformas sociais. O projeto de uma sociedade futura – com relativo equilíbrio entre patrões e trabalhadores, livre de conflitos sociais, hierarquizada, porém harmônica – fazia parte da utopia elaborada pelos líderes, que, na sua maioria, eram ativos militantes católicos, inspirada em uma visão idealizada da Idade Média. (PARENTE, 2020, p. 16).

Nesse sentido, entendemos, de maneira geral, o caráter ideológico da Legião, que fundou um jornal – *O Legionário* – em 1933, a fim de propagandear suas ideias e de cooptar operários cearenses para a organização. O jornal, já em sua primeira edição, anunciou um “inquérito nos estabelecimentos industriais [...] afim de ficarmos melhormente informados acerca da vida operária naquelles centros de trabalho”.<sup>33</sup> Segundo Oliveira Parente (2020, p. 145-146):

Com o inquérito promovido nos estabelecimentos fabris, a Legião, de certa maneira, colocou na cena e no debate público aquilo que até então estava velado: a realidade do trabalho nas fábricas. É obvio que com isso não queremos dizer que fosse inédita tal preocupação, longe disso. A imprensa operária, por exemplo, costumava fazer denúncias quanto ao tema e, certamente, a realidade vivenciada no interior desses estabelecimentos não era desconhecida. Os trabalhadores conversavam entre si, relatavam o que viviam cotidianamente, reclamavam do ritmo de trabalho, dos salários e dos patrões, por exemplo. [...] Ao publicar nas páginas do *Legionário* o resultado de cada inquérito, fábrica por fábrica, a LCT estimulava o debate, fomentava considerações e estimulava uma perspectiva de melhoria. Indicando que o resultado do inquérito seria levado ao fiscal do trabalho tão logo fosse montada uma inspetoria em Fortaleza, a LCT colocava no horizonte o funcionamento das instituições destinadas a fiscalizar e fazer cumprir a legislação.

Feitas tais observações, buscamos as análises d’*O Legionário* nos inquéritos realizados nas fábricas têxteis, a fim de entender as condições de trabalho às quais os operários têxteis estavam expostos, especialmente no que se refere à higiene, à carga horária, à assistência médica, aos salários, etc., dado que tais aspectos eram considerados, pelos médicos, como fatores diretos e indiretos na propagação da tuberculose entre os operários têxteis. É importante

---

<sup>33</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais. *O Legionário*. Fortaleza, 4 de março de 1933. P.3

ressaltar que, em nenhum dos inquéritos realizados, foram descritos operários acometidos por tuberculose.

O inquérito inaugural da LCT foi realizado na primeira fábrica têxtil fundada no estado do Ceará: a fábrica “Progresso”.<sup>34</sup> Segundo o jornal, “seriam 15 horas de terça-feira, quando ali chegamos, recebendo-nos atenciosamente o sr. Julio Ferreira, um dos empregados da direção da fábrica, que, após ligeira palestra, levou-nos ao interior do estabelecimento”.<sup>35</sup> É bastante provável que os dirigentes da fábrica “Progresso” soubessem previamente da visita dos legionários, visto que um funcionário foi designado para recebê-los, bem como para explicar o funcionamento da fábrica. Tal situação não é tão incerta, em razão da circulação do jornal entre os empresários, que deveriam estar cientes do início das visitas.

Outra hipótese é a de que os patrões acabaram utilizando o espaço d’*O Legionário* como forma de divulgação e propaganda de suas fábricas. Nesse sentido, ao receber os editores do jornal, os empresários designavam funcionários mestres e contramestres, geralmente com formação no exterior, para dar depoimentos e ressaltar os aspectos favoráveis do estabelecimento, como a própria formação dos funcionários chefes, as inovações tecnológicas que instauradas ou a serem adotadas, a assistência dada pela empresa aos funcionários, etc. Pouco se ouviu dos operários “chão de fábrica”, aqueles das seções que ofereciam risco à saúde. Estes operários só eram escutados quando o jornal era proibido de entrar em determinados estabelecimentos têxteis, pois eram procurados para dar depoimentos sobre a situação de trabalho à qual estavam expostos.

Sobre as condições laborais na “Progresso”, os legionários descreveram que a carga horária da fábrica era, em geral, de 10 horas diárias, e que, “por respeito”, deveriam cumprir a Lei de regulamentação do horário de trabalho, considerando as 8 horas diárias. Entre os 110 operários que trabalhavam no estabelecimento à época, nenhum recebia qualquer tipo de auxílio ao adoecer: “ficam completamente abandonados, sujeitos a morrer à mingua” (*O LEGIONÁRIO*, 1933, p. 4. Ed. 2). Vale ressaltar que o jornal não deixa claro em que medida os próprios operários – além dos funcionários que exerciam cargos de confiança – fizeram algum relato aos autores do inquérito. Na investigação da “Progresso”, também não foram feitas considerações sobre condições de insalubridade, o que pode demonstrar que tal aspecto não foi tido como preocupante pelos legionários naquele estabelecimento.

---

<sup>34</sup> “A fábrica Progresso é datada de 1882, sendo assim a primeira fábrica têxtil do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza. Formada em sociedade por Thomaz Pompeu Filho, seu irmão Antônio Pompeu e seu cunhado Antônio Pinto Nogueira Acioli” (NETO, 2019, p. X).

<sup>35</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: A nossa visita à fábrica Progresso. *O Legionário*. Fortaleza, 11 de março de 1933. P.4.

O que podemos cogitar sobre a propagação do adoecimento por tuberculose na fábrica “Progresso”? O estabelecimento possuía diversos aspectos que favoreciam o quadro nosológico da moléstia entre os operários:

- a) a carga horária excessiva, que poderia ser maior do que a relatada no jornal e que contribuía para o desgaste físico dos operários;
- b) a falta de assistência médica aos operários;
- c) os baixos salários, que comprometiam a alimentação e a moradia dos operários, bem como os forçavam a trabalhar mais para tentar complementar a renda.

De maneira geral, à medida que os inquéritos foram sendo realizados, foi ficando claro o aspecto conciliador da LCT. A organização, mesmo observando características que poderiam influenciar diretamente na morte dos operários, garantia aos leitores que as relações entre patrões e empregados, na “Progresso”, eram “as mais cordiais”. Ademais, ao final do primeiro inquérito, foram lançadas sugestões ao sindicato da fábrica, enquanto os donos do estabelecimento deveriam estar “juntos” para tomarem as providências.

O terceiro empreendimento fabril de Fortaleza, onde iria ser realizado o inquérito, era a fábrica têxtil “Santo Antônio”.<sup>36</sup> No entanto, o inquérito não ocorreu, visto que os legionários foram impedidos de entrar na fábrica por José Diogo de Siqueira, sócio do estabelecimento.<sup>37</sup> Tal imprevisto não impediu o jornal de divulgar informações sobre o cotidiano dos operários, uma vez que os legionários buscaram uma alternativa: o contato com os próprios operários têxteis da “Santo Antônio”.

Sendo assim, o jornal relata que:

A primeira irregularidade é a do excesso de trabalho. Ali não há um horário certo, pela razão muito simples de não existir no estabelecimento um relógio! ‘Iniciamos o serviço manhã cedo, diz-nos um operário, e só largamos para o almoço quando chega a boia do gerente. O nosso relógio lá na S. Antônio é o prato de comer do sr. gerente. Se for felicidade este chega as 11 horas, nós saímos a esta hora, se, porém, chega as 11:30, é justamente quando deixamos o serviço para o almoço. À tarde, para largarmos o trabalho é a mesma cousa, isto é, é a vontade exclusiva do sr. gerente, porque é ele que tem o relógio no bolso.’ ‘Vocês não sabem calcular quantas horas trabalham diariamente?’ ‘– Nove horas e meia, diz-nos com segurança o operário. (O LEGIONÁRIO, 1933, p. 4).

As informações levantadas, em relação à carga horária, são semelhantes às da fábrica “Progresso”. Porém, é necessário ressaltarmos alguns aspectos importantes: o primeiro

<sup>36</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: Porque o sr. José Diogo temeu a visita do “Legionário”? **O Legionário**. Fortaleza, 23 de março de 1933. P.4

<sup>37</sup> Não é nosso objetivo fazer uma discussão sobre a relação dos patrões com instituições como a LCT. Restringimos nosso foco em analisar as informações fornecidas pelo O Legionário sobre os aspectos já citados. Para saber melhor ver a tese de Eduardo Oliveira Parente (2020)

deles é que, desta vez, o jornal apresenta o depoimento de um operário têxtil, muito provavelmente na tentativa de dar veracidade ao inquérito, já que não tiveram acesso ao interior do estabelecimento. O segundo ponto é que o operário deixa claro, em depoimento para o jornal, que a carga horária de trabalho era acima das 8 horas diárias, e que os intervalos para almoço dependiam do gerente. Ou seja, além da excessiva carga horária, poderiam ficar demasiado tempo sem a alimentação necessária, o que enfraquecia o corpo e tornava-o mais vulnerável ao adoecimento por tuberculose.

O fato de os operários não terem controle sobre o próprio tempo de trabalho, no caso da “Santo Antônio”, devido à falta de um relógio, é algo que nos remete às análises de Edward Thompson (1998) sobre o processo de controle do tempo e a disciplina de trabalho, na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Segundo o historiador:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998, p. 272).

Isto é, os patrões garantiam o controle do tempo e, conseqüentemente, da produtividade desses operários. À vista disso, na “Santo Antônio”, o relógio convencional não existia, e os operários têxteis deveriam “ser guiados” pelos horários do gerente. Nesse caso, o “desperdício” de tempo seria o intervalo para o almoço.

Ainda no inquérito sobre a “Santo Antônio”, os legionários incluíram notícias sobre questões de higiene. De acordo com o jornal, “as condições higiênicas da fábrica são péssimas. A sentina é uma verdadeira imundície. O grande problema do estabelecimento é a água. Ali não existe a limpa e preciosa”.<sup>38</sup> Aqui, observamos mais um agravante para o acometimento da tuberculose entre os operários têxteis: a água limpa é fundamental para manter o organismo saudável, e a deficiência de tal elemento é fator (in)direto para o adoecimento por tuberculose. Se contaminada, a água é considerada fator direto no processo de contágio.

Ao descrever os aspectos relativos ao fornecimento e ao consumo de água numa fábrica têxtil de São Paulo, Maria Alice Rosa Ribeiro (1988, p. 122-123) observou que:

As condições do fornecimento de água ao consumo dos operários foram assim descritas pelo médico sanitário que visitou as fábricas do algodão ‘Imundices de todos os calibres e qualidades dominavam o ambiente das caixas e encanamentos. Quando existe obstrução impedindo o jorro, opera-se a limpeza [...] O operário satisfaz suas exigências ou colocando a boca diretamente nessas torneiras ou servindo-

---

<sup>38</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: Porque o sr. José Diogo temeu a visita do ‘‘Legionário’’? **O Legionário**. Fortaleza, 23 de março de 1933. P.4

se de canecas utilizadas por vários deles [...] A utilização direta ou pelas canecas, por sem dúvida, pode concorrer a outras infecções quais a tuberculose, a sífilis’.

Ao expor, por exemplo, que a “sentina era uma verdadeira imundície”, *O Legionário* deixa claro semelhanças entre as fábricas têxteis e as condições que favoreciam a propagação da tuberculose e o enfraquecimento do organismo dos operários têxteis. Nesse sentido, percebemos que o jornal não faz uma relação das péssimas condições de higiene e as doenças. Seria uma forma de amenizar as críticas aos patrões?

Mas, afinal, em que medida o inquérito realizado surtia um efeito positivo para o operário têxtil? É necessário ressaltar que a resposta que obtemos nos é apresentada pelo próprio jornal. Sobre a visita na “Santo Antônio”, foi relatado que:

Estão de parabéns os legionários da ‘Fábrica S. Antônio’. A nossa reportagem, expondo a situação dos operários, ali, vae surtindo os efeitos desejados. Quarta-feira, de ordem do chefe, foram postos na fábrica barris com as respectivas torneiras, contendo a água tão necessária, tão ansiada pelos trabalhadores. A Saúde Pública fez por igual na pessoa de um médico a indispensável visita ao estabelecimento, verificando que, de facto, ali faltava higiene, sendo então tomadas as providencias que o caso estava a exigir. O gerente, por sua vez, já não manda bater a hora do almoço, pela vinda da sua boia. Avisa antes, muito antes... (O LEGIONÁRIO, 1933, p. 4).

Por meio da informação, podemos analisar os efeitos reais dos inquéritos que, aparentemente, surtiram uma ação coletiva dos operários organizados, assim como a ação das autoridades públicas na área da saúde, ponto bastante tocado pelos legionários. Outro apontamento, tido como “efeito positivo”, foi em relação ao horário de almoço dos operários têxteis, que passava a não depender mais do horário do gerente. Não é possível afirmar se tais medidas foram levadas a cabo, nem por quanto tempo foram garantidas, contudo, de fato, os inquéritos mexeram com a “exploração confortável” que os patrões detinham sobre os operários.

O inquérito levantado sobre a fábrica “Ceará Industrial” tornou-se um dos mais reveladores.<sup>39</sup> O estabelecimento também era de propriedade dos irmãos Siqueira, mesmo grupo da “Santo Antônio”, sendo Francisco Diogo de Siqueira, o *Checo*, o responsável neste caso. Definido pelo jornal como um grande carrasco, *Checo* era conhecido pelas suas “violências e caprichos descabidos”, além de responsável pela situação de penúria na qual trabalhavam os operários têxteis da “Ceará Industrial”.

Utilizando o método anterior, ao se comunicar com os operários do estabelecimento, os legionários obtiveram informações sobre as condições de trabalho naquela

---

<sup>39</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: continuam cerradas ao “legionário” as portas das fábricas do sr. Diogo. *O Legionário*. Fortaleza, 1 de abril de 1933. P. 4

fábrica, visto que também foram impedidos de adentrar em mais um recinto fabril do grupo A. D. Siqueira e Filhos. Num subtítulo chamativo, o jornal expôs as condições de trabalho para as quais queria chamar atenção: “Falta absoluta de hygiene – O problema d’água – Horário de trabalho – Exiguidade de salários.” Segundo esta matéria:

O horário de trabalho é de 10 horas. Férias, leis de acidentes não existem para a fábrica do sr. *Checo*. Ao operário doente, não lhe é prestado nenhum socorro. A sua função é trabalhar enquanto gozar saúde e morrer de fome ao abandono, quando enfermo. [...] As condições de hygiene são desgraçadamente péssimas. É uma verdadeira imundície. A Saúde Pública está, pois, na obrigação de fazer quanto antes uma visita ali; como fez na ‘S. Antônio’. A saúde dos operários reclama essa visita, principalmente no momento actual, em que estão grassando as doenças infecciosas. (O LEGIONÁRIO, 1933, p. 4).

Para os legionários, a saúde do operário têxtil era algo que carecia de bastante atenção, especialmente devido às condições de insalubridade às quais estavam expostos no ambiente fabril. No entanto, tal preocupação não seria mera bondade da organização integralista, já que “o operário dispende de tempo para um descanso mais demorado, é claro que adquirirá mais vigor para o desempenho do seu mister”.<sup>40</sup> Ou seja, a saúde do operário têxtil deveria ser preservada a fim de garantir a produção do setor têxtil.

Nesse sentido, o conceito de “fábrica higiênica”, debatido por Santos (2014), é bastante relevante. Segundo o autor, o taylorismo serviu de base para o pensamento das fábricas higiênicas ou “administração científica da fábrica”. De forma resumida, tal ciência consistia no melhoramento do ambiente de trabalho, a fim de garantir o máximo de produção do operário, tanto em qualidade quanto em quantidade. Em seus estudos, Santos (2014) relata que o modelo serviu de inspiração para um empresário do ramo têxtil no estado de Sergipe, entre os anos 40 e 50.

Em nossas pesquisas, é curioso perceber que a prática de uma “fábrica higiênica” passou distante dos empresários do ramo têxtil em Fortaleza. Ao observarmos, até o presente momento, as análises médicas d’*O Legionário*, vemos que a hygiene fabril era um problema real. Até diante da fábrica de Thomaz Pompeu, considerado o mais “modernizador” e “progressista”, foi possível identificar as falhas em relação à insalubridade e os diversos casos de tuberculose entre trabalhadores, além de, especialmente, a falta de suporte aos operários têxteis adoecidos. É possível que os empresários do ramo têxtil tivessem contato com as novas ideias que circulavam no meio fabril, tal qual a “fábrica higiênica”, mas isso não queria dizer que tais ideias seriam colocadas em prática.

---

<sup>40</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: continuam cerradas ao “legionário” as portas das fábricas do sr. Diogo. *O Legionário*. Fortaleza, 1 de abril de 1933. P. 4.

O inquérito dos legionários seguiu por outras fábricas. Da indústria têxtil, ainda foram visitadas as fábricas Santa Elisa, Usina Ceará, São José, Santa Maria e Baturité. De maneira geral, os relatos seguiram na linha do que já vinha sendo apresentado: verificação de salários, do cumprimento das leis vigentes (tais como a de acidentes e a de férias), da carga horária de 8h diárias e de condições de higiene. No entanto, gostaríamos de ressaltar dois pontos:

- a) os legionários foram impedidos de entrar nas fábricas “Santa Elisa” e “Usina Ceará”, que também eram parte do grupo A. D. Siqueira;
- b) as fábricas “Santa Maria” e “São José” foram bastante elogiadas pelos legionários.

Na visita à “São José”, o inquérito ressaltou alguns aspectos higiênicos que nos apresentam indícios de situações favoráveis à propagação da tuberculose: na seção de *batedores*<sup>41</sup>, ressaltam que “o mestre Muller faz sentir que, em breve, serão adotados aparelhos automáticos para condução do algodão, evitando assim que o operário tenha qualquer ligação com o mesmo e, ao mesmo tempo, para evitar o desprendimento da poeira, que é prejudicial à saúde do operário”.<sup>42</sup> De acordo com Ribeiro (1988), a seção de batedores poderia ser considerada uma das mais prejudiciais à saúde dos operários têxteis, a depender do tipo de tecnologia empregado:

O algodão retirado dos depósitos era levado aos punhados para os abridores e batedores que realizavam operações mecânicas com a finalidade de extrair das fibras o maior número de impurezas – terras, folhas, resíduos de caroços. Ao sair dessas máquinas as felpas encontravam-se em ordem mais ou menos homogênea e o mais paralelas possível. [...] Apesar de em geral essas operações serem realizadas por máquinas, a batedura podia ser feita a mão, principalmente quando o tipo de algodão manipulado era muito sensível, suportando mal a batedura mecânica. Nesse caso colocava-se o algodão numa caixa retangular, com fundo de rede de corda. O operário, auxiliado por uma vara, batia de modo a retirar as impurezas. Considerava-se esse método imperfeito e prejudicial à saúde do trabalhador, sendo por isso raras vezes empregado. (RIBEIRO, 1988, p. 103).

No caso da “São José”, o jornal declarou que os aparelhos automáticos, anunciados pelo mestre Muller, “são um grande melhoramento que dentro em breve será introduzido na fábrica São José” (O LEGIONÁRIO, 1933, p. 10). Ademais, apesar das considerações

---

<sup>41</sup> Segundo Tavares (2020): ‘Primeiramente, o algodão chegava ao setor dos batedores. Eram fardos e mais fardos de algodão para um primeiro tratamento. Eles eram abertos, limpos e transformados em flocos.’ Ou seja, a seção dos batedores consistia no processo que maior gerava poeira do algodão, sendo bastante prejudicial à saúde dos têxteis.

<sup>42</sup> Inquérito nos estabelecimentos industriais: A nossa visita à fábrica ‘S. José’. **O Legionário**. Fortaleza, 1 de maio de 1933. P. 10



realizadas sobre a “São José”, o estabelecimento foi bastante elogiado por suas condições de salubridade:

[...] o operário ali, gosa de absoluto conforto. O asseio da fábrica nada deixa a desejar. O operário de certo, se sentirá assim encorajado para o trabalho, não o tendo como uma prisão como se verifica em muitas fábricas, consideradas como verdadeiros presídios operários. A água para o operariado é conservada em depósito apropriado. As sentinas são assejadas convenientemente. Não são observados ainda o horário de oito horas, a lei de acidentes de trabalho e a de férias. (O LEGIONÁRIO, 1933, p. 10).

Na citação acima, é relevante nos atentarmos à comparação de estabelecimentos fabris com uma prisão. Os ambientes favoráveis para a propagação da tuberculose e de outras doenças pulmonares detinham as mesmas características: locais fechados, sem ventilação nem iluminação solar, que propiciavam a aglomeração de pessoas. No caso da fábrica têxtil, ainda havia o agravamento por conta do pó do algodão.

Decerto, os inquéritos foram instrumentos importantes para as reivindicações dos operários têxteis. Por mais que fossem coordenados por uma instituição conciliadora que, muitas vezes, buscava o apoio dos empresários têxteis, e, quando o obtinha, fazia o abrandamento de suas denúncias, os inquéritos proporcionaram a instrumentalização das pautas dos têxteis, além de darem visibilidade a condições que tinham impacto direto e indireto na saúde dos operários e no combate à tuberculose. Mesmo não citando diretamente a tuberculose como moléstia presente no cotidiano fabril, são claros os elementos presentes nas fábricas têxteis de Fortaleza que corroboravam o contágio e o adoecimento por tuberculose.

#### **2.4 A imprensa e os operários têxteis falam sobre a tuberculose: *O Democrata***

*O Democrata* é um jornal comunista que funcionou em período posterior a *O Legionário*, de 1945 a 1958, com sede na cidade de Fortaleza. Vendendo-se como defensor da revolução socialista e dos trabalhadores, o periódico também foi fundamental na organização da luta dos operários têxteis na capital cearense. Sendo comunistas, não tinham o caráter conciliador presente n’*O Legionário*, logo, suas denúncias sobre as condições de trabalho dos operários têxteis foram bem mais contundentes.

Apelidados de “tubarões” pelo jornal, os empresários têxteis de Fortaleza tiveram que lidar com as críticas d’*O Democrata*, que tentava ganhar o máximo de apoio dos operários cearenses. De maneira geral, o periódico se preocupou em denunciar, no ramo têxtil, aspectos relacionados aos salários, à alimentação e às condições de trabalho, especialmente no que concerne ao cumprimento de leis de carga horária, férias e abonos. Dessa forma, podemos

observar como as condições de trabalho dos operários têxteis de Fortaleza foram catalisadoras no acometimento da tuberculose entre esse grupo.

No primeiro ano sob administração comunista, *O Democrata* ia dando os primeiros apontamentos de sua gestão. No dia 27 de agosto de 1946, em página de capa, foi publicado que “São perseguidos e explorados os operários da Fábrica São José”. Na matéria, alguns relatos sobre a carga horária de trabalho e as suspensões injustas, segundo o jornal:

Outra irregularidade que se nota na Fábrica São José e que traz prejuízo aos operários, é o desrespeito ao horário. [...] Esses operários trabalham de 6 às 14 horas, ininterruptamente, não tendo permissão, nem mesmo para irem almoçar. [...] Quatro dessas suspensões foram motivadas pelo fato de recusarem-se os operários, sábado último, a trabalhar 1 hora extraordinária, o que só lhes traria prejuízo. Foram acusados por isso de ‘abandonarem o trabalho’ e suspensos por 6 dias, com prejuízo de suas famílias que passarão assim 6 dias de fome. Disse um dos operários que o patrão faria isso, para que o trabalhador ‘volte mais manso, depois de uma semana de fome’. (O DEMOCRATA, 1946, p. 1).

No período de publicação do jornal *O Democrata*, a lei que regulamentava a jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 semanais já havia sido estabelecida. Nos anos 30, já durante o governo Vargas, foram impostos limites sobre a quantidade de horas de trabalho para funcionários do comércio e da indústria. Em 1943, com a promulgação da CLT, a carga horária foi respaldada de maneira mais exemplar. O que podemos observar na prática é que, mesmo com a consolidação das leis trabalhistas, as limitações legislativas eram claras, visto que a execução das longas jornadas de trabalho continuava a vigorar nas fábricas têxteis de Fortaleza. Ao analisarmos *O Legionário*, e realizarmos uma comparação com *O Democrata*, cada qual em seu contexto de produção, podemos considerar que as irregularidades no ambiente de trabalho perduraram anos para a classe operária têxtil.

Os patrões empenharam-se em manter as longas jornadas de trabalho nas fábricas têxteis, já estando claras as deficiências nas fiscalizações, e seguiram utilizando os meios possíveis para manter o operário trabalhando durante horas ininterruptas. Em 1952, ao longo do governo democrático de Getúlio Vargas, *O Democrata* publicou que “Tentam oficializar a jornada de 10 horas nas fábricas de tecido”, onde, segundo relato dos operários de diversas fábricas: “a tentativa revoltante dos patrões de fazer vigorar uma jornada monstruosa de trabalho que, de acordo com sua insaciável sede de lucros, seria fixada em 16 horas de trabalho, o que aliás, já está acontecendo na fábrica ‘Santa Cecília’.” Mas afinal, como os patrões agiram para manter os operários trabalhando essa carga horária? Segundo as denúncias da “cartada criminosa”, os patrões contavam com “o fato dos trabalhadores tarefeiros perceberem um salário ridículo que não atinge sequer o salário mínimo. Daí porque, ante as constantes

reclamações dos trabalhadores, exigindo aumento no pagamento, [...] os patrões respondem invariavelmente: ‘trabalhem mais que vocês ganham mais’.” (O DEMOCRATA, 1952, p. S.N). Além disso, operavam procedimentos ilegais, como a prisão de operários dentro do ambiente de trabalho.<sup>43</sup>

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2009, p. 7):

A jornada de trabalho tem posição de destaque nos debates públicos e especializados sobre as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores nos países em desenvolvimento. Neles, expressa-se a preocupação em relação a um dos fatores que contribuem para as más condições de trabalho: o fato de que muitos trabalhadores são levados a cumprir jornadas longas e descontínuas em detrimento de sua saúde, de suas famílias e de sua vida fora do trabalho.

Ou seja, questões relacionadas à jornada de trabalho são debatidas ainda hoje, porém, há consenso sobre os prejuízos de cargas horárias que levam à exaustão. Nesse sentido, percebemos que o “costume” das longas jornadas de trabalho nas fábricas têxteis de Fortaleza tinha influência direta sobre o adoecimento por tuberculose, com a exaustão dos corpos e o contato frequente com o bacilo de Koch. No caso dos operários têxteis, o processo era ainda mais complicado, visto que, além de trabalharem demasiado, o ambiente era insalubre e, como a matéria retrata, não podiam tirar pausas para se alimentarem. Portanto, era um combo de corpos exaustos fisicamente, que trabalhavam horas seguidas, expostos à insalubridade e ao bacilo de Koch que, por final, acabava por favorecer o contato, o contágio e a transmissão da doença, e não podiam manter uma alimentação suficiente. A tuberculose era presença inevitável a partir desses aspectos.

É necessário ressaltar, ainda, que tudo isso não acontecia sem a objeção dos operários têxteis, visto que a notícia abordou uma punição sofrida por quatro operários, em consequência da decisão de não trabalharem horas extraordinárias. O motivo? O jornal revela que “as horas extraordinárias não são pagas”. Era, no entanto, uma luta desigual, pois, em retaliação à ação dos operários, a “São José” suspendeu-os por seis dias. Lutavam, assim, os operários têxteis contra as más condições de trabalho e contra o bacilo invisível da tuberculose.

Diego Armus, em estudos sobre a tuberculose na Argentina, aponta um aspecto importante a ser pensado quando falamos de uma doença: a sua construção, por diversos setores sociais, como tal. Segundo o autor, a associação do trabalho excessivo e a tuberculose “se fue gestando desde fines del siglo XIX” (ARMUS, 2007, p. 187). Nesse sentido, Armus aponta dois grupos: um primeiro, compreendido pelos que debatiam e acompanhavam a jurisprudência

---

<sup>43</sup> Na mesma matéria, o jornal relatou o caso da fábrica “Siqueira Gurgel”, onde “os dirigentes da empresa mandaram colocar cadeados nas seções visando impedir a retirada dos operários”. **O Democrata**, 27 de set. de 1952.

sobre a tuberculose ser ou não uma doença profissional, e o segundo, daqueles que qualificavam o trabalho excessivo e a exploração capitalista como fatores que facilitavam o contágio e o adoecimento pela tísica.

Em Fortaleza, se pegarmos o exemplo de Armus, poderíamos dividir entre a classe médica e a imprensa operária. Cada qual com um discurso sobre a tuberculose, mas que era fortemente atrelado à relação com os trabalhadores da cidade, principalmente os têxteis. Nesse sentido, podemos observar que a construção do discurso da imprensa operária perpassa análises que demonstram, efetivamente, que o trabalho excessivo era comum na indústria têxtil, por isso, sua relação com a tuberculose. Em outra matéria, no ano de 1950, observamos o seguinte título na capa da edição de agosto: “Roubam os direitos e o suor dos operários da fábrica ‘São José’: [...] fome, miséria e *liquidação física* entre os tecelões daquela empresa” (O DEMOCRATA, 1950). No título, ao utilizar a palavra “suor”, o jornal estava se referindo ao trabalho excessivo, a partir de uma das formas pelas quais isso era refletido no corpo, e explicam no subtítulo, de maneira mais incisiva, ao usarem a expressão “liquidação física”. Já no corpo da matéria foi relatado que:

Os operários da fábrica ‘São José’ confessam que estão caminhando a passos largos para a liquidação física e para a morte semanalmente, afirmaram operários. Se desligam da empresa *atacados de tuberculose* e outras doenças. *Isto é o resultado do trabalho excessivo, da fome e da miséria em que vivem aqueles tecelões.* Com efeito, os operários da ‘São José’, estão fazendo jornadas de trabalho de 10 horas diárias... (O DEMOCRATA, 1950, p.1 grifo nosso).

Ou seja, de diversas formas, características que favoreciam o adoecimento por tuberculose estavam presentes na rotina de trabalho dos operários têxteis, o que tornava a tísica uma das doenças que causavam grandes taxas de mortalidade entre esse grupo. Por meio das matérias que relatavam perseguição e exploração, o jornal ia deixando claro, para o leitor operário, que a tuberculose era resultado das condições impostas pelos patrões. O relato sobre as condições de trabalho na fábrica “Santa Cecília” demonstra tal perspectiva. Como não tinham a intenção de conciliar patrões e empregados – como *O Legionário* – as críticas d’*O Democrata* eram mais contundentes:

TRABALHO EXAUSTIVO: Acerca das condições de trabalho disseram que um número elevado de trabalhadores vem trabalhando até dez horas da noite todos os dias, por imposição do gerente. Esses trabalhadores – homens e mulheres – tem apenas uma hora de descanso nessa jornada longa que começa as 6 da manhã e vai até as dez. Uma hora para o almoço. Na seção de tecelagem trabalha-se com três máquinas, o que significa um esforço duplicado que afinal só serve mesmo aos patrões. [...] esses lucros custam o sacrifício dos trabalhadores, que se matam ao pé dos teares [...] (O DEMOCRATA, 20 out. de 1951).

A matéria foi fruto da denúncia de um conjunto de operárias da fábrica que, reunidas, procuraram o jornal para falar sobre tais condições. A fábrica “Santa Cecília” era um dos estabelecimentos de maior exploração, segundo relatos e pesquisas.<sup>44</sup> Percebemos que a carga horária denunciada foi maior do que as de outras fábricas citadas anteriormente, chegando a 15 horas diárias, com 1 hora de pausa para almoço. Ainda é possível questionar se o horário para almoço era realmente cumprido, já que existem relatos de que os gerentes, muitas vezes, não permitiam tais pausas. Outro ponto abordado na matéria é que, além do aumento de carga horária, aumentava-se o serviço. Ou seja, as operárias trabalhavam horas excessivas e com uma carga duplicada, garantindo ainda mais a fragilidade física dos operários e das operárias do estabelecimento. Mesmo sendo uma imposição dos gerentes e dos patrões, o jornal ainda relata que “os operários aceitam porque é uma maneira de melhorar os salários miseráveis que percebem. O que ganham em oito horas de trabalho não chega sequer para comprar um quilo de feijão”. Deixam claro, portanto, que os operários não tinham escolha, além de arriscar a saúde: “Tem, portanto, de enfrentar a jornada de 15 horas para não morrer de fome; entretanto, a verdade é que se arriscam a morrer vitimados pela tuberculose” (O DEMOCRATA, 1951, p. S.P).

As condições do ambiente de trabalho também deveriam cumprir um requisito mínimo legal, e o debate sobre o tema tinha ganhado força, especialmente após a abolição da escravidão, quando foi “instituído” o trabalho assalariado. O decreto 1.313, de 17 de janeiro de 1891, foi um dos precursores sobre o assunto, trazendo, por exemplo, a seguinte recomendação no seu artigo 7º: “A ventilação das oficinas será franca e completa, a juízo do inspector, o qual poderá obrigar o dono da fabrica, quando for preciso, a empregar qualquer dos diferentes processos de ventilação artificial, de modo que nunca haja risco de confinamento e impurificação do meio respiratorio” (DECRETO 1.313 DE 1891). Ou seja, observamos um processo inicial, bastante lento, no que concerne à regulação do ambiente fabril. Nesse sentido, as condições do ambiente fabril têxtil em Fortaleza, nos anos 1950, ainda eram um problema. *O Democrata*, por exemplo, aponta uma série de aspectos anti-higiênicos nas fábricas têxteis que, ao analisarmos, é possível relacionar, direta e indiretamente, com a transmissão e o adoecimento pela tuberculose. Observemos o que foi relatado sobre a fábrica “José Pinto do Carmo”<sup>45</sup> ao jornal:

---

<sup>44</sup> Jormana Maria Pereira Araújo, desenvolveu vastas pesquisas sobre o contexto de experiência dos trabalhadores da fábrica Santa Cecília, especialmente sobre o ponto de vista do gênero, analisando a vivência feminina dentro deste estabelecimento industrial.

<sup>45</sup> Os têxteis exigirão 100% do aumento. **O Democrata**. Fortaleza, 28 de junho de 1950. Nº 1086.

Na fábrica que vimos falando, existem 4 banheiros há tempos construídos, os quais vivem fechados, sendo proibido aos operários fazer uso dos mesmos. [...] De fato não se compreende, que os trabalhadores da ‘José Pinto do Carmo’ viva privados de tomarem o seu banho após o trabalho por um simples capricho dos patrões, que conservam os banheiros lacrados. (O DEMOCRATA, 1950, p. S.N).

Figura 1 – Fábrica de Tecidos “Baturité”



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/12/a-origem-do-operariado-cearense.html>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Ora, “um simples capricho” dos dirigentes das fábricas têxteis poderia custar a vida de um operário. Vejamos: além dos motivos já citados anteriormente, como carga horária e impossibilidade de se alimentarem no trabalho, a fábrica têxtil era insalubre por si só, devido à matéria-prima que utilizava: o algodão. A poeira, ou pó do algodão, era motivo suficiente para causar o adoecimento dos operários têxteis.<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Consideremos o que diz uma página de engenharia sobre a exposição a poeira do algodão nos dias de hoje: No que se refere ao tamanho das partículas sólidas em que a poeira de algodão está inserida, são as partículas finas denominada de pó e que possuem diâmetros inferiores a 25  $\mu\text{m}$  e deste modo, podem penetrar as membranas dos pulmões acumulando-se nos espaços disponíveis dentro dos pulmões, ou seja, nos alvéolos pulmonares. Desse modo a ocupação dos espaços no interior dos pulmões, prolonga o trajeto da difusão para o oxigênio, dificultando a respiração e conseqüentemente ocasionando a dificuldade na respiração e falta de ar. A poeira de algodão é do tipo orgânica sendo responsável pela enfermidade bissinose, tratando-se de uma pneumoconiose, podendo resultar em doenças pulmonares ou intoxicações. Via de regra os principais sintomas são: dores no peito, tosse, dispnéia e deficiências do aparelho respiratório. A bissinose é de difícil detecção por meio de exames radiográficos. Atualmente os exames de imagens por meio de tomografia computadorizada cumprem importante papel na

Assim, o trabalhador estava exposto ao pó do algodão durante 10 ou mais horas diárias, sem uma alimentação adequada e sem poder tomar banho ao final do expediente, para “se livrar” de toda a poeira que estava contaminando seus pulmões, por conta de um “simples capricho dos patrões”. Poeira que poderia estar contaminada com o bacilo de *Koch*, o que era bastante possível, já que “os operários estavam morrendo de fome e que muitos já se encontram vomitando sangue ao pé das máquinas” (O DEMOCRATA, 1950, p. S.N). O “vômito de sangue” era um claro sintoma de tuberculose; se vomitavam, também tossiam e expeliam milhões de bacilos durante o período de trabalho, o que garantia o contágio e a transmissão da peste branca entre os operários.

A questão dos banhos pareceu perdurar e, ainda, causar indignação entre operários e imprensa. Em 1952, *O Democrata* relatou que estava “Proibido banho na São José”, onde o dirigente, José Bento, desautorizou “que os tarefeiros tomem banho antes do termino normal do expediente”. Além disso, o jornal escreveu que “José Bento achou que essa medida arbitrária ainda era pouco e tratou de ampliá-la, isto é, proibiu inclusive que os operários lavassem as mãos antes do término do expediente” (O DEMOCRATA, 1952, p. S.N).

As condições impostas pelos patrões e pelos dirigentes das fábricas têxteis iam além das dificuldades com o banho. Além de denunciar outras irregularidades na “Santa Cecília”, o jornal falou sobre a situação dos operários diante das condições do ambiente fabril:

Por lei todas as fábricas devem ter bebedouros, aparelhos sanitários e refeitórios. Todavia, os patrões mandam as [ilegível] determinação, entre eles os donos da Santa Cecília. Ali os operários (os tarefeiros bem entendidos) fazem sua refeição em uma área que existe ao lado das privadas. Era o ‘refeitório’... [...] como a saúde pública não existe para tais casos a sua solução vai depender dos próprios operários... (O DEMOCRATA, 29 de nov. 1952).

Numa matéria posterior, o jornal ainda fala sobre o caráter “anti-higiênico” dos bebedouros da fábrica (O DEMOCRATA, 1952, p. S.N). De acordo com Maria Alice Ribeiro, sobre as condições de trabalho da indústria têxtil paulista: “fora esses elementos que dominavam o ambiente fabril apareciam outros, como as instalações sanitárias, a água destinada ao consumo dos operários, cujos efeitos não deixavam de ser menos prejudiciais”. E, sobre as condições gerais, afirma que: “Todos esses aspectos da insalubridade reinavam nas fábricas. Não constituíam privilégio apenas da indústria têxtil, como também é certo que em algumas fábricas de fiação e tecidos as condições de salubridade eram melhores do que outras; porém, a regra geral não era esta” (RIBEIRO, 1988, p. 122-123).

---

detecção da extensão da lesão a nível pulmonar nos pacientes enfermos com essa doença. Ler em: <<https://www.c3eng.com.br/exposicao-poeira-algodao>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Podemos afirmar que Fortaleza se encontrava em situação bastante semelhante à relatada por Ribeiro. As condições de (in)salubridade das fábricas têxteis, instaladas na capital cearense, favoreciam largamente a transmissão, o contágio e o adoecimento por tuberculose. Na “Siqueira Gurgel”, por exemplo, a “imundície generalizada” na fábrica foi denunciada ao jornal, onde “as seções são varridas apenas de dez em dez dias. Além disso existe um número aproximado de 20 aparelhos sanitários, alguns dos quais entupidos por falta de asseio. Não se torna necessário acrescentar que nessas condições o lixo amontoa-se nas seções e a fedentina das privadas torna o ar irrespirável” (O DEMOCRATA, 1952, p. S.N).

Numa visita à vila operária da maior fábrica de tecidos de Fortaleza, a “São José”, no bairro Jacarecanga, o jornal obteve relatos de trabalhadores que resultaram numa extensa denúncia sobre as condições de trabalho naquela fábrica, ressaltando que tais condições implicavam diretamente no adoecimento dos operários, inclusive por tuberculose. Segundo a matéria:

As condições higiênicas nos locais de trabalho são péssimas. As operárias não dispõem de bebedouros higiênicos, nem de privadas em quantidade suficiente. A poeira do algodão toma conta de tudo acarretando gripes violentas. Os mestres e contramestres não se preocupam nem sequer com a limpeza regular das seções. A única coisa que lhes interessa é exigir maior produção sem levar na devida conta o estado de saúde e do pauperismo das operárias. (O DEMOCRATA, 28 de ago. de 1953, p. S.N).

Neste relato, é importante percebermos o uso da expressão “gripes violentas”. A tuberculose e a gripe são doenças que chegam a ter sintomas bastante similares, como a tosse, a febre e a fadiga. Além disso, o uso do termo “violentas” significa uma gripe mais forte que o comum. Levando em consideração a dificuldade de acesso a médicos, medicamentos e equipamentos de diagnóstico, por parte dos operários, podemos levantar a hipótese de que grande parte dessas “gripes violentas” era a própria tuberculose.

Reforçando a ideia da presença da tuberculose entre os têxteis, dentro da própria fábrica, a matéria acima ainda revela que “mesmo constatada a doença, os operários ainda permanecem no serviço”. *O Democrata* aponta sua interpretação para que os operários “se obrigassem” a trabalhar doentes:

A jornada de trabalho de uma maneira geral ultrapassa de 10 horas. O que os trabalhadores ganham por dia, mesmo os adultos, não atingem sequer o salário mínimo de 23,00 por dia. Levando-se em conta o alto nível do custo de vida, compreende-se facilmente que os têxteis estão passando as maiores privações, juntamente com as suas famílias. *Fracos, depauperados e doentes, os trabalhadores são presas fáceis da tuberculose, de toda sorte de doenças.* Mas conseguir uma licença na São José é um problema dos mais sérios. Muitas vezes os operários continuam trabalhando, mesmo [ilegível] de tuberculose [...] ademais, os trabalhadores preferem continuar trabalhando, enquanto isso lhes seja possível, *enquanto não vomitam sangue sobre as*



*máquinas*, porque o auxílio que o Instituto lhes oferece de mais parece uma esmola do que direito. (O DEMOCRATA, 28 de ago. de 1953, p. S.N).

Ou seja, os operários “optavam” por continuar trabalhando, mesmo doentes, porque preferiam isto a ficar sem receber os míseros salários e, por consequência, morrer de fome. O fato de continuarem trabalhando doentes revela mais uma condição anti-higiênica que permeava as fábricas têxteis. Ao que sabemos, os estabelecimentos têxteis de Fortaleza não faziam objeção para impedir que trabalhadores doentes de tuberculose, por exemplo, entrassem nas fábricas, a fim de evitar que a cadeia de transmissão da doença se perpetuasse no ambiente.<sup>47</sup>

De acordo com Edgar Salvadori de Decca (1983, p. 48), o processo de industrialização requer “[...] inúmeras estratégias de organização do universo cultural de uma sociedade que se vê obrigada a se defrontar cotidianamente com a fábrica”. Nesse sentido, compreendemos que Fortaleza esteve inserida nesse contexto de “modernização” que acarretou, também, em uma disciplinarização dos espaços dentro e fora das fábricas têxteis, ocupados pelos operários.

Ainda segundo Decca (1983, p. 49):

Ao historiador [...] tornam-se estratégicos tanto os momentos nos quais as classes dirigentes possuem um saber consolidado sobre a fábrica e se movem no terreno da luta social respaldados por esse arsenal, bem como as situações históricas nas quais as suas armas são as de repressão sem nenhum disfarce.

Parte das condições apresentadas aqui, como o controle sobre o uso da água e dos sanitários, eram estratégias de disciplinarização que o processo industrial requeria do operário, dentro do ambiente fabril. Assim sendo, as medidas utilizadas pelos patrões, em Fortaleza, eram demasiadas exploratórias, especialmente quando tais medidas comprometiam, diretamente, a saúde dos operários têxteis e desconsideravam questões higiênicas. O objetivo era garantir a maior produção possível, à custa de operários doentes de tuberculose.

É possível dizer que os empreendimentos têxteis, em Fortaleza, “ignoraram” preceitos higiênicos que poderiam aumentar a produtividade desejada pelos patrões, assim como fortalecer a disciplinarização dos operários. Nesse caso, os patrões e os dirigentes partiram para “a repressão sem nenhum disfarce”, como assinalou Edgar Decca (1983). Tais estratégias também estiveram no âmbito dos saberes, como já demonstramos em relação à ciência médica, e buscaram efetivar o controle e a disciplina dos operários têxteis para além das

---

<sup>47</sup> Em outra matéria, agora do ano de 1954, o jornal também relatou que na fábrica têxtil “Santa Cecília” “Os operários trabalham doentes para não terem o salário cortado” (O DEMOCRATA, 15 de jan. 1954)

fábricas. Foram, então, para a esfera doméstica, sobre a qual analisaremos dois pontos: a alimentação e, por último, as habitações.

### 3 CAPÍTULO II – ALIMENTAÇÃO DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE FORTALEZA

Neste capítulo, buscamos explorar as condições de alimentação dos operários têxteis de Fortaleza e, a partir das análises médicas, entender como estavam relacionadas ao processo de adoecimento por tuberculose. Nesse sentido, almejamos responder questionamentos como: o que comiam? Qual a relação entre a alimentação desses trabalhadores e o contágio e adoecimento pela tísica? Os salários são parte fundamental para compreendermos a relação estabelecida. Assim sendo, traçamos um panorama inicial sobre os estudos da alimentação, a relação com a tuberculose, as explicações dos médicos cearenses sobre o assunto, e por final, os relatos dos operários têxteis de Fortaleza sobre o tema.

#### 3.1 Descrição da alimentação e relação com a tuberculose

[...] – É por isso que *mesmo que a gente tivesse o que comer* não podia ir em casa, não dá tempo. E temos que ficar por aqui mesmo, *enganando o estômago com uma chicara (sic) de café e um pedaço de pão duro*.<sup>48</sup>

A História da Alimentação tem permitido, aos historiadores, buscar outras formas de analisar o passado e o presente. Nos últimos anos, tem ganhado espaço e garantido uma série de pesquisas que visam dar cabo de um tema pouco pesquisado anteriormente. Nesse sentido, podemos observar diversas pesquisas que relacionam a alimentação e a saúde. Nesse caminho, a partir da relação com a História Social do Trabalho, analisaremos a alimentação dos operários têxteis de Fortaleza e sua relação com o acometimento da tuberculose entre esse grupo.

Jaime Rodrigues, um dos nomes de referência da área, nos apresenta esta nuance mais particular, trazendo uma pesquisa sobre os hábitos alimentares das classes populares paulistas. O autor faz uso de fontes especiais para a História da Alimentação, as “Pesquisas de Padrão de Vida”, que segundo ele, “tratava-se de amplas coletas de dados cujo objetivo oficial e declarado era subsidiar a definição do valor do salário-mínimo, instituído no Brasil em meados da década de 1930” (RODRIGUES, 2011, p. 531). Rodrigues ainda apresenta detalhes sobre os hábitos alimentares das classes populares, como os alimentos que entravam nas refeições das famílias.

---

<sup>48</sup> Relato de um operário têxtil da fábrica tecidos São José sobre seu cotidiano. PASSAM até três dias... **O Democrata**, Fortaleza, n. 2037, 1 ago. 1953. grifo nosso.

Destacando que os caminhos sobre a fome levam à discussão sobre a má distribuição de renda, Rodrigues (2007) levanta uma questão importante: a má alimentação das classes trabalhadoras se dá devido aos aspectos econômicos ou à ignorância em relação a hábitos alimentares saudáveis? Balizado pelas fontes, o pesquisador demonstra que o péssimo salário é fator determinante sobre o que entra na casa do trabalhador, muito mais do que a “ignorância”, como alguns médicos faziam parecer. Apesar disso, podemos encontrar, nas fontes, médicos que contribuíam para tal discurso em Fortaleza; como exemplo, temos a “maior autoridade sanitária do Ceará”,<sup>49</sup> J. Eduardo Alencar, que afirmava que “a tuberculose [...] é gerada pelo contágio maciço de milhares de tuberculosos que vivem em promiscuidade, pelos mocambos e casas sem higiene, vítimas da falta de educação sanitária reinante” (O DEMOCRATA, 1946, p. S.N).

O estudo da alimentação da sociedade brasileira, no século XX, ganha espaço cada vez maior a partir do momento em que os médicos higienistas tornam essencial a relação com a saúde pública. De fato, a alimentação tem importância fundamental para o organismo humano, podendo influenciar diretamente no acometimento de doenças, inclusive a tuberculose. De acordo com Carneiro (2005, p. 73):

Em praticamente todas as culturas, os alimentos sempre foram relacionados com a saúde, não apenas porque a sua abundância ou escassez colocam em questão a sobrevivência humana, mas também porque o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização sempre influenciaram a atitude diante da comida, considerando a sua adequação a certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes.

Sabendo que, de maneira geral, as políticas giravam em torno de construir um país moderno e civilizado, na primeira metade do século XX, temas como saúde pública tornaram-se o centro de questões relevantes para os objetivos a serem alcançados. Dessa maneira, os médicos e o próprio Governo Federal deram maior visibilidade aos assuntos relacionados à alimentação. A partir da década de 20, até os anos 60, a temática teve espaço garantido nos principais congressos brasileiros.

As conferências nacionais de higiene, realizadas pelos médicos-higienistas, passaram a dar espaço para o tema. Rodrigues (2007, p. 225) mostra que:

Entre as décadas de 1920 e 1950, foram mantidos alguns dos temas consagrados de estudos alimentares (como a importância da educação escolar) e investiu-se em outros, relacionados às condições de produção, conservação e enriquecimento dos alimentos, a alimentação dos operários e a aplicação de inquéritos alimentares (em São Paulo, em 1932) e pesquisas de padrão de vida (especialmente entre os anos de 1937 e 1952).

---

<sup>49</sup> Chamado assim pela edição de O Democrata. Importante ressaltar que o médico era militante do PCB.

Os congressos de higiene, que abriram espaço para o assunto, eram “termômetros” sobre temas relevantes no meio médico. Ainda de acordo com Rodrigues (2009, p. 122), “a alimentação mantinha sua relevância temática: a chamada ‘higiene alimentar’ era um dos quatro itens oficiais discutidos no congresso”. O autor ressalta as pesquisas implementadas por órgãos do município de São Paulo, a fim de compreender os hábitos alimentares das classes populares da cidade. Além disso, a pertinência do tema da alimentação, a partir dos anos de 1930, demonstrava a ascendência de uma área da saúde, a nutrição, bem como o interesse, do grupo de intelectuais dessa área, em terem seus estudos legitimados pelo governo. Governo, este, que buscava certo “controle” da classe trabalhadora (FOGAGNOLI, 2021).

Ademais, na construção de um país republicano, foi indispensável pensar o “progresso” e a “modernidade”, especialmente como maneira de contraste ao sistema monárquico, designado como “ultrapassado”. No Ceará, tais ideias passaram a ser parte do cotidiano das autoridades e das elites. O higienismo social e urbano tornara-se fundamental para a construção de um estado moderno, que alcançaria o “progresso” por meio da disciplinarização do espaço urbano e do controle social (PONTE, 2014).

Profissionais liberais, pertencentes a elite fortalezense, também encabeçaram o “projeto” modernizador da cidade. Engenheiros, advogados, intelectuais e médicos faziam parte desta elite. Aqui, especialmente, nos interessa a classe médica, que passou a pautar os debates no que diz respeito à alimentação das classes pobres, como sendo fundamentais nesse processo. Tal interesse é perceptível ao nos depararmos com os diversos artigos sobre o assunto, assim como com as propagandas e os anúncios publicitários de alimentos nos periódicos médicos.

Na conjuntura em vistas à modernização e ao progresso do estado, figuras médicas de Fortaleza, tendo como objetivo uma maior organização e visibilidade da classe médica cearense, assim como a divulgação de seus trabalhos, fundaram o Centro Médico Cearense em 1913. Segundo Garcia (2013, p. 1):

No começo do século XX existiu um forte anseio de alguns profissionais da saúde, principalmente os médicos, de construir uma associação em Fortaleza que impulsionassem e atendessem aos seus ideais e interesses. Assim, o médico Manuel Duarte Pimentel reunindo-se no dia 20 de fevereiro de 1913 na residência do Dr. Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira na rua General Sampaio nº 78 juntamente com farmacêuticos e outros médicos fundaram a “Associação Médica e Farmacêutica”. Posteriormente passou a ser chamada de “Centro Médico Cearense” e contou também com a participação dos dentistas.

A revista Ceará Médico surge nesse contexto, como forma de divulgação dos trabalhos médicos dos membros da associação, suas análises, suas inovações, suas pesquisas acerca das doenças, etc. O periódico ainda trazia anúncios, publicidade, recomendações e atas

de reuniões, sempre ao final de cada edição. Dessa maneira, podemos observar como a alimentação foi palco de análises e de pesquisas na revista, além de qual era o tom desse debate, a relação com os trabalhadores, e quais as conclusões dos médicos cearenses sobre a relação com a tuberculose, como doença preocupante para Fortaleza.

De maneira geral, os médicos cearenses não se distanciaram do pensamento nacional, no que se refere à saúde pública e à alimentação, que rondou o século XX. Os médicos afirmavam, categoricamente, a importância da higiene alimentar para reeducar os hábitos alimentares do “povo”, e ainda apresentavam preocupação com a alimentação da classe operária, fundamental para a construção do país moderno.

Em artigo publicado na edição de maio de 1940, da revista *Ceará Médico*, dois médicos, ligados ao Departamento de Saúde Pública do Ceará, sugerem:

VIII – Procurar racionalizar os hábitos alimentares do povo mediante intensa campanha educativa e incentivando a produção barata e higiênica dos laticínios, frutas, verduras, etc.

IX – Entrar em entendimentos com as autoridades federais da Educação e do Trabalho no sentido de dar uma ampla aplicação às leis que dizem respeito a alimentação dos operários e colegiais.<sup>50</sup>

Como justificativa para a proposição, ressaltam que:

Quanto a racionalização dos hábitos alimentares do povo, é um problema cuja capital importância [ilegível] procurar ressaltar. Felizmente já se assistem no país o despertar de um profundo movimento buscando encontrar uma solução justa para o assunto [ilegível] e de tal magnitude. De outra parte, recentemente, o Governo Federal promulgou leis de grande alcance, visando justamente os pontos essenciais do problema: a alimentação dos trabalhadores e dos escolares. Um dos mais eficazes métodos para a obtenção de uma solução justa para o assunto – alma J. G. Winaut – “é talvez inculcar hábitos de alimentação apropriados aos trabalhadores e as crianças, nas fábricas e nas escolas”<sup>51</sup>.

Observamos, a partir do exposto acima, a consonância dos médicos cearenses com os ideais higienistas sobre a alimentação, especialmente no que se refere às classes populares. Essa concordância tem por base, também, as decisões do Governo Federal e, coincidentemente ou não, tinham um público-alvo: trabalhadores e crianças. Sobre os trabalhadores, nosso foco, podemos afirmar que essa preocupação se sustentava, principalmente, por compreenderem o operário como força produtiva fundamental. De acordo com Beskow (2005 p. 6):

O Dr. Alexandre Moscoso, citado por Gilberto Freyre como um dos expoentes de um novo modelo de comprometimento social da medicina, teve papel ativo nas

<sup>50</sup> ALBUQUERQUE, H.; LIMA, H. O papel da Engenharia Sanitária nos serviços de Saúde Pública. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 35, maio 1940.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 38-39.

publicações dos Boletins durante o período privilegiado neste trabalho. O médico dava ênfase à importância da alimentação para a melhoria da capacidade produtiva do trabalhador, inclusive sendo necessárias diferentes dietas para as diferentes atividades profissionais. Era inclusive propagandeador de uma alimentação racional, através de classes de nutrição e economia doméstica. Participando da Comissão Elaboradora da Lei de Salário Mínimo, defendia este como garantia de alimentação fundamental aos trabalhadores.

Dessa forma, é possível verificar a intenção de controle dos hábitos alimentares das classes trabalhadoras, por parte dos médicos e do governo. Assim, buscavam reforçar a capacidade de mão de obra dos operários, evitando o álcool, a fadiga, etc., a partir do consumo de alimentos considerados saudáveis. Ora, um dos significados da palavra “racionalizar”, tão utilizada pelos médicos, é o de “tornar eficaz”. Assim sendo, pretendiam tornar a alimentação, e os próprios operários, “eficazes”.

Em meados do século XX, os médicos cearenses demonstravam suas preocupações por meio, principalmente, de suas publicações na revista *Ceará Médico*, como mencionado. Uma dessas preocupações era causada pela tuberculose e pelas suas altas taxas de mortalidade. Nesse sentido, em busca de trazer relevância para o tema, Octávio Lobo e Lineu Jucá expõem as causas para os altos índices por meio de vasta pesquisa, composta especialmente de inquéritos, que nos ajudam a entender a realidade que buscamos evidenciar<sup>52</sup>. Jucá e Lobo argumentam que: “Fortaleza é em verdade, uma das cidades do Brasil de vida mais cara. Não há concordância entre o salário do operário e o preço dos gêneros de primeira necessidade. Em análise rigorosa, o salário não suficiente para uma ração de sustento”.

Os inquéritos alimentares, realizados pelos médicos, tinham a classe operária como foco, e, para a pesquisa apresentada aqui, nos interessa, majoritariamente, os dados sobre a classe operária têxtil. A partir disso, buscamos responder ao questionamento principal deste capítulo: do que se alimentavam – isto é, quando podiam e tinham como se alimentar – os operários têxteis de Fortaleza?

De acordo com os médicos, um dos inquéritos foi realizado entre famílias operárias da fábrica têxtil São José e da fábrica Antônio Diogo. O resultado mostrou que o salário do operário têxtil é destinado, em sua maior parte, para a alimentação. Mas, quais produtos os operários podiam comprar com os “salários de fome”? O inquérito aponta que compunham a alimentação do operário têxtil: farinha de mandioca, feijão, arroz, açúcar, café, pão e carne seca. Aqui, já podemos verificar a falta de certos alimentos na mesa dessas famílias, como laticínios,

---

<sup>52</sup> LOBO, Octavio. JUCÁ, Lineu. Tuberculose em Fortaleza. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 1-11, mar. 1942.

verduras e frutas, produtos que já eram considerados essenciais para garantir uma alimentação saudável.

Na Tabela 5, exposta abaixo, estão os dados referentes a uma ficha de inquérito alimentar de uma família da Vila São José – vila operária onde residiam os trabalhadores da fábrica têxtil de mesmo nome. A família do inquérito abaixo era composta por sete pessoas, número que abrange a grande maioria das famílias de operários têxteis. Levando em consideração esse número e o valor do salário percebido pelo operariado, fica clara a impossibilidade de assegurar, à família operária, uma alimentação capaz de garantir imunidade contra a TB. Observa-se também que, ainda assim, o maior gasto da família do operário têxtil era com a alimentação.

Tabela 5 – A família operária

Dados gerais		Receita		Despesa	
Cidade	Fortaleza	Salário do chefe da família	60\$000	Alimentação	84\$000
Zona	0			Habitação	32\$000
Número do questionário	—	Outras rendas	90\$000		
Data	17.5.38			Receita total	150\$000
Residência	Vila S. José	Filhos mortos	2		
Nº. de pessoas da família	7			Menores de 1 ano	0
Adultos mulheres	6				
Adultos homens	1				

Fonte: Revista Ceará Médico, mar. de 1942.

Apesar do inquérito apontar que a receita desta família operária era maior do que as despesas – algo questionado pelos próprios médicos e pelos operários têxteis –, a conclusão



de Lineu e Jucá era de que não havia “concordância entre o salário do operário e o preço dos gêneros de primeira necessidade. Em análise rigorosa, o salário não é suficiente para uma ração de sustento” (CEARÁ MÉDICO, mar. de 1942, p. 5).

Num segundo inquérito, realizado algum tempo depois do primeiro, dessa vez nas fábricas têxteis São José e Pompeu, os médicos apresentaram os dados relacionados a nutrientes e vitaminas que compunham a alimentação dos operários. Tais dados serviram de comparativo com os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho, que indicavam o essencial mínimo a ser consumido pelos trabalhadores.

Para ilustrar as péssimas condições de alimentação às quais estavam submetidos os operários têxteis de Fortaleza, apresentamos as Tabelas 6 e 7. A primeira representa os dados obtidos por meio de inquéritos alimentares de famílias da fábrica têxtil São José; na Tabela 7, os dados “ideais” de alimentação fornecidos pelo Ministério do Trabalho:

Tabela 6 – Ração alimentar

<b>Calorias</b>	<b>Proteínas</b>	<b>Cálcio</b>	<b>Ferro</b>	<b>Fósforo</b>
2.320	60.062	0.169	0.008	0.714

Fonte: Revista Ceará Médico, mar. de 1942.

Tabela 7 – Essencial mínimo

<b>Calorias</b>	<b>Proteínas</b>	<b>Cálcio</b>	<b>Ferro</b>	<b>Fósforo</b>
3.488.2	110.26	0.710.3	21.018	1.430

Fonte: Revista Ceará Médico, mar. de 1942.

Os resultados apontam para uma alimentação “deficitária quantitativamente e, qualitativamente, desarmônica, contribuindo assim, pela menor resistência orgânica, para maior incidência da tuberculose” (CEARÁ MÉDICO, mar. de 1942, p. 8-9). As análises de Lobo e Jucá são claras ao estabelecer a relação entre as péssimas condições de alimentação e o acometimento da tuberculose entre os operários têxteis, tese já consolidada, no meio médico, desde o século XIX, quando se trata da relação tuberculose-trabalho.

É interessante ressaltar que, em outras localidades do país, como São Paulo e Porto Alegre, as pesquisas de “padrão de vida” dos operários foram designadas a órgãos específicos, a fim de garantir uma “ideia real” de como viviam esses trabalhadores. A partir disso, poderiam constituir uma formulação de salários que garantiria a sobrevivência dos trabalhadores. Fernando Pureza (2016, p. 68) argumenta que as pesquisas de “padrão de vida” buscavam

“estabelecer uma noção objetiva e quantitativa sobre os problemas sociais tais como a desigualdade de renda, a desnutrição e a miséria urbana”. Segundo o autor, tais pesquisas não levavam em conta as subjetividades vivenciadas pelos operários, e acabavam revelando “a questão do difícil equilíbrio de preços”, como também poderemos observar em Fortaleza, mais à frente.

No Ceará, no entanto, não nos deparamos com institutos de pesquisas voltados para o tema. O que observamos acima foi uma pesquisa independente, realizada pelos médicos do CMC, por meio de dados obtidos pelos próprios profissionais que mantinham empregos em órgãos de saúde pública, constatando a deficiência alimentar dos operários têxteis. Apesar de relatarmos a influência dos baixos salários nas condições de alimentação dos operários, os médicos colocam os “outros componentes sociais” em segundo plano, ao apresentarem propostas de combate à tuberculose, destacando os pontos da ciência médica como fundamentais para a resolução do problema.

Reafirmando a importância da (boa) alimentação contra a tuberculose, o sanitarista do Departamento Nacional de Saúde, Mario Magalhães da Silveira, teve artigo publicado na revista do CMC, no qual discute a “tuberculose, problema social”.<sup>53</sup> De acordo com o médico sanitarista, a prevenção da tuberculose estava intimamente ligada aos problemas sociais, baseado em opiniões e discussões científicas de médicos de todo o mundo.

Em suas análises, Magalhães critica a forma como estava sendo tratado o combate à tuberculose pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose.<sup>54</sup> Para ele, “a saúde do homem, no seu conjunto, é um problema de super-estrutura” (CEARÁ MÉDICO, jun. de 1947, p. 2), e o combate à TB passaria, diretamente, por uma “melhoria” econômica, já que a situação brasileira era de uma “economia semicolonial”. Nesse sentido, o médico apontou os fatores sociais que influenciaram na mortalidade por tuberculose: o salário dos trabalhadores, as habitações e a (má) alimentação.

Segundo Mario Magalhães:

A boa alimentação é outro fator importantíssimo na luta contra a tuberculose. Neste sentido são de C. O. Stallybrass as seguintes passagens: ‘Nas infecções crônicas, de outra parte, não deve haver dúvida que o resultado final depende, em grau de não pequena importância, da nutrição do corpo. Se uma infecção crônica como por exemplo a tuberculose ou a malária, termina em cura ou morte depende intimamente do metabolismo com um todo. (C. O. Stallybrass, obra citada, pag. 633).<sup>55</sup>

<sup>53</sup> MAGALHÃES, Mario. Aspectos Econômicos da Luta contra a Tuberculose. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 2-13, mai-jun. 1947.

<sup>54</sup> Sobre a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), criada em 1946, ver: HIJJAR, Miguel Aiub *et al.* Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil. **Revista de Saúde Pública [online]**, v. 41, p. 50-57, 2007.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 6.

E continua:

A relação estreita entre má nutrição e tuberculose e mais especialmente a relação entre ausência ou deficiência de gordura animal da dieta e mortalidade pela tuberculose, mostra claramente a importância de um adequado suprimento de gordura de animais na dieta nacional e mais especificamente na dieta daqueles intimamente ligados com os doentes de tuberculose. (C. O. Stallybrass, obra citada, pag. 634).<sup>56</sup>

Após algumas outras análises sobre as condições de vida do trabalhador industrial, o médico conclui que, explorados pelas horas excessivas e recebendo um mísero salário, eram esses trabalhadores que sofriam diretamente com o acometimento da tuberculose. Ademais, acreditava que a CNCT deveria intervir nos aspectos citados, para além da criação de leitos e do isolamento de tuberculosos, pois seria por meio do impacto sobre os “problemas sociais” que o país poderia observar uma diminuição dos casos de tuberculose.

Por conseguinte, o geógrafo Josué de Castro, em estudo de referência, colabora com tese defendida por Magalhães, ao afirmar que a tuberculose teve grande espaço, no Nordeste, devido à subnutrição de sua população. Em sua pesquisa, Josué de Castro afirma que o povo subnutrido é consumido pela fraqueza, “formando” uma população com baixo rendimento no trabalho, índices de saúde abaixo do esperado, e suscetíveis a diversas moléstias, como a tuberculose. Para o autor, o exemplo prático disso era a mortalidade infantil, que atingia níveis elevados entre a classe pobre (CASTRO, 1984).

Nesse sentido, reforçando nossa tese de que a alimentação deficitária, presente no cotidiano do operário têxtil de Fortaleza, era parte do processo de adoecimento por tuberculose, podemos verificar matérias do jornal *O Democrata*, denunciando os altos índices de mortalidade infantil entre a classe operária da cidade.<sup>57</sup> Em 21 de novembro de 1946, por exemplo, o jornal publicou, em capa, a matéria intitulada: “Morrem quatrocentas crianças todo mês”. No corpo do texto, o médico convidado, dr. Vulpiano Cavalcante, destacou Arraial Moura Brasil como sendo “um bairro de miséria. Ali campeiam a fome e as doenças.” Dentre essas doenças, focou na tuberculose que, segundo o médico, “representa um inimigo do povo do Arraial Moura Brasil. Os casos de tuberculose são inúmeros e abrangem desde as crianças até os velhos. A sub-alimentação e a falta de higiene do bairro concorrem para o desenvolvimento da doença entre o povo” (O DEMOCRATA, 1946, p. 1 e 2).

---

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>57</sup> Outra matéria é a de: *O Democrata*. 23 de março de 1950. Nº1011. Capa. A matéria, exibida em primeira página, intitulada “Mais de 70% das crianças que morrem são filhos da classe operária” demonstrava a presença da mortalidade infantil no cotidiano do operário têxtil de Fortaleza. De acordo com Josué de Castro, os índices desse acontecimento, revelavam a subnutrição de um grupo. Nesse caso, da classe operária cearense.

Alguns anos à frente, em 1950, o fisiologista cearense, Dr. Wilson Jucá, foi quem apresentou análises sobre a importância de uma boa alimentação para o combate à tuberculose em Fortaleza, especialmente para as famílias pobres da cidade.<sup>58</sup>

Segundo os dados obtidos, ao analisar o grupo etário e o caráter da lesão pulmonar dos pacientes tuberculosos no final da década de 1940, Wilson Jucá pôde estabelecer uma relação entre a idade e o trabalho, assim como a gravidade da lesão pulmonar (1950): “Reflexo de uma fase de tuberculinização maciça, os grupos etários de 20-29 e 30-29, *períodos de maior produtividade* do homem, pagam um tributo mais pesado a esse grande flagelo da humanidade”.<sup>59</sup> As lesões pulmonares foram divididas em três tipos: mínima, moderada e avançada. Na faixa etária de “maior produtividade” do homem, grande parte das lesões era constituída pelas moderadas e avançadas.

Um outro estudo, realizado por Hyder Correa Lima, publicado na revista Ceará Médico no ano anterior (1949), acaba corroborando as afirmações de Wilson Jucá sobre tuberculose e faixa etária<sup>60</sup>. Segundo Correa Lima, “a força da mortalidade instala-se no grupo 30-49 anos, com % ligeiramente acima dos 40% e logo perto acompanhado pelo grupo 15-29 anos, com valor médio de 39,9%”.<sup>61</sup> Para tal médico, a pesquisa confirma a força da mortalidade que ocorre entre os grupos etários de “maior produtividade”, que vieram para os centros urbanos devido ao início da industrialização.

Além disso, Wilson Jucá reafirma as considerações acerca da influência dos fatores econômico-sociais sobre a ameaça da tuberculose. Sobre a alimentação – considerada, pelo médico, como um fator econômico-social indireto – é ressaltado:

Delore afirma ‘se a tuberculose se apresenta a princípio como doença microbiana, a certos respeito, no adulto, ela assume doença o caráter de doença da nutrição.’ [...] A família pobre cearense ganha em média Cr\$ 424,50 mensalmente; salário destinado ao sustento, no momento inflacionista em que vivemos, de uma família de 6 pessoas. Razão tinha Afrânio Peixoto quando afirmava que o povo brasileiro é um povo em perpetua dieta. *O cearense pobre vive com fome.*<sup>62</sup>

Ou seja, a problemática da tuberculose vai além da questão biológica e adentra o campo social. Além disso, apesar de não citar com exclusividade o setor têxtil, o médico argumentou que a industrialização consiste, também, como um fator socioeconômico indireto.

---

<sup>58</sup> JUCÁ, Wilson. Mortalidade por Tuberculose em Fortaleza nos anos de 1948 e 1949. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 15-19, out-dez 1950.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 17, grifo nosso.

<sup>60</sup> LIMA, Hyder Correa. Momento Epidemiológico da Tuberculose em Fortaleza. **Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense**, Fortaleza, p. 19-32, out-dez 1949.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 21-22.

<sup>62</sup> JUCÁ, *op. cit.*, p. 17, grifo nosso.

De acordo com Wilson Jucá, as indústrias, “desenvolvendo-se sem controle oficial, exigindo um trabalho excessivo, pagam aos operários um salário miserável cujo ganho mal chega para uma alimentação insuficiente”.<sup>63</sup>

Constituindo uma hipótese<sup>64</sup> para um dos questionamentos que movem este tópico – o que comiam os operários têxteis? –, o jornal *O Democrata*, ao relatar a desigualdade entre os salários dos operários homens e das operárias mulheres da fábrica São José, expôs que:

Comprovando esta nossa assertiva, daremos os preços de algumas mercadorias imprescindível a alimentação de todo ser humano, cujas mercadorias já foges completamente da mesa dos trabalhadores. São elas: *carne Cr\$ 10,00 o quilo, leite 3,80 o litro, feijão de corda Cr\$ 4,00 o quilo, pão Cr\$ 6,00, banha Cr\$ 18,00, arroz Cr\$ 4,80, farinha Cr\$ 2,40, café Cr\$ 4,00, um pacotinho.*<sup>65</sup>

Essa alimentação “imprescindível” não estava presente de maneira completa na mesa das famílias de operários têxteis. Tais alimentos que, por si só, não conseguiam apresentar os nutrientes necessários para garantir, aos operários têxteis, uma resistência imunológica contra a tuberculose, tornavam-se cada vez mais distantes das casas desses trabalhadores. De maneira geral, a miséria, vivenciada pelos operários, era causada pelos baixos salários, sendo isso uma das suas maiores reivindicações enquanto classe trabalhadora.

A partir das considerações acima, podemos estabelecer a relação entre a tuberculose e a alimentação dos operários têxteis de Fortaleza. Na medida em que esses trabalhadores fabris eram explorados, recebendo míseros salários, que garantiam apenas uma alimentação de péssima qualidade, vemos que a tuberculose tinha local (fábricas e habitações têxteis) e corpos específicos a serem acometidos (operários têxteis, pobres etc.).

A saúde do trabalhador era deveras considerada na medida em que este era útil para o Estado como força produtiva. E, mesmo que alguns médicos não façam de forma explícita a relação com a indústria têxtil, é importante compreender que, no período estudado, era o setor de maior escala em Fortaleza, tanto no número de estabelecimentos industriais quanto no número de operários. Assim sendo, podemos estabelecer, já aqui, a relação que tal situação tinha com os operários têxteis, algo que buscamos apresentar de forma explícita mais à frente.

Baseado nessa breve discussão, percebemos a importância que a alimentação ganhava nos espaços de debate médico, e como isso foi tratado, ao considerarem categorias de trabalho específicas, para as ações que pretendiam empreender. Dessa forma, assim como a

---

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>64</sup> Entendemos que a fonte, por si só, não é capaz de nos responder. Através de análises teórico-metodológicas, percebemos que a alimentação dos operários têxteis poderia ser mais complexa, mas de maneira geral, esses eram os alimentos que constituíam a dieta dos operários têxteis de Fortaleza.

<sup>65</sup> As operárias da São José não ganham.... **O Democrata**. Fortaleza, n. 973, p. 5 e 7, 4 fev. de 1950. Grifo nosso.

alimentação, a sua relação com o acometimento da tuberculose foi alvo dos debates. O texto a seguir é, no entanto, muito mais sobre a exploração da classe operária têxtil e sua fome, do que sobre a alimentação em si.

### 3.2 Operários têxteis, (má) alimentação e tuberculose

Se, no meio médico, a relação entre a deficiência alimentar e a tuberculose era estabelecida e consolidada, entre os operários têxteis, o fato não passava despercebido. Os trabalhadores contavam com o apoio da imprensa operária para terem acesso às informações em geral, bem como para denunciar a precária situação a que estavam expostos, causadora de uma maior ocorrência da tuberculose. Em depoimento ao jornal *O Democrata*, sobre a jornada de trabalho exaustiva de mais de 12h diárias e “sem qualquer alimentação”, um operário da fábrica Santa Cecília comentou: “trabalhando 12 horas por noite sem uma alimentação condizente (a empresa fornece, como merenda, a terça parte de um pão pequeno e meia caneca de leite condensado) vamos terminar todos loucos e tuberculosos”.<sup>66</sup>

“*Salários de fome*”, assim se referia *O Democrata* ao pagamento recebido pelos têxteis em troca da sua força produtiva. A carga horária exagerada, que passaria das 12h diárias muitas vezes, exauria as forças dos corpos dos operários, frágeis pelas doenças, pelos acidentes de trabalho e pela alimentação de má qualidade que se podia ter com os míseros pagamentos. O jornal iria, em suas diversas edições, conchamar os operários têxteis para “barrar a política de fome das classes patronais”.

Em edição datada de 13 de maio de 1950, o jornal apresenta uma matéria intitulada “A fome atormenta os tecelões: salários miseráveis em vigor nas fábricas de tecido”.<sup>67</sup> No editorial “Movimento Sindical”, em letras grandes e mais escuras, o título, claramente uma denúncia, chama atenção para a miséria vivida pelos operários têxteis. A matéria traz, também, uma figura em desenho representando operários em greve, um artifício utilizado para chamar atenção do leitor. De acordo com o jornal, a fome era consequência do congelamento dos salários que, no Ceará, só foi “quebrado” uma vez, e que, ainda assim, não garantiu um aumento que acompanhasse os preços dos gêneros alimentícios. Os operários da fábrica têxtil Santa Maria falaram à reportagem do jornal que “já não podem suportar a situação” e que “a fome ganha terreno a cada dia que se passa, a miséria avassala os seus lares”. (*O Democrata*, 13 mai. 1950).

<sup>66</sup> JORNADA de 12 horas noturnas.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 2049, p. 7, 15 ago. 1953.

<sup>67</sup> A fome atormenta os tecelões.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 1049, 13 maio 1950.

A lógica era clara: os operários trabalhavam muito, recebiam pouco e não tinham como manter uma alimentação suficiente ou adequada que nutrisse os corpos, tornando-se frágeis e suscetíveis à tuberculose. Nesse sentido, os autores são perspicazes nas matérias que, ao atrelar a fome aos baixos salários, acabavam por evidenciar a exploração sofrida pelos operários e por estabelecer os culpados. Ainda segundo a matéria citada acima:

A política de congelamento de salários sustentada pelos patrões, com o apoio do governo, conduz o proletariado brasileiro a uma situação de penúria que cada dia mais se acentua. Enquanto os salários mantem-se imóveis os preços vão subindo e a consequência é incremento da miséria nos lares dos trabalhadores.<sup>68</sup>

Cabe traçarmos um paralelo com o estudo de Decca (1987) que, ao abordar o início dos debates acerca da Lei do Salário-Mínimo (Lei N° 185, 14 de janeiro de 1936), apresentou a fala de Sérgio Milliet, intelectual paulista, em sua pesquisa sobre o tema “Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida” (DECCA, 1987, p. 54). Ao analisarmos o documento indicado pela autora, podemos ler o escrito de forma integral, elaborado por Milliet:

Com efeito, a pesquisa do padrão de vida mostra quanto despendem o operário e sua família para viver, na época da realização do inquérito. A pesquisa estuda a situação do momento: o que está sendo, não o que deverá ou poderá ser. Mas, como é de conhecimento de todos, os preços dos gêneros de primeira necessidade, de importância capital no custo de vida das classes operárias, oscilam de acordo com a época. Aumentam ou diminuem. Varia, portanto, o custo de vida; não pode um salário mínimo estabelecido em determinada ocasião corresponder posteriormente ao custo real de vida se não se empregarem métodos capazes de ajusta-lo periodicamente as oscilações dos preços.<sup>69</sup>

É possível observar que o padrão de vida dos operários teria sido avaliado como forma de ser levado em consideração no debate sobre a Lei N°185. No entanto, tais análises não se tornaram realidade concreta: na medida em que se passaram os anos, aumentaram-se os preços dos gêneros alimentícios, e os salários permaneceram os mesmos. Decca (1987, p. 55) afirma que:

Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e científico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o ‘mínimo suficiente’. Padrão de vida e índices de preços, investigados e determinados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicáveis para o próprio operariado. Retirava-se do operário, mais uma vez, a possibilidade de falar com ‘competência’ sobre sua própria situação. Os problemas cotidianos do operariado da cidade eram equacionados e decididos por instâncias cada vez mais distantes.

---

<sup>68</sup> O DEMOCRATA, *op. cit.*

<sup>69</sup> MILLIET, Sérgio. Salário Mínimo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano 3, v. 32, p. 119, fev. 1937.

Além disso, é importante reafirmar o argumento de Fernando Pureza (2016), já apresentado anteriormente, segundo o qual as pesquisas de “padrão de vida”, que buscavam uma objetividade nas condições de vida dos operários têxteis, falhariam ao não levar em consideração outros pontos além dos números e dos preços dos gêneros alimentícios. Observamos o descompasso entre os salários dos operários têxteis e o aumento vertiginoso dos gêneros de primeira necessidade, em Fortaleza.

Seguindo essa lógica, é importante perceber como o jornal *O Democrata* não tardou a expor a situação precária da alimentação e dos salários dos operários têxteis da cidade de Fortaleza. Dessa vez, de forma mais contundente, o periódico anunciava: “A tuberculose dizima os trabalhadores têxteis”<sup>70</sup>, relatando a morte do operário Antônio Pereira, empregado da fábrica Siqueira Gurgel, “vítima da fome”. O operário, que já passava necessidades quando ainda dispunha de saúde, deixava sua mulher e duas filhas menores de idade. Quais privações passaram essas mulheres, com o “chefe” da família vitimado pela tuberculose? Segundo a matéria:

Antônio Pereira morreu, como morrem milhares de operários em nossa pátria: vítima da fome, da miséria, da exploração patronal. Antônio teve seus pulmões atingidos pelos bacilos da tuberculose, porque trabalhava excessivamente, e não podia se alimentar bem. Como Antônio Pereira, todos operários da “Siqueira Gurgel” estão ameaçados de perderem muito cedo as suas vidas, de terem também os pulmões afetados pela tuberculose. E não poderia ser de outra maneira. Já que os operários daquela fábrica ganham salários de fome que não dão pra satisfazer as suas mínimas necessidades.<sup>71</sup>

Novamente, os autores vincularam a fome aos baixos salários e usaram, assertivamente, um jogo de palavras que corroboravam as denúncias feitas. Percebemos como a imprensa operária incorporava as demandas sociais da classe trabalhadora naquele momento, retratando os depoimentos dolorosos da realidade vivida pelos têxteis, como Antônio Pereira, sua esposa e as filhas. A denominada “pequena imprensa” foi fundamental, já que, como um contraponto aos órgãos de poder, deixava transparecer a visão do próprio operário acerca da sua realidade e das suas condições de vida. A partir dela, vemos como a tuberculose, causada pela (má) alimentação e pela fome, era uma preocupação real para os operários têxteis, e *O Democrata*, como veículo essencial de defesa dos trabalhadores.

Segundo Decca (1987, p. 105): “assim como os grupos dirigentes e o poder público produziam um tipo de trabalhador para estabelecer melhor controle e disciplina no meio

---

<sup>70</sup> A Tuberculose dizima os trabalhadores têxteis. **O Democrata**, Fortaleza, n. 1084, 26 jun. 1950.

<sup>71</sup> *Ibidem*.



operário, através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade”.

Os “salários de fome” eram denunciados continuamente, assim como a constante exploração sobre a carga horária de trabalho, que chegava a até 15 horas diárias, contando com apenas uma pausa de uma hora para a alimentação. Além disso, a incompatibilidade entre os salários e a carga horária: “O que ganham em oito horas de trabalho não chega sequer para comprar um quilo de feijão. Têm, portanto, de enfrentar a jornada de 15 horas para não morrer de fome; entretanto, a verdade é que se arriscam a morrer vitimados pela tuberculose”.<sup>72</sup>

É importante destacar o papel d’*O Democrata*, enquanto imprensa operária, na luta dos trabalhadores têxteis contra a exploração sofrida. De acordo com Ana Cristina Martins Leite (1990), *O Democrata* era, automaticamente, excluído de listas de anunciantes de empresas cearenses, dentre elas, as indústrias têxteis. A autora ressalta que:

A exclusão faz sentido quando se sabe que entre as lutas assumidas do jornal incluía-se o anti-imperialismo, com direito a todas as críticas as multinacionais, e, a nível local, o apoio total as reivindicações dos trabalhadores da indústria têxtil, que tinham péssimas condições de trabalho. (LEITE, 1990, p. 15).

Para Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 6), autora de importante trabalho sobre a imprensa operária:

O veículo de comunicação da classe trabalhadora (...) não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização.

Mas, afinal, o que comiam, ou deixavam de comer, os operários têxteis de Fortaleza? De forma geral, a partir dos inquéritos já apresentados, os médicos verificaram que a alimentação era constituída basicamente de feijão, farinha de mandioca e, em menor grau, arroz, pão e carne seca. No entanto, observamos o aumento das dificuldades para consumir até mesmo a alimentação deficitária, constituída dos alimentos citados acima: “Decai de dia para dia o poder aquisitivo dos operários”.<sup>73</sup> Esta chamada de texto tratou de expor os reajustes que ocorreram nos preços dos alimentos. Os salários dos operários têxteis, no entanto, não acompanharam os reajustes. Segundo a matéria:

A carestia, que aumenta dia a dia, particularmente no Ceará, torna verdadeiramente insuportável a vida da classe operária. Vejamos o que ocorre, por exemplo, no setor

<sup>72</sup> *O Democrata*, Fortaleza, n. 1467, 20 out. 1951.

<sup>73</sup> DECAI de dia para dia... *O Democrata*, Fortaleza, 13 out. 1951.

têxtil, atividade que concentra maior número de trabalhadores. É sabido que, de 1945 para cá, os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram, em média, 300%. Ao passo que os salários dos trabalhadores têxteis não experimentaram qualquer aumento durante esse período.<sup>74</sup>

Ainda conforme a matéria, o salário-mínimo diário recebido pelo têxtil era de Cr\$ 11,60, somado 30% correspondente à porcentagem do abono, o que totalizaria em Cr\$ 14,90. Com esse salário, em 1945, o operário conseguia comprar um quilo de carne, um quilo de feijão, um quilo de arroz, um quilo de farinha, meio quilo de açúcar, meio quilo de pão, um pacote de café. Segundo os inquéritos médicos já apresentados, a maioria das famílias operárias eram constituídas por mais de 4 pessoas.<sup>75</sup> Se levarmos em consideração as três refeições diárias mais comuns – café da manhã, almoço e jantar – é visível a situação qualitativa e quantitativa da alimentação deficitária dos têxteis.

A situação piora se observamos o ano de publicação da matéria: 1951. Como já dito, os salários não acompanharam os reajustes nos preços dos alimentos. Sendo assim:

[...] em 1951, com a mesma importância não pode adquirir mais do que um quilo de carne verde. E pondo-se a margem a carne que mais de 90% dos operários só come aos domingos, verifica-se que atualmente o dito salário de Cr\$ 14,90 tem apenas a capacidade de adquirir: meio quilo de feijão, meio quilo de arroz, meio quilo de farinha, meio quilo de pão e meio quilo de açúcar. É deveras assustadora a queda do poder aquisitivo da classe operária. Isso demonstra que a fome domina os lares dos trabalhadores têxteis do Ceará.<sup>76</sup>

Tal circunstância permaneceu viva no cotidiano dos operários têxteis. Em 1954, “o salário de um tecelão vale menos que um quilo de carne”,<sup>77</sup> segundo o mesmo jornal. Ao divulgar o programa do PCB, o jornal expunha a miséria vivida pelos tecelões e apontava a luta organizada contra a exploração dos “tubarões” que matavam os operários de fome. Segundo o editorial, essa “exploração não tinha limites”:

[...] a situação do seu povo, particularmente do proletariado e dos camponeses, é cada dia de maior miséria. Essa situação torna-se insuportável diante da crescente carestia de vida que reduz o salário e leva os trabalhadores a uma morte lenta. A tuberculose dizima milhares de trabalhadores e as crianças morrem, numa média de 400 por cada mil que nascem antes de completarem um ano. [...] Com o almoço gasta quase a metade de seu salário. E com o que sobra, ele tem que alimentar uma família que é em média de seis pessoas, o que quer dizer que toca pouco mais de 2 cruzeiros para cada um.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Ainda que as 4 pessoas da família trabalhassem, a situação ainda era de penúria, visto que o salário percebido pela mulher operária era bastante inferior ao do homem. Além disso, outros gastos faziam parte do cotidiano da família de operários têxteis.

<sup>76</sup> DECAI de dia para dia.... **O Democrata**, Fortaleza, 13 out. 1951.

<sup>77</sup> NAS atuais condições o salário de um tecelão.... **O Democrata**, Fortaleza, n. 2177, 20 mar. 1954.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

O editorial relata, ainda, que a exploração perpassava o caminho dos “de menores”, assim como o trabalho feminino. Uma prática corriqueira e bastante denunciada era a demissão de operários adultos, sem qualquer indenização. Para suprir a mão de obra explorada, os patrões contratavam menores, em sua maioria do sexo feminino, pagando um valor 50% menor, por um trabalho igual ao de um adulto. “Daí esse exército de famintos e pré-tuberculosos, muitos dos quais caem sobre as máquinas vomitando sangue ou dão vertigem de fome, alguns para não mais tornar”.<sup>79</sup>

Tal situação é retratada n’*O Democrata* como sendo algo humilhante e característico dos países capitalistas: “Que pode haver de mais injusto que a redução do salário a uma pessoa, só porque não é homem, mas mulher, só porque não é adulto, mas um menor, só porque não é branco, mas um preto?”<sup>80</sup>

No estudo já citado, elaborado pelo médico Hyder Correa Lima<sup>81</sup>, foi concluído que, ao final dos anos de 1940, o número de óbitos femininos por tuberculose era maior que o masculino, assim como o número de pardos e pretos, somados, era maior que a mortalidade entre brancos.

Na fábrica têxtil José Pinto do Carmo, as mulheres recebiam menos, não conseguiam manter uma alimentação – saudável ou não – e padeciam tuberculosas:

Quando afirmamos que os operários têxteis de Fortaleza estão se liquidando pela fome e pela tuberculose não fazemos nenhum exagero. [...]Segundo informações que obtivemos com os operários da fábrica “José Pinto do Carmo” no dia 2 de maio do ano corrente morria tuberculosa a operária Maria Glauci de Oliveira, (Mariazinha) e no dia 24 de julho último tinha idêntico fim a operária Maria Luiza. Ambas eram tecelãs e trabalhavam naquela empresa havia mais de 10 anos. Nos informaram ainda os referidos operários que a tecelã Raimunda de tal se encontra as portas da morte atacada do mesmo mal, isto é a tuberculose. Existem atacados vários operários daquela empresa afastados do trabalho percebendo uma ninharia pelo Instituto, todos eles com os pulmões afetados pela peste branca.<sup>82</sup>

A carga horária exaustiva e o descompasso entre os ajustes nos preços dos alimentos em relação aos salários miseráveis, entraram no combo dos causadores da fome e da tuberculose entre os operários têxteis. Muitos trabalhadores chegavam a fazer apenas uma refeição “completa”, geralmente o almoço, servindo-se de uma pequena ingestão de outros alimentos no decorrer do dia. Em mais uma denúncia d’*O Democrata*, observamos:

---

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> POR trabalho igual, salário igual. **O Democrata**, Fortaleza, n. 1063, 31 maio 1950.

<sup>81</sup> LIMA, *op. cit.*

<sup>82</sup> A Tuberculose dizima os trabalhadores têxteis da fábrica José Pinto do Carmo. **O Democrata**, Fortaleza, 07 ago. 1950.

Os operários da fábrica “São José” confessam que estão caminhando a passos largos para a liquidação física e para a morte semanalmente, afirmaram operários se desligam da empresa atacados de tuberculose e outras doenças. Isto é o resultado do trabalho excessivo, da fome e da miséria em que vivem aqueles tecelões.<sup>83</sup>

Além disso, o jornal volta a reafirmar que:

Vários operários da ‘Santa Cecília’ nos afirmaram que estão comendo uma vez por dia. Assim é que fazem apenas almoçar um pouco de feijão, arroz e farinha. A tarde, tomam um pouco de café com pão, ao qual não se pode dar o nome jantar. Os trabalhadores caminham desse modo para a total liquidação física e para a tuberculose. Isto acontece em virtude dos miseráveis salários que estão sendo pagos naquela empresa.<sup>84</sup>

O tecelão Antônio Pereira da Silva, de 22 anos, operário na fábrica têxtil Baturité, foi uma das vítimas do sistema de exploração patronal, vigente na indústria têxtil de Fortaleza. O operário chegou a trabalhar três dias e duas noites por um salário de Cr\$ 17,70. Para o patrão, “pouco importa que a fome aumente a cada dia nos lares dos operários, pouco importa que cada vez mais aumente o número de tuberculosos”.<sup>85</sup>

Notamos, por meio da notícia acima, que os próprios operários buscavam o jornal para realizarem denúncias sobre as condições de exploração e de miserabilidade às quais estavam expostos. O jornal, em apoio ao operário têxtil, tratava de fomentar a denúncia, realizando a associação salários-fome-tuberculose.

“Nós trazemos o nosso almoço de casa”<sup>86</sup>, disse um operário da fábrica Santa Cecília à reportagem d’*O Democrata*. Os operários almoçavam “na própria fábrica” que, como na maioria delas, não dispunha de local adequado para que os têxteis realizassem essa refeição. Tomemos como exemplo a situação da fábrica Santa Maria, onde:

Uma reivindicação das mais imediatas dos operários da ‘Santa Maria’ é a que diz respeito a criação por parte da empresa de um restaurante ligado a fábrica. Com efeito, impõe-se a necessidade da criação de um restaurante naquela fábrica, pois não é possível que dezenas de operários que ali trabalham, seja forçado a continuar, por mais tempo, a fazerem sua refeição em pela via pública, pegando a poeira provocada pelo tráfego e até mesmo molhando-se completamente nos dias chuvosos.<sup>87</sup>

É interessante considerarmos o fato de que o “taylorismo”<sup>88</sup> ainda não era presente nas fábricas têxteis de Fortaleza. De acordo com Santos (2014), o taylorismo serviu de base

<sup>83</sup> ROUBAM os direitos e o suor dos operários... *O Democrata*, Fortaleza, 05 ago. 1950.

<sup>84</sup> COMEM uma vez por dia os trabalhadores.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 1129, 19 ago. 1950.

<sup>85</sup> TRABALHOU três dias e quase duas noites.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 2233, 17 jun. 1954.

<sup>86</sup> DECLARAM os trabalhadores da S. Cecília....*O Democrata*, Fortaleza, n. 2013, 04 jul. 1953.

<sup>87</sup> ALMOÇAM no meio da rua.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 973, 4 fev. 1950.

<sup>88</sup> Segundo Santos (2014, p. 66): “Muitas fábricas passaram por uma forte gestão científica, racionalização do trabalho, com a finalidade de elevar a força produtiva dos operários através da diminuição do tempo gasto. O ápice ocorreu na introdução do conjunto de ideias desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor[...].”

para empresários da indústria têxtil de Sergipe colocarem em prática o conceito de “fábrica higiênica”, visando, claro, uma maior produtividade do operário têxtil. As fábricas saíam de suas condições de insalubridade e dariam lugar a um ambiente que favorecesse o “bem estar entre os trabalhadores”. Os refeitórios entraram no combo das reformas, garantindo um local higiênico e tranquilo para os operários realizarem suas refeições. Um claro contraste com o caso de Fortaleza, onde os próprios “tubarões” proibiam os operários de almoçarem no ambiente fabril.

Se almoçavam dentro da fábrica, não havia um ambiente adequado para a atividade. Um depoimento revelou sobre o caso de um operário, na fábrica Santa Cecília, que “depois de deixar sua máquina pronta para recomeçar a tarefa, parou por um momento o trabalho e sentou-se ali mesmo para comer seu pobre almoço”. O operário foi repreendido e proibido de almoçar pois “não tem o direito de almoçar”. A denúncia revelava algo ainda pior: “ali os operários [ilegível] fazem sua refeição em uma área que existe ao lado das privadas. É o ‘refeitório’... O fato em si já é revoltante. Mas o pior é que as privadas exalam um mau cheiro insuportável, pois estão todas entupidas” (O DEMOCRATA, 1952, p. S.N).

A fábrica Siqueira Gurgel também apresentava semelhante problema:

Os operários da ‘Siqueira Gurgel’ (Usina Ceará) falaram ontem a nossa reportagem sobre suas condições de vida[...]. Afirmaram que nem podem mais almoçar em casa, afim de [ilegível] tempo que pode ser aproveitado no trabalho, sucede que os salários pagos na fábrica são extremamente baixos e para conseguir uma situação melhor, os operários tem de fazer extraordinários. Afim de não almoçar em cima das máquinas, os operários conseguiram que a direção da fábrica cedesse um pequeno compartimento onde eles se reúnem para fazer a magra refeição. Mas, depois que entregaram o quarto aos operários, os patrões não cuidaram mais dele, não mandando sequer fazer uma limpeza de vez em quando. Os trabalhadores comem em meio a um mau cheiro insuportável.<sup>89</sup>

No caso da Siqueira Gurgel, apresentado acima, os operários deixavam de almoçar em casa, a fim de permanecer na fábrica e, assim, controlar o tempo de trabalho, na tentativa de garantir melhores salários. Não podemos afirmar que esse seja o caso de todos os operários que “optavam” por almoçar nos locais de trabalho, já que um dos outros motivos é referente à distância entre as residências e as fábricas têxteis. O que podemos afirmar é que, por um motivo ou por outro, as condições dos locais de alimentação dos operários, nas fábricas, eram bastante insalubres, podendo influenciar na manifestação de várias doenças, inclusive a tuberculose.

Além disso, a carestia e a alimentação insuficiente eram uma realidade cada vez pior nas vidas dos operários têxteis. Não poderia haver perspectiva de melhora enquanto os

---

<sup>89</sup> ALMOÇAM num quarto infecto.... **O Democrata**, Fortaleza, n. 2179, 25 mar. 1954.

salários permanecessem congelados, e os preços dos alimentos continuassem aumentando. Observemos a Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 – Comparativo de preços de gêneros alimentícios

<b>PRODUTO</b>	<b>1946</b>	<b>1956</b>	<b>1958</b>
ARROZ	3,20	6,00	10,00
CARNE	7,80	35,00	30,00
FEIJÃO	3,30	6,50	10,00
PÃO	4,00	6,00	12,00
CAFÉ	7,10	5,50	15,00
BANHA	12,10	3,00	18,00
FARINHA	1,50	3,00	7,00
LEITE	2,30	-	-
OVOS	5,60	-	-
AÇÚCAR	3,80	6,00	7,50
VERDURA	-	3,00	15,00
TEMPERO	-	2,00	10,00
<b>TOTAL</b>	<b>Cr\$ 50,7</b>	<b>Cr\$ 71,00</b>	<b>Cr\$ 109,5</b>

Fonte: O Democrata (30 jan. 1950 e 10 set. 1958). Elaborado pelo autor.

Através destes dados, percebemos um grande aumento no custo de vida do operário de Fortaleza, incluindo os têxteis, que eram maioria na categoria. Para os anos de 1956 e 58, *O Democrata* tomou os gastos para uma família de 5 pessoas como base de cálculo. Para que não passassem fome, seria necessário um salário que assimilasse o aumento, de “mais de trezentos por cento”, que tiveram os gêneros de primeira necessidade.<sup>90</sup>

Além dos péssimos salários que não garantiam uma alimentação adequada, os patrões e seus “lacaiois” – gerentes e gestores das fábricas têxteis, como eram chamados pelo jornal – exploravam ativamente os operários, para além dos pagamentos, com a proibição de

<sup>90</sup> CLASSE operária passa fome.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 3785, 10 set. 1958.

entrarem na fábrica com alimentos e merendas, ou cortando a água dos bebedouros a partir de horários específicos, ainda segundo *O Democrata*, conforme denúncias dos próprios têxteis.

Anos antes das denúncias feitas pelos operários ao jornal comunista *O Democrata*, um outro periódico tratou de expor a situação de penúria vivida pelos operários cearenses, dentre os quais os têxteis, em sua maioria. O jornal *O Legionário*, de caráter integralista, teve curta duração, mas não deixou de publicar seus ideais em suas páginas: “Entre os erros capitalistas e erros communistas indicaremos o rumo a trilhar. O operariado que nos acompanhe”.<sup>91</sup>

Vinculado à Legião Cearense do Trabalho, o jornal noticiou diversas matérias que incluíam relatos e denúncias sobre a fome dos operários têxteis de Fortaleza. O que tinha o jornal integralista em comum com o jornal comunista, mesmo publicados com anos de diferença? As denúncias sobre os míseros salários dos têxteis, que proporcionavam nada além de fome e tuberculose, já que não garantiam uma alimentação básica aos operários.

Chamados *Inquéritos Industriais*, as visitas dos legionários, aos estabelecimentos industriais da época, garantiram para nós uma fonte de estudo importante. Por meio de seus representantes, o periódico divulgava informações obtidas pelas visitas ou “inspeções”, constando diversos aspectos sobre o ambiente de trabalho, assim como recomendações e, até mesmo, denúncias. Nesse sentido, os salários dos operários têxteis eram alvos dos inquéritos e revelavam a miséria vivenciada pelos têxteis.

Uma acusação que representa a exploração sobre os operários foi registrada na fábrica Ceará Industrial pelo jornal *O Legionário*. Nas páginas do periódico, os legionários cearenses evidenciaram a exploração sofrida pelos operários têxteis nos seus níveis mais absurdos, inclusive quando se tratava da fome que investia sobre os trabalhadores. A figura do diretor da Ceará Industrial, Francisco Diogo de Siqueira, apelidado de *Checo*, é exposta neste caso abordado pelo jornal.

*Checo* era mais um carrasco presente nas vidas dos operários têxteis. O diretor abusava deles sob diversas formas, como com a carga horária exaustiva, com descumprimento de direitos básicos, já garantidos por lei, para mulheres grávidas, com a falta de higiene na fábrica, além da fome ocasionada, tão somente, pelos salários miseráveis. De acordo com *O Legionário*: “Ao operário doente, não lhe é prestado nenhum socorro. A sua função é trabalhar enquanto gozar saúde e morrer de fome ao abandono, quando enfermo”.<sup>92</sup>

<sup>91</sup> APRESENTAÇÃO. *Legionário*, Fortaleza, n. 1, 4 mar. 1933.

<sup>92</sup> INQUERITO nos estabelecimentos industriaes.... *Legionário*, Fortaleza, p. 4, 1 abr. 1933.

Além disso, acusações mais graves sobre as atitudes de *Checo* foram narradas: “Quer matar de fome os operários”<sup>93</sup>, redigiria *O Legionário*, ao expor as atitudes do diretor que proibia os operários têxteis de entrar na fábrica Ceará Industrial com alimentos. Segundo a publicação:

A última descoberta do algoz do operariado, consiste em ir matando de fome, paulatinamente, os colaboradores de sua riqueza, do progresso da sua indústria, não permitindo que nenhum deles leve para a fábrica um pouco de merenda. Essa proibição do sr. *Checo* implica no suplício da fome aos operários. E isso se torna ainda mais revoltante, porque como se sabe, a maioria deles, reside em bairros afastados da cidade, não podendo por essa circunstancia almoçar em casa. Antes da *inquisição chequesa* o problema era resolvido com um pão, um pedaço de rapadura e um pouco de farinha. Agora, como o homem não permite entrar merenda de portas a dentro da Ceará Industrial, o operário passa fome de 10 horas, que é quanto se trabalha ali.<sup>94</sup>

A Ceará Industrial era um dos estabelecimentos têxteis mais prejudiciais para os operários. Em três de nossas fontes principais, podemos observar denúncias sobre a fábrica: n’*O Legionário*, como apontado acima, n’*O Democrata* e nas reclamações de operários feitas ao Sindicato, registradas nas atas de reunião. Assim sendo, ressaltando o ponto aqui trabalhado – a alimentação ou a fome –, podemos verificar que “Os trabalhadores da ‘Ceará Industrial’, estão passando muita fome, segundo eles próprios confessam”.<sup>95</sup>

Outro carrasco, o fascista Dante Bonorandi, foi denunciado a’*O Democrata* por diversos operários. Diretor da fábrica Santa Cecília, Bonorandi, assim como *Checo*, proibia os operários de se alimentarem no local de trabalho, onde passavam, muitas vezes, mais de 15h diárias. E, como se não bastasse, ordenava que os bebedouros da Santa Cecília fossem desligados a partir de certo horário, fazendo com que os operários trabalhassem com sede. As ações do diretor tinham impacto direto na saúde do operário têxtil, como podemos ver:

Acerca das condições de trabalho, disseram que um número elevado de trabalhadores vem trabalhando até dez horas da noite todos os dias, por imposição do gerente. Esses trabalhadores – homens e mulheres – tem apenas uma hora de descanso, [...] uma hora para o almoço. [...]O que ganham em oito horas de trabalho não chega sequer para comprar um quilo de feijão. Tem, portanto, de enfrentar a jornada de 15 horas para não morrer de fome; entretanto, a verdade é que se arriscam a morrer vitimados pela tuberculose.<sup>96</sup>

Francisco Filomeno – ou Chico Filomeno, como era chamado pelos operários –, dono de uma das maiores fábricas têxteis de Fortaleza, a “São José”, também cometia abusos contra os operários de seu empreendimento, sendo responsável direto pela fome e pela

<sup>93</sup> CHEQUICES. *Legionário*, Fortaleza, p. 5, 22 jul. 1933.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> A Exigência da assiduidade de 100%. *O Democrata*, Fortaleza, n. 1120, 08 ago. 1950.

<sup>96</sup> UM verdadeiro inferno.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 1467, 20 out. 1951.



tuberculose, como denunciou uma operária: “Seu Chico Filomeno é tão ruim que mesmo depois do serviço não quer deixar a gente mudar de roupa. Não permite também que a gente compre nem ao menos uma fruta para matar a fome, por que isso ‘diminui a produção’. É por isso que na fábrica tem tantos tuberculosos” (O DEMOCRATA, 1953, p. S.N). Nesse caso, podemos observar como o patrão agia de maneira deliberada, na tentativa de aumentar a produção da fábrica e prejudicar a saúde dos operários têxteis que, ao passarem fome e serem submetidos ao trabalho excessivo, acabavam por contrair a tuberculose, como afirmou a operária da fábrica São José.

Ademais, outros jornais buscaram denunciar a miséria da classe operária de Fortaleza, expondo a situação de penúria em suas páginas. O jornal *A Razão*, expoente integralista na capital cearense, sob a liderança de Jeová Mota, e que se autointitulava como “O jornal que será sempre o defensor das causas justas e populares”, foi um dos que tratou de dar visibilidade ao assunto, em 1936: “A miséria campeia dentro de cada lar, numa razão crescente, sem que uma esperança de melhores dias suavize o cortejo tétrico da fome. O nosso operariado não se alimenta. Quando feliz é um homem subalimentado, raquítico, exangue, em marcha batida para a tuberculose”.<sup>97</sup>

Não é, portanto, de se admirar quando observamos relatos sobre o desmaio de operários têxteis diante das máquinas industriais, em horário de trabalho, seja decorrente de um adoecimento ou de fome, ou das duas causas. O fato é que esses trabalhadores eram castigados e famintos em consequência da exploração, e padeciam tuberculosos, sem assistência médica. Se os salários de fome não poderiam alimentar de forma saudável o operário e sua família, trabalhar 10 ou 15 horas por dia, muitas vezes sem poder beber água ou comer algo, facilitava ainda mais a tuberculose nos corpos frágeis.

Segundo o periódico comunista, a fome e a tuberculose estavam presentes no cotidiano de todos os operários têxteis, independente da fábrica que trabalhavam, ao contrário do que relatava *O Legionário*, anos antes, quando apontou que alguns estabelecimentos estavam de acordo com as normas que garantiam trabalho digno ao operário têxtil. Para *O Democrata*, os patrões exploravam até o último segundo de força do operário, a fim de extrair os mais profundos lucros que aqueles corpos poderiam dar. Por isso, para os comunistas, uma das formas de lutar contra a exploração e a miséria era a disputa sobre o aumento salarial, como já observado. Era necessária, portanto, a união dos têxteis para barrar a morte, segundo o jornal: “Operários! Sabeis que nas fábricas Santa Cecília, Santa Maria, Santa Eliza, José Pinto do

---

<sup>97</sup> O Operário precisa ser.... *A Razão*, Fortaleza, p. 7, 19 maio 1936.

Carmo, Ceará Industrial, São José e Progresso a fome já está levando muitos dos vossos companheiros à tuberculose e a morte prematura”.<sup>98</sup>

Nesse sentido, não era sem luta “direta” que os operários têxteis confrontavam a exploração. A luta, representada aqui, era não só pelas denúncias em relação aos “salários de fome”, mas, igualmente, pelos preços dos alimentos que cresciam de forma desproporcional à quantia recebida pelos têxteis. As greves foram instrumentos utilizados pelos operários têxteis contra a miséria e a exploração sofrida, causadas pelos “tubarões”. Em setembro de 1950, na fábrica têxtil “São José”, desencadeou-se uma greve que, posteriormente, iria se intensificar entre os têxteis de outras fábricas, provocando uma paralisação total das fábricas têxteis de Fortaleza.

Em uma das matérias que acompanhou a greve de 1950, o jornal *O Democrata* publicou, sobre a luta: “Contra a fome e a miséria pelo aumento de cem por cento dos salários e pela liberdade sindical, continuam firmes no seu gigantesco movimento os tecelões de Fortaleza”.<sup>99</sup>

A partir das avaliações realizadas, vemos que a alimentação insuficiente da família operária se constituía como um fator inerente à fragilidade de seus corpos e, conseqüentemente, a uma maior vulnerabilidade em se contrair a tuberculose. Por meio, principalmente, da exploração patronal, iam sendo constituídas as péssimas condições às quais estavam expostos os trabalhadores têxteis de Fortaleza, que, além de possuírem uma alimentação insuficiente, moravam em habitações precárias.

---

<sup>98</sup> IRRESTRITO apoio à luta.... **O Democrata**, Fortaleza, n. 1124, 12 ago. 1950.

<sup>99</sup> IMPÕE-SE a paralisação total em todas as fábricas.... **O Democrata**, Fortaleza, n. 1155, 20 set. 1950.

## **4 CAPÍTULO III – “CASAS ASSASSINAS”**

### **4.1 Considerações breves sobre as habitações e tuberculose em Fortaleza**

As casas das classes mais pobres eram bastante influentes no adoecimento dos operários têxteis, devido à falta de estrutura e à insalubridade. Grande parte sem estrutura alguma, tais habitações garantiam a proliferação do bacilo de Koch, e o seu contato contínuo com os moradores. Entram em cena, mais uma vez, a “ideologia da higiene” e os preceitos sanitaristas, que adentraram e fortaleceram o meio intelectual de Fortaleza durante o século XX. Assim, proporcionaram a crítica de médicos aos casebres das classes pobres da cidade, uma vez que, de diversos pontos de vista, essas habitações favoreciam largamente a proliferação de doenças, inclusive a tuberculose. Sem planejamento, as habitações da classe operária têxtil não tinham banheiros, ventilação nem iluminação suficientes, aspectos que poderiam colaborar com a ineficácia do bacilo de Koch, e evitar sua ação e propagação. Assim sendo, é de nosso interesse e objetivo compreender como essa relação entre as habitações nocivas e o adoecimento por tuberculose foi vista e exposta pelos médicos, denunciada pelos operários, e “recebida” pelos governantes. Um fator de grande importância, utilizado pelos médicos para explicar tal relação, é que as habitações da família operária eram ocupadas, de forma majoritária, por 4 ou 5 pessoas, o que resultava em uma aglomeração em pequeno espaço. Num estudo realizado pelos médicos cearenses Octávio Lobo e Lineu Jucá em 1942, publicado na “Ceará Médico”, foi demonstrada a seguinte análise sobre as habitações e a tuberculose: “[...] sendo, porém, a família operária muito prolifera, podemos fazer o cálculo aproximado de sua população em 58.465 pessoas (5 pessoas por casa). O casebre é a expressão mais alta da falta de higiene e conforto [...] essa habitação malsã é, sem dúvida [ilegível] de agravo iminente a saúde e meio propício de contágio” (LOBO; JUCÁ, 1942, p. 9-10).

### **4.2 Panorama geral sobre as habitações e a tuberculose, em Fortaleza, a partir do discurso médico-intelectual**

As habitações das classes mais pobres sempre foram colocadas como propícias ao alastramento de doenças, devido à falta de estrutura e à insalubridade, e, neste caso, garantiam a proliferação do agente patogênico da tuberculose. De acordo com Sidney Chalhoub (2017), foi durante a segunda metade do século XIX que surgiu a “ideologia da higiene”. Uma epidemia

de Febre Amarela em 1850, no Rio de Janeiro, colocou em pauta as questões de salubridade e condições de higiene públicas.

Ainda segundo o historiador Chalhoub (2017, p. 37):

Em outras palavras, o que provava que as condições de saúde pública estavam se deteriorando não era apenas a ocorrência eventual de epidemias de febre amarela, varíola, cólera etc., mas a mortandade crescente e constante pela tísica, uma doença que o saber médico da época já associava diretamente as condições de miséria em que vivia a população.

Nesse sentido, as habitações das classes pobres passaram a ser ponto de destaque entre as políticas dos órgãos de higiene dos principais locais do país, que utilizavam o discurso médico-científico, também, como forma de controle desses espaços. Em Fortaleza, tal aspecto foi reproduzido, e foi ponto de debate entre os médicos e intelectuais da cidade. Um estudo de Thomaz Pompeu, realizado durante o final do século XIX, nos permite saber que este pensamento já rondava a classe intelectual de Fortaleza, uma vez que ele citava as péssimas condições de higiene como um fator de risco para o adoecimento por tuberculose. Segundo Pompeu (1896, p. 27):

Pelo que ficou dito relativamente ao perigo das construções prediaes, sem as precisas condições hygienicas, vê-se que falta-nos quasi todo conforto na habitação, e os meios mais rudimentares de hygiene privada. A disposição dos compartimentos de trabalho ou de repouso parece propositalmente ordenada para prejudicar a saúde. Os quartos internos, de dormir, são escuros, mal ventilados e quentes nas horas cálidas do dia; as salas expostas, ora ao sol da manhã, ora ao da tarde, de modo que a temperatura nellas está acima ou abaixo do ambiente. As communações entre ellas se fazem por estreitos corredores, as mais das vezes sombrios, por onde se precipitam as correntes de ar frio. Quem sae de uma câmara de dormir ou de uma sala aquecida tem necessariamente de supportar as consequências desse ar encanado.

O que podemos observar é o início de um processo disciplinador das classes pobres e trabalhadoras. Thomaz Pompeu era um intelectual diverso, assim como era empresário e responsável pela fundação da primeira fábrica têxtil de Fortaleza: a fábrica “Pompeu”. Vejamos: qual era o interesse de Pompeu ao escrever sobre a higiene das habitações e a sua influência no adoecimento dos habitantes fortalezenses? Pensamos que uma das maiores fábricas têxteis da capital cearense também precisaria de operários saudáveis para enfrentar o maquinário da instalação, produzir tecidos e “gerar economia”. Pompeu, assim como outros diversos intelectuais, tinha seus próprios interesses ao demonstrar preocupação com este aspecto da vida dos cearenses. Sabendo que Fortaleza estava, naquele momento, iniciando seu processo de industrialização, relacionamos a fala de Pompeu com a análise de Edgar Decca (1983, p. 49), na qual diz que: “A fábrica deve o seu sucesso aos inúmeros agentes sociais que participaram na elaboração de um domínio cultural – onde o tema da industrialização tem seu

lugar privilegiado – e de um aparato de coerção que atua cotidianamente sobre o trabalhador dentro e fora da fábrica”. Ou seja, o discurso de Pompeu fez parte do aparato disciplinador que o processo de industrialização requeria de Fortaleza. Essa disciplina era algo necessário dentro e fora da fábrica, incluindo as habitações desses operários.

Segundo Juliete Castro Oliveira (2009), Guilherme Studart – o Barão de Studart – também foi um dos grandes nomes que demonstrou preocupação sobre a relação entre as habitações e a tuberculose na cidade de Fortaleza, já no início do século XX:

(...) ha bem pouco arrancava-se no Ceará até as fechaduras e as dobradiças das portas da casa em que um tysico morria e se destelhava a casa para submettel-a (sic) à acção viva e directa do sol, e hoje raras são as simples desinfecções dos domicílios infectados, podendo-se afirmar que em fortaleza ha verdadeiras casas de tuberculose pela falta absoluta de prophylaxia. (STUDART, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2009).

A fala de Studart demonstra que a desinfecção das habitações dos tísicos era a principal forma de ação governamental sobre o aspecto. Segundo Oliveira (2009), o discurso de Studart nos apresenta a ideia de que a noção do contágio era desacreditada, visto a redução no número de desinfecções de habitações. A autora destaca, também, que não se pode afirmar, com clareza, quais eram os métodos específicos dessas desinfecções realizadas. Nesse sentido, observamos que, mesmo com a comprovação do contágio como forma de transmissão da doença, havia um imaginário específico que não acreditava, não se importava ou escolhia não se comprometer com as desinfecções das habitações, visto que o tuberculoso carregava um estigma bastante presente, e esse estigma atingia tudo ao seu redor, inclusive sua moradia e seus habitantes.

Um pouco mais adiante, em 1915, a discussão chegou, oficialmente, ao meio médico de Fortaleza, representado pelos membros do Centro Médico Cearense no presente texto. Em editorial sobre a saúde pública na cidade de Fortaleza, a redação da revista “Norte Médico” – que, posteriormente, se chamaria “Ceará Médico” – revelou que:

A tuberculose é um assombro nesta Capital e em vários pontos do interior. Não há a menor precaução contra este terrível flagelo. Vive nas fábricas, nas oficinas[...]disseminada por todas as ruas da cidade, de casa em casa, é tão grande a sua actividade que o povo já se vae acostumando com ella. As nossas habitações, construídas, como são, sem ar e luz directos nos aposentos, são as mais adequadas ao evoluir da tuberculose que à saúde dos moradores. (CEARÁ MÉDICO, nov. e dez. de 1915, p. 4).

No trecho acima, devemos ressaltar a falta do combate à tuberculose. De maneira geral, este ganhou força apenas durante a década de 1930, direcionado de maneira mais acentuada à tísica, quando reformas institucionais e índices mais precisos vieram à tona. Os médicos também se referiam aos espaços fabris que, à data de publicação da revista, contavam

com cerca de 5 fábricas têxteis e quase 1000 operários, destes estabelecimentos, em Fortaleza (ARAGÃO, 1989). Era comum, portanto, que a tuberculose estivesse presente neste grupo. Não menos importante, os médicos apontam problemas em relação às habitações: sua arquitetura prejudicial, que forneciam um ambiente sem luz e ar, tornando o local propício para a sobrevivência do bacilo de Koch.

À medida que o século XX ia passando, foi se criando o consenso de que as doenças infectocontagiosas consistiam em um empecilho ao progresso almejado pelos governantes e pela elite brasileira. Nesse sentido, as políticas de controle e de combate a essas doenças foram se fortalecendo, e perpassavam uma série de aspectos, os quais incluíam as habitações insalubres. Em vista disso, os médicos entram em cena, a partir da revista *Ceará Médico*, e também apresentam o discurso higienista/sanitarista sobre as habitações das classes pobres trabalhadoras de Fortaleza, como vimos, inicialmente, acima.

Em 1930, a *Ceará Médico* foi responsável por publicar um artigo do médico cearense Demosthenes de Carvalho, falecido no ano anterior. Não sabemos precisar a data exata da escrita do artigo, mas acreditamos que não seja distante da sua publicação. O artigo, intitulado “Casas Assassinas”<sup>100</sup>, demonstra a grande preocupação do médico com a falta de regulamentação e de fiscalização sobre a higiene das habitações de Fortaleza, bem como a arquitetura e o modelo de construção dessas casas. O médico aponta como a estrutura das moradias era perpetuadora de doenças, como a tuberculose, algo já relatado pelos mesmos médicos que compunham o quadro da ACM, em 1915.

Segundo Carvalho (1930), por serem antigas, grande parte das habitações de Fortaleza foram construídas sem levar em consideração os preceitos das medidas higienistas, que eram quase inexistentes antes do final do século XIX. Nesse sentido, o médico isenta a população e os governantes de culpa, apesar de apontar a falta de legislação específica sobre o tema. Em primeira descrição sobre a forma das habitações, Carvalho relata que:

E no alinhamento impecável das ruas [...] foi brotando esse casario melancólico, baixinho, sempre apertadinho entre dois, sempre do mesmo tipo, numa angustia voluntária de espaço, quando havia plethora delle – casas onde o sol não entra senão na sala de visitas e o médico em todos os quartos – casas sem luz, casas sem ar, casas de micróbios, casas assassinas... (CARVALHO, 1930, p. 1).

No primeiro momento, o médico já aponta as principais deficiências das casas: falta de luz, falta de ar e a presença de micróbios. Ora, tais aspectos eram bastante relatados pelos médicos em geral, como fundamentais para a garantir a presença do bacilo de Koch e o contágio

---

<sup>100</sup> CARVALHO, Demosthenes de. Casas Assassinas. *Revista Ceará Médico*. Fortaleza. Julho de 1930. P. 1-2.

da tuberculose entre os moradores de tais residências. O próprio Dr. Demosthenes de Carvalho cita o agente causador da peste branca ao apontar que os “quartos dormitórios [...] se tornam viveiros ideais para o bacilo de Koch”. (CARVALHO, 1930, p. 2).

Ao prosseguir o estudo sobre as casas, o médico faz uma descrição do que seria a estrutura da maioria das habitações na cidade de Fortaleza: corredor, sala de visitas, alcova, quartos dormitórios, sala de jantar, dependências: cozinha, despensa e banheiro. Segundo Juliete Castro Oliveira (2009), o médico não especifica a que classe social essas habitações pertenciam, por isso trabalha com a ideia de que essas eram as habitações da maioria da população da cidade. Acreditamos, no entanto, que tal estrutura não era a mesma das moradias dos operários de Fortaleza. Tal ideia parte, especialmente, da comparação do estudo de Demosthenes de Carvalho com os outros médicos que escreveram sobre as habitações de operários.

No estudo, já apresentado no capítulo anterior, dos médicos Octávio Lobo e Lineu Jucá, de 1942<sup>101</sup>, foi demonstrada a seguinte análise sobre as habitações e a tuberculose:

Fortaleza possui, atualmente, incluindo os subúrbios, 41.295 casas. O número de casebres ou mucambos sobe a 11.693. A população total da cidade é de 169.587 habitantes (menos de 4 pessoas por casa) (Dados do Serviço de Febre Amarela). Sendo, porém, a família operária muito prolifera, podemos fazer o cálculo aproximado de sua população em 58.465 pessoas (5 pessoas por casa). O casebre é a expressão mais alta da falta de higiene e conforto. Sem serviço de água e esgoto, quase sempre sem fossa rudimentar, impermeável ao ar e a luz, por defeito de construção ou por ignorância de nossa gente, essa habitação malsã é, sem dúvida [ilegível] de agravo iminente a saúde e meio propício de contágio. (LOBO; JUCÁ, 1942, p. 9 – 10).

É fato que as habitações dos operários têxteis não tinham banheiros, ventilação nem iluminação suficientes, grande parte delas sem qualquer planejamento. Outro fator de grande importância, apontado pelos médicos, é que as habitações da família operária eram ocupadas, de forma majoritária, por 4 ou 5 pessoas, o que acarretava numa aglomeração em pequeno espaço. Tais aspectos eram fundamentais para corroborar o contágio, a propagação e o adoecimento por tuberculose. Ao compararmos os estudos de Demosthenes de Carvalho com o de Lobo e Lineu Jucá, percebemos semelhanças: a circulação de ar e a falta de estrutura que proporcionasse luz suficiente foram apontadas pelos dois artigos.

A principal diferença entre os estudos consiste, no entanto, no tamanho das habitações: as casas avaliadas por Carvalho detinham mais espaços e cômodos do que as apontadas por Lineu e Jucá como sendo das classes pobres. Consequência disso é que Carvalho não cita a aglomeração como problema causador de doenças, ao passo que Lineu e Jucá afirmam

---

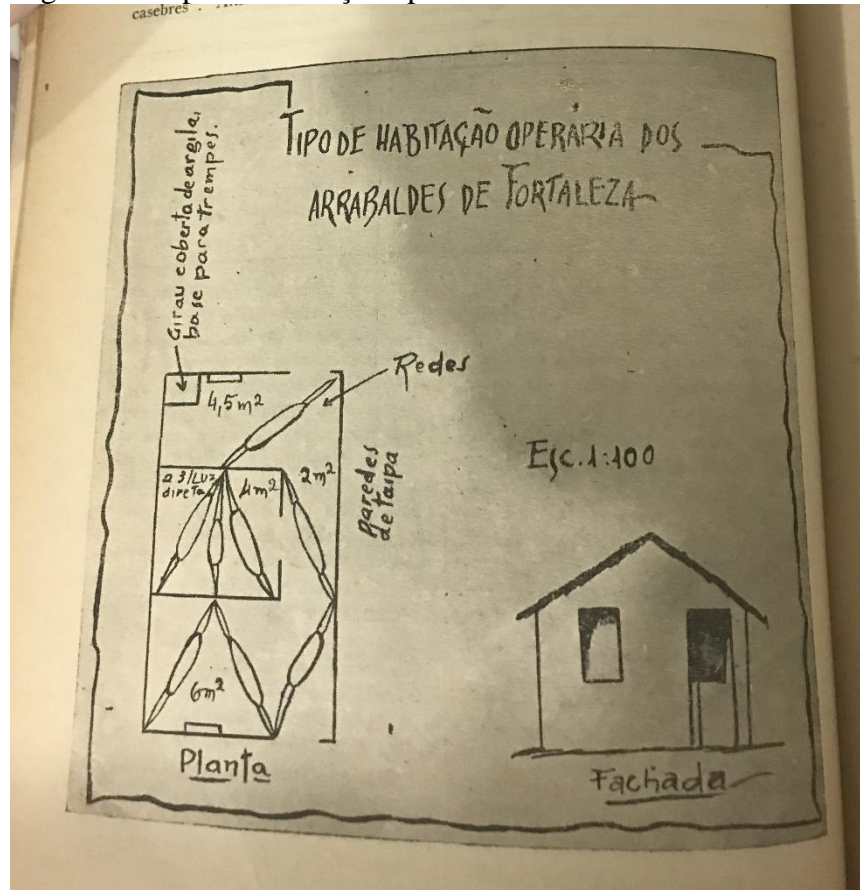
<sup>101</sup> LOBO, Octávio; LINEU, Jucá. **A tuberculose em Fortaleza**. Revista Ceará Médico. Fortaleza, 1942.

ser um dos agravantes nos “casebres” da classe operária, onde chegavam a viver 5 pessoas num ambiente de pouco espaço.

Destacamos a palavra “casebre”, que era utilizada para se referir a casas pequenas, “humildes” e com pouca estrutura higiênica, geralmente feitas de taipa. Esse tipo de moradia sofreu o enfrentamento das repartições públicas de Fortaleza a partir da segunda metade do século XIX (COSTA, 2014). No relatório, os médicos utilizam as palavras “casebres” e “mocambo”, que detinham um mesmo sentido: habitação precária.

Segundo o tisiologista Dr. Wilson Jucá, em artigo para a revista Ceará Médico (1950, p. 17-18), “a tuberculose se encontra estreitamente na dependência dos múltiplos fatores sociais[...]”; entre esses fatores, está a habitação insalubre, visto que “A repetição e a prolongação do contato favorecem o contágio tuberculoso.”. Em desenho, feito pelo próprio Wilson Jucá, ao denunciar a estrutura das habitações operárias na cidade de Fortaleza, o médico apresentou as casas operárias: duas entradas de ventilação e iluminação pela frente da casa, uma entrada pela parte de trás da casa, nenhuma janela pelos lados e uma quantidade de moradores considerada alta, pelo tamanho das residências:

Figura 2 – Tipo de habitação operária dos arrabaldes de Fortaleza



Fonte: Ceará Médico, out. – dez. de 1950.



Ao compararmos o desenho com a descrição das habitações, por Demosthenes de Carvalho, também observamos semelhanças e diferenças. Na fachada, há a janela e a porta que garantiam a entrada de ar e luz na “sala de visitas”. O corredor também estava presente nos dois estudos: de acordo com Carvalho, era um “espaço inútil ou inutilizável”, já no estudo de Wilson Jucá, vemos que tal ambiente servia para os operários armarem redes. No desenho, também, não vemos a alcova citada por Carvalho, e acreditamos que o último cômodo servia de cozinha e sala de jantar ao mesmo tempo. A casa do desenho apresenta somente um quarto, diferente da descrição de Demosthenes sobre “mais de 90% das casas de Fortaleza” (o médico não informa de onde retirou o dado citado). Wilson Jucá foi categórico ao referir o desenho como sendo das “habitações operárias”, além de acrescentar que as paredes eram de taipa. Por tais comparações e informações, acreditamos que as casas apresentadas por Demosthenes de Carvalho não se referiam às habitações operárias.

Ainda sobre o estudo de Wilson Jucá, é interessante perceber que as soluções propostas pelo médico, para combater a mortalidade causada pela tuberculose, em sua maior parte, passavam por ações que não levam em consideração os fatores socioeconômicos. Para o médico tisiologista, a alimentação, as habitações e a industrialização de Fortaleza eram fatores socioeconômicos *indiretos* em relação ao contágio pela tuberculose. De acordo com Wilson Jucá (1950, p. 17): “A tuberculose se encontra estreitamente na dependência dos múltiplos fatores sociais que modificam em parte a resistência do indivíduo, em frente ao contágio. Analisaremos os fatores econômicos-sociais indiretos”. Ou seja, as condições de vida dos operários têxteis de Fortaleza eram consideradas como fortalecedoras do contágio, no entanto, menos importantes que os fatores *diretos*, esses sendo pontos relacionados à estrutura de saúde do estado. Portanto, para o combate à tísica, os primeiros aspectos a serem organizados seriam os *diretos*, ou seja, fortalecer o dispensário de tuberculose, garantir uma maior quantidade de leitões, promover educação sanitária, consolidar a vacinação pela B.C.G e os métodos de diagnóstico, etc. Sobre os *indiretos*: “os fatores tem alta importância para favorecer ou interferir na resistência geral do povo, outros órgãos da administração pública são chamados a intervir através de um programa de justiça social amplo, generoso e correto” (JUCÁ, 1950, p. 19).

A resolução para os problemas das moradias operárias pareceu, no entanto, ser algo intangível durante anos. A preocupação dos médicos era maior com impedir o avanço da doença em si, do que com as vidas dos operários têxteis que faleciam diariamente de tuberculose. De acordo com Maria Auxiliadora G. Decca (1987, p. 67): “A ideia de uma melhor habitação operária através da racionalização técnico-econômica e administrativa estava ligada às

preocupações de uma maior disciplina e produtividade no trabalho e uma aceitação conformista da ordem social vigente”.

Nesse sentido, as habitações operárias constituíam um dos problemas principais a serem enfrentados no combate à tuberculose. A Liga Brasileira Contra a Tuberculose elegeu as casas insalubres como sendo fundamentais no processo de contágio e de propagação da tísica. De acordo com Nascimento (2002, p. 39-40):

A insalubridade das habitações coletivas, que eram na verdade a alternativa de moradia da classe trabalhadora, estava incorporada no discurso da Liga. Azevedo Lima dizia que: as habitações para as classes pobres são indignas até desse nome [...] em quartos habitados por cinco a dez pessoas faz-se tudo: cozinha-se, come-se, dorme-se [...] aí os doentes tosse, escarram, definham e morrem. Varrem-se essas casas e dos escarros secos sae o micróbio suspenso no ar que fará novas vítimas.

Os médicos de Fortaleza partilhavam do consenso científico sobre a relação entre a estrutura anti-higiênica das habitações, em que moravam a classe operária, e o adoecimento por tuberculose. Assim sendo, apresentavam relatórios sobre gastos e aspectos das vidas dos trabalhadores têxteis, buscando entender como tal relação se estabelecia. Claro, exerciam a ideia de que os gastos com alimentação e com habitação deveriam ser realizados de maneira essencial a manter um padrão ideal. No entanto, também revelavam o conhecimento de que os baixos salários eram inimigos da boa alimentação e a das moradias higiênicas.

Numa das fichas do Inquérito sobre alimentação dos operários de Fortaleza, Octávio Lobo e Lineu Jucá trouxeram os dados de um empregado da Fábrica de tecidos “São José”. Segundo a ficha, os gastos com habitação eram o segundo maior na família operária, e só eram ultrapassados pelos gastos com alimentação. Num salário de 150\$00, cerca de 21,3% serviam para habitação. O relatório não especifica, no entanto, se os gastos eram com aluguel ou com pagamento de outras despesas com as moradias, como reformas.

De acordo com o jornal *A Razão*, em 1931, o alto valor do aluguel das habitações era um problema certo na vida dos operários de Fortaleza. Segundo matéria do periódico:

A única solução possível para o pequeno funcionário, para o operário, quanto a habitação, seria o de facilitar-lhes as construções de propriedades. [...] Na crise atual, principalmente, torna-se preciso a colaboração particular, no que toca aos problemas que nos assoberbam, máxime neste caso de alugueis, que são mantidos com altura discordante com os meios de vida de que dispõe a classe a que não sorriu a fortuna.<sup>102</sup>

A legislação do estado não era eficaz sobre o assunto, deixando os operários têxteis desamparados diante dos preços cobrados nos aluguéis. Acerca disso, desde os anos finais do século XIX, observavam-se leis que buscavam regular a forma de habitar das classes pobres e

<sup>102</sup> Jornal *A Razão*, 30 de novembro de 1931.

operárias da cidade de Fortaleza, como os Códigos de Postura e outras legislações. O Código de Posturas de 1893, por exemplo, regulava que: “Art. 91 – As casas e seus quintaes serão vistoriados quando a intendência julgar conveniente, a bem da salubridade, ou por intermédio de comissões, nomeados para dito fim”.<sup>103</sup> E, segundo Margarida Andrade (1990, p. 111), a legislação afirmava que “É proibido dentro da circunscrição urbana edificar casas de palha ou de taipa assim como construir cerca ou currais. Multa de 30\$000 ao infrator”. Além disso, Margarida Andrade (2022, p. 104) afirma que o poder público, antes de 1920, agia de forma generalizada em relação às habitações na cidade de Fortaleza. Segundo a autora:

Em Fortaleza, antes de 1920, o controle das habitações por parte do Estado é generalizado, com intervenções preventivas em nível do urbano. Assim, por exemplo, uma das formas de ação do Estado sobre a cidade na primeira metade do século XIX foi a legislação sobre a salubridade, a higiene pública e o controle de epidemias, através da instituição da política sanitária. As Posturas Municipais tinham como objetivo estimular os poderes públicos à melhoria das condições de higiene do espaço público e buscavam segregar o espaço. Gradativamente, essas Posturas vão sendo aperfeiçoadas com medidas inovadoras, em nome da limpeza e saúde dos cidadãos. Em relação à habitação da classe mais pobre, desde 1868 as Posturas só concedem a construção de choupanas com a autorização da fiscalização, e obrigam as mesmas a alinhar-se às ruas principais e às de beco. Já em 1875, a Câmara Municipal legisla sobre a localização das casas de taipa fora do perímetro urbano. Em 1918, com o Regulamento de Higiene, as casas populares passam a ser invadidas e vasculhadas pelo inspetor sanitário. Esta ação tinha como objetivo verificar se as casas ofereciam as condições mínimas de higiene e asseio para serem habitadas. (ANDRADE, 2022, p. 104)

Ora, quem habitava em casas de taipa ou palha? Em sua maioria, a classe operária que também era a classe pobre. No entanto, veremos adiante que não habitavam somente casas de taipa e palha, ao adentrarmos nas vilas operárias.

### **4.3 O discurso operário sobre a moradia; vilas operárias: formas de controle e disciplinarização**

Não foram, porém, apenas os médicos que identificaram, em suas habitações, um problema das condições de vida dos operários têxteis de Fortaleza. Os próprios trabalhadores fabris tinham sua voz acolhida e espalhada pelo jornal *O Democrata*, mencionado anteriormente, e demonstravam suas considerações sobre as habitações. O jornal tinha, entre seus editoriais, matérias importantes sobre o operário têxtil. As principais denúncias do periódico giravam em torno dos baixos salários. A luta por “salário digno” abarcava uma série de outras reivindicações, que não eram secundárias, mas complementares. De maneira geral, a

---

<sup>103</sup> Jornal *A República*, 18 de novembro de 1893. Pag. 4.

luta contra as péssimas “condições do habitar”, transcorria por uma luta por melhores salários também.

Em edição de 14 de julho de 1950, na primeira página, o jornal exhibe um editorial intitulado: “Ninguém pode mais suportar esta situação de miséria”, o subtítulo traz o assunto em específico: o problema da moradia. A matéria traz o depoimento de uma moradora do bairro Campo do Pio – hoje nomeado de Otávio Bonfim, em Fortaleza. Maria Bernardino da Silva, residente do bairro visitado pelo jornal, alega que “Aqui falta de tudo. A moradia, por exemplo, é escassa. Há um ano a gente pagava por um chalé daqueles 30 cruzeiros. Sabe quanto nós pagamos agora? Diga? Pois bem: pagamos 100 e até 150 cruzeiros. Isso é um absurdo meu senhor!” (O DEMOCRATA, jul. de 1950). O antigo Campo do Pio foi um bairro que abrigou diversos empreendimentos em suas linhas, como a fábrica Siqueira Gurgel. Além disso, seu espaço compreendia parte de territórios que abrigavam fábricas têxteis, como o bairro Jacarecanga, local da importante fábrica de tecidos São José. Nesse sentido, acreditamos que um grande contingente de operários têxteis residia no Campo do Pio, por se tratar de um local no centro da cidade, e regionalizado próximo aos empreendimentos fabris.

Os problemas em relação à habitação eram intrínsecos aos péssimos salários, que acabavam por obrigar os operários têxteis a alugarem casas pequenas e insalubres. Em mais uma denúncia, *O Democrata* (1950)<sup>104</sup>, ao fazer um apelo para o comparecimento dos operários numa reunião do Sindicato dos Tecelões, optou pelo seguinte título de chamada: “O aumento de salário para os trabalhadores da indústria têxtil é questão de vida ou de morte.”. Segundo o jornal:

Temos afirmado inúmeras vezes que o aumento de salários para os trabalhadores têxteis de Fortaleza, é uma questão decisiva, de vida ou de morte. Nesta nossa afirmação não vai nenhum exagero, pois é sabido que os tecelões e tecelãs desta capital, estão sendo liquidados pela fome e pela tuberculose, como consequência dos miseráveis salários que estão percebendo. (O DEMOCRATA, 1950, p. S.N).

Tais manifestações nos fazem concordar com Michelle Perrot (2022) e suas análises sobre os operários e a moradia no século XIX. Segundo a historiadora:

Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surpreende que as greves nada digam a respeito; não é esse seu objeto. Notamos de passagem que praticamente não se trata mais da questão da higiene nos locais de trabalho. Na primeira metade do século XIX, por vezes os operários alfaiates protestam contra a má instalação das oficinas onde trabalham sentados por muitas horas. Mais tarde, fala-se pouco da higiene da fábrica, temendo-se sempre que uma organização mais racional do espaço implique um controle maior dos deslocamentos e gestos operários. (PERROT, 2022, p. 108).

---

<sup>104</sup> **O Democrata**. Fortaleza, 26 de agosto de 1950. Nº 1135

No jornal *O Democrata*, no entanto, alguns editoriais referiam-se à higiene das habitações. Em 18 de março de 1950, foi noticiado que “A mensagem dos tecelões contém trechos comoventes, em especial quando assinalam aqueles heroicos trabalhadores a exploração de que são vítimas, o trabalho penoso nas fábricas de tecido e as difíceis condições em que vivem, sobretudo privações e habitando em barracos sem qualquer conforto, ou mesmo higiene”. Nesse sentido, percebemos que os trabalhadores buscavam conforto e higiene na forma de habitar, mas a partir da perspectiva de melhoria salarial.

É perceptível a diferença entre os discursos médicos e os dos operários têxteis, no que concerne às habitações. Enquanto os primeiros dissertavam sobre o espaço físico das habitações e a sua insalubridade, os operários demonstravam sua preocupação com o preço dos aluguéis, que consumiam boa parte dos míseros salários. Pensamos, também, que a ocultação da insalubridade das habitações, por parte dos operários, poderia ser uma medida de defesa contra os órgãos públicos, que utilizavam cada vez mais a “ideologia da higiene” como forma de controle, e poderiam até destruir as habitações insalubres onde moravam os têxteis, as quais eram sua única opção de moradia.

Os líderes governamentais da cidade agiam de maneira a colocar em prática os ideais ligados à “ideologia da higiene”. Os códigos de postura municipais do final do século XIX demonstram isso, principalmente ao afirmarem a obrigatoriedade de certas condutas que exigiam níveis de higiene antes não postos à sociedade cearense (ANDRADE, 1990). No entanto, a situação de miséria na qual vivia a classe operária têxtil, dificultava sua “introdução” aos novos preceitos higienistas.

Seguindo essa perspectiva, a preocupação com as habitações das classes operárias se intensifica em momento um pouco mais tarde, assim como a tentativa de dar um fim a este problema, especialmente com a construção das chamadas “vilas operárias”, que ganharam força, na cidade de Fortaleza, com a expansão da indústria têxtil, principalmente nos anos de 1920 a 1950 (ANDRADE, 1990). De acordo com Margarida Andrade (1990):

Analisando as condições da indústria têxtil, percebeu-se que o setor de fiação e tecelagem implantou-se no fim do período do século XIX, mas é somente a partir de 1920 que surgem as vilas operárias. Isto se explica pelo fato de que é nesse momento que o setor busca sua expansão e a organização de sua produção de forma mais sistemática e contínua. Para isso, os empresários adotaram como política domicílio/trabalho, pois ter operários próximos assegurava assiduidade, a pontualidade, a prontidão permanente destes, bem como o envolvimento de toda a família, necessário ao tipo de trabalho que caracteriza a produção têxtil cearense.

Figura 3 – Localização das Vilas São José e Diogo em 1945



Fonte: ANDRADE, 2022, P. 167.

Nesse sentido, observamos aqui, as vilas operárias como ponto para as análises de habitação da classe operária têxtil, visto que, o momento marcava o surgimento de tais empreendimentos a partir da consolidação da indústria têxtil, bem como a reformulação do espaço urbano da cidade de Fortaleza. Além disso, no código de postura municipal, no ano de 1932, era a primeira vez que se observava uma legislação específica para estas vilas:

Art. 346 – Os grupos de habitações denominadas “vilas” somente poderão ser construídas fora da zona urbana.

Art. 347 – As entradas para as “vilas” terão a largura mínima de dois metros (2m,00), com portões de ferro, tendo a numeração que lhes couber, pelo logradouro onde estiverem situadas. (ANDRADE, 1990, p. 151).

As vilas operárias tinham como objetivo principal exercer controle sobre o trabalhador. Com o aspecto de que buscavam oferecer conforto, higiene e segurança a preços baixos, os patrões gozaram de incentivos do governo para construírem as vilas. Em 1931, o jornal *A Razão*, ao falar dos problemas que rondavam as habitações proletárias, lembrou a lei

2.266, de 1925, que garantia isenção de impostos a quem construísse vilas operárias.<sup>105</sup> Normalmente, eram localizadas bem próximas das fábricas, visando garantir a assiduidade dos operários. Para entender o processo de “construção” das vilas operárias em Fortaleza, nos referenciamos pelo trabalho de Margarida Andrade (1990). A autora relata que:

No Ceará, esse padrão de construção está ligado a história do algodão – mercadoria responsável pela dinamização do comércio e pelo aparecimento das primeiras indústrias têxteis. [...] Assim, pode-se dizer que as vilas operárias são consequência das condições da indústria têxtil, que geram essa necessidade, e das condições urbanas de Fortaleza, que contêm essa solução. O período 1880 – 1920 é considerado como o das tentativas iniciais do setor têxtil, sem nenhum investimento imobiliário, ao tempo em que a cidade não apresenta uma estrutura espacial estratificada mais rígida. De 1920 a 1945 inicia-se o surgimento das vilas operárias, período em que a indústria se consolida e a cidade apresenta uma estrutura espacial mais definida. (ANDRADE, 1990, p. 13).

A partir dos “Inquéritos Industriais”, realizados pelo jornal *O Legionário* em 1933, sabemos que Fortaleza contava com algumas vilas operárias ligadas à indústria têxtil<sup>106</sup>. A vila da fábrica “Progresso”, por exemplo, que contabilizava “11 casinhas que são alugadas aos operários a preços baratos”.<sup>107</sup> O jornal, no entanto, não conseguiu realizar pesquisas sobre todos os empreendimentos têxteis da cidade com exatidão, como as fábricas do grupo Diogo Siqueira, importante conglomerado para o setor têxtil da época. Não sem razão, Margarida Andrade nos revela que algumas das primeiras vilas operárias foram construídas na década de 1920, pelo grupo Diogo Siqueira (ANDRADE, 1990).

O jornal foi proibido de adentrar em todos os estabelecimentos do grupo Diogo Siqueira. Assim, os “inquéritos industriais” sobre as fábricas do grupo, realizados pelo *Legionário*, foram baseados em informações obtidas por meio de depoimentos de operários. Nesse sentido, o editorial não soube precisar dados sobre a “vila Diogo”, uma das pioneiras do ramo na cidade de Fortaleza. Segundo o editorial sobre a vila: “existe uma vila operária, cuja as casas são alugadas aos operários a 24\$000 e 35\$000 mensais”.<sup>108</sup> Em primeiro momento, podemos observar como o jornal modificou o tom do discurso, quando foi proibido de realizar o inquérito de dentro do estabelecimento fabril do grupo Diogo Siqueira. Em segundo, cabe ressaltar que a vila operária descrita pelo jornal, no entanto, não abrigava operários somente da

<sup>105</sup> **A Razão**, 22 de agosto de 1931. Fortaleza. Pagina 3. Além disso, ver o artigo ‘‘A Legislação no campo da habitação popular em Fortaleza.’’ De Margarida Andrade.

<sup>106</sup> Os relatos nos inquéritos não demonstram as informações necessárias para que possamos precisar exatamente a quantidade de vilas e casas ligadas a indústria têxtil. Mas, segundo pesquisa de Margarida Andrade (2022, p. 106) Fortaleza contava com 8 vilas operárias ligadas a indústria têxtil

<sup>107</sup> **O Legionário**, 11 de mar. De 1933. Edição 2 página 4.

<sup>108</sup> **O Legionário**, 1 de abril de 1933. Edição 5 página 4.

“Ceará Industrial”, mas trabalhadores das diversas outras fábricas têxteis que pertenciam ao grupo Diogo Siqueira.

Figura 4 – Vila Diogo 2023



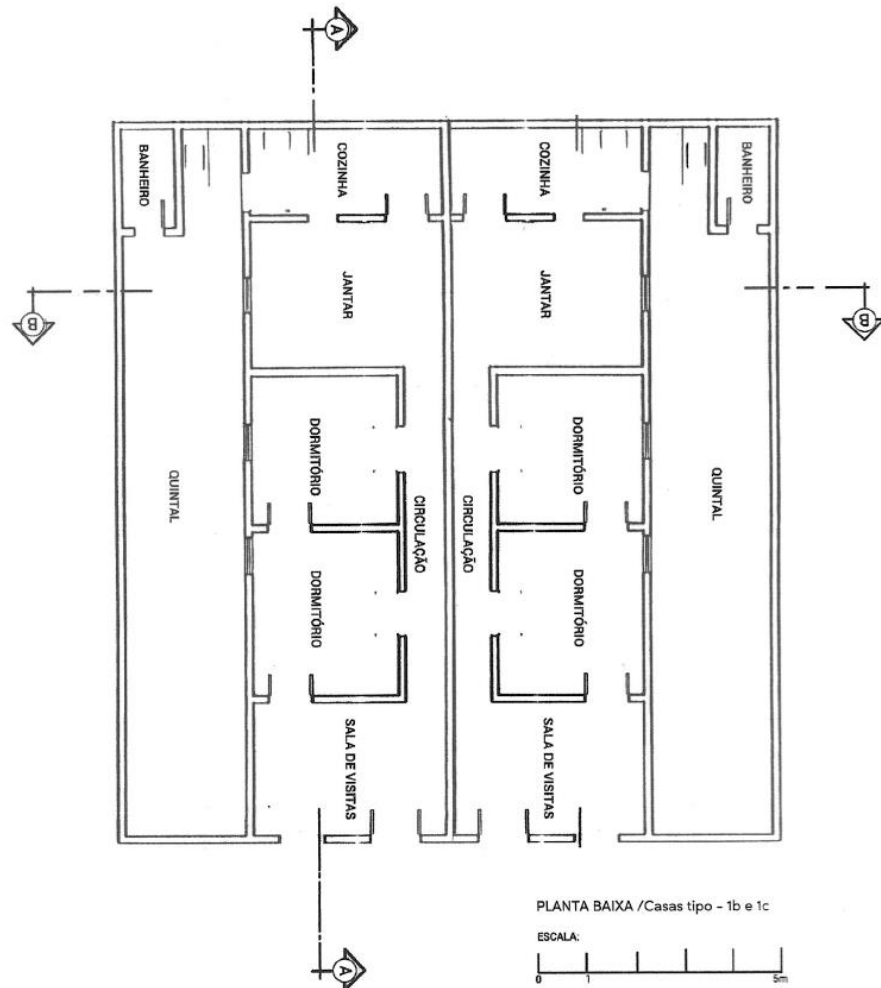
Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Vila+Diogo+-+Centro,+Fortaleza+-+CE,+60035-020/@-3.7294032,-38.5357512,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x7c749af31a466cf:0x9986867bfcc6b41e!8m2!3d-3.7294032!4d-38.5357512!16s%2Fg%2F1ymwptp88?entry=tту>>. Acesso em: 20/08/2023.

A figura acima é atual, referente ao ano de 2023. Nela, podemos observar duas casas localizadas na Vila Diogo, no centro de Fortaleza, entre o quadrilátero formado pelas ruas Pedro I e Princesa Isabel e as Avenidas do Imperador e Duque de Caxias. As duas habitações, que resistem à deterioração causada pelo tempo, ainda apresentam características da época de fundação da Vila Diogo. Notemos a semelhança das fachadas das duas casas com o desenho feito pelo Dr. Wilson Jucá, em 1942, apresentado anteriormente. O apontamento do médico não foi claro, apenas se referiu às habitações operárias, com esse estilo de fachada, como “casebres”. Não é possível afirmar, no entanto, que as habitações das vilas operárias eram consideradas “casebres”, mas percebemos como a estrutura de fora das casas reforçava a pouca entrada de ar e de luz, condenada pelos médicos de Fortaleza.

Assim como o grupo Diogo Siqueira, Pedro Filomeno Gomes esteve junto no pioneirismo das vilas operárias, através da fábrica “São José”. De acordo com Margarida Andrade (2022, p. 116), “a vila São José foi iniciada em 1928, a partir da construção de seis pequenas casas para seus mestres. [...] Ela se situa no bairro Jacarecanga, inserida numa área entre a ferrovia e a fábrica”.



Confirmando, mais uma vez, a amplitude da fábrica têxtil de Filomeno Gomes, o jornal *O Legionário* relatou que, em 1933, “o Sr. Pedro Filomeno possui uma vila operária, constante de 80 casas, alugadas a preços baratos. Tem em vista o sr. Pedro Filomeno a construção de mais 70 casas.”<sup>109</sup> Margarida Andrade relata que a vila São José chegou a ter



mais de 200 casas.

Figura 5 – Planta baixa das casas da vila São José  
 Fonte: ANDRADE, 2022, p. 126.

Na imagem acima, observamos a planta baixa de um tipo de casa da vila São José. Diferentemente da vila Diogo, a São José possuía mais de dois tipos de habitação. Nos tipos demonstrados acima, podemos perceber semelhanças e diferenças com a planta desenhada por Wilson Jucá. A fachada das habitações é praticamente a mesma, no estilo “porta e janela”. A estrutura interna é bem semelhante à desenhada pelo médico, no entanto, as habitações da vila

<sup>109</sup> *O Legionário*, 1 de maio de 1933. Edição 9, página 10.

São José detinham uma maior quantidade de cômodos, bem como uma maior quantidade de janelas, que davam para o quintal e facilitavam a entrada de luz e de ar.

Anos mais tarde, contudo, o jornal *O Democrata* viria denunciar o aumento nos aluguéis das casas da vila operária São José. Segundo matéria do ano de 1950<sup>110</sup>:

Trabalhadores da fábrica São José fizeram na reunião do sindicato um veemente protesto contra o ato da direção daquele estabelecimento aumentando arbitrariamente os alugueis das casas da vila São José. Como prova desse ato de exploração exibiram os envelopes em que recebem as férias, nos quais aparece o desconto feito com relação aos alugueis. Afirmaram os trabalhadores que não se justifica a elevação feita principalmente se tiver em conta que o fornecimento da água foi cortado há algum tempo, tendo, portanto, os inquilinos que aumentar as despesas.

Ou seja, além do aumento dos aluguéis, a direção da fábrica têxtil São José cortou o fornecimento de água para as casas da vila operária, comprometendo o salário desses trabalhadores, sua higiene e a das suas habitações, e “terminou” fortalecendo o ambiente propício à propagação da tuberculose.

No dia seguinte, em 12 de abril de 1950, o jornal continuou a denúncia sobre o aumento dos aluguéis. “Indignados os operários da São José” foi o título que abriu uma matéria para relatar o “injustificável” aumento. De acordo com o jornal<sup>111</sup>:

Trabalhadores da fábrica de tecidos São José estiveram em nossa redação afim de protestar contra um ato injustificável do sr. Pedro Filomeno Gomes. Afirmaram eles que os operários que residem nas casas da vila São José, pertencente a fábrica, tem sido vítimas de várias medidas revoltantes adotadas pelo sr. Filomeno. A primeira medida adotada foi a suspensão do abastecimento de água. O corte foi feito sem que se desse qualquer satisfação aos trabalhadores, os quais viram aumentadas as suas despesas com a compra de água para beber e para os serviços domésticos. A medida mais revoltante veio agora. Os alugueis das casas foram arbitrariamente aumentados pelo sr. Pedro. O aumento de 20.000 mensais. Também desta feita os trabalhadores não receberam qualquer satisfação. Souberam do aumento porque todos eles, no sábado, sofreram um desconto maior em seus salários. Só então lhes explicam que os alugueis haviam subido. Acrescentaram os trabalhadores que o aumento não se justifica. Não passa de mais uma medida de exploração contra eles. A fábrica paga salários miseráveis e assim mesmo faz tudo para que o dinheiro volte para as mãos do sr. Filomeno. Aumentando os alugueis o “benemérito” não faz mais do que tornar mais acentuada a miséria que sofrem os trabalhadores. Nenhuma melhoria foi feita nas casas para justificar este aumento. Pelo contrário as casas tornam-se cada dia piores. Não apenas cortaram a água como se recusam os dirigentes da fábrica a realizar qualquer conserto nos prédios.

Neste relato mais detalhado sobre o aumento dos aluguéis, devemos dar atenção a alguns pontos: o jornal revela que os operários buscaram a redação a fim de denunciar o aumento, o que demonstra confiança por parte dos operários com o jornal. Acreditamos, também, que o consumo de água, por parte dos operários, foi reduzido a partir do corte, e tal

<sup>110</sup> *O Democrata*, 11 de abril de 1950. N° 1024.

<sup>111</sup> *O Democrata*, 12 de abril de 1950. N° 1025

situação comprometia diretamente a saúde desses trabalhadores. Uma informação, apontada pelos têxteis como forma de descredibilizar o aumento dos aluguéis, era o estado das habitações que, segundo os operários moradores da vila, não recebiam melhorias e estavam “cada dia piores”. Ou seja, podemos inferir que a situação estrutural das habitações era insuficiente para garantir aspectos saudáveis para esses operários têxteis.

Três anos após a denúncia contra os patrões da São José, *O Democrata* produziu outra acusação sobre o “suplico da sede”, daquela vez contra os patrões da Santa Cecília. De acordo com o periódico, os operários têxteis, residentes da vila operária de propriedade da fábrica Santa Cecília, estavam sendo perseguidos pelo “carrasco” Dante Bunorandi. Ao discutir as consequências da ação tomada pelo dirigente da fábrica, relatou que: “Em (ilegível) da falta de água, os aparelhos sanitários não podem ser higienicamente tratados, resultando disso uma fedentina que começa a prejudicar os moradores. Mas não é só. Falta água para baldeação das casas, para o banho das crianças. Os trabalhadores não podem compra-la” (O DEMOCRATA, 21 de nov. de 1953). Desse modo, o jornal demonstrava, na prática, como o corte de água influenciava na vida cotidiana dos operários têxteis.

Por conseguinte, as próprias vilas, que “deveriam” fornecer habitações abaixo do valor de mercado para os operários, eram alvos de críticas e de denúncias. *O Democrata*, em 17 de junho de 1950, chamou o empreendimento de “Vilas Operárias para gente rica”, ao expor os preços abusivos cobrados em aluguéis das habitações operárias: “O anúncio falava também do preço dos alugueis, para os associados do Instituto, 230,00 por mês, para os não associados, 270,00. Agora perguntamos: é possível a um operário alugar uma dessas casas, abandonar sua choupana infecta e sem conforto?” (O DEMOCRATA, 1950, p. S.N). Ao fazer tal denúncia, o jornal demonstrou que, na prática, as vilas operárias não eram tão acessíveis aos operários como se vendiam ser. A principal reclamação era sobre os altos aluguéis, que comprometiam os baixos salários. Nesse sentido, o próprio jornal questiona: como os operários poderão buscar moradias de melhor qualidade com os preços dos aluguéis tão elevados? Ficariam à mercê de suas habitações insalubres, como a própria matéria destaca. O jornal referiu-se às moradias dos operários como choupanas, que têm como significado: “casa muito simples, rústica, com o telhado de palha ou sapê, geralmente feita em madeira”, o que, por si só, demonstrava a precariedade das moradias. Além disso, fez questão de ressaltar a qualidade dessas casas adjetivando como “infectas e sem conforto”.

Dessa forma, sabemos que as vilas operárias não eram a regra do modo de habitar dos operários têxteis de Fortaleza. Mesmo em expansão, e chegando a contar com mais de 500 habitações (ANDRADE, 1990), as vilas não comportavam o grande contingente de operários

têxteis. Fosse pelo grande número de trabalhadores, fosse pelo valor do aluguel. Nesse caso, podemos observar como esta situação foi refletida na prática. Em 28 de outubro de 1953, o jornal “O Democrata” esteve presente numa audiência entre “patrões e operários”, na Justiça do Trabalho, para cobrir um dissídio coletivo e o aumento de salários dos operários têxteis.

Os patrões estavam representados pelo advogado Lauro Maciel, que buscou contrargumentar os relatos dos operários, estes representados pelo presidente do sindicato de fiação e tecelagem, Raimundo Lopes Gondim. De acordo com a matéria:

Mais adiante tentando contestar as alegativas do Sindicato de que os têxteis passam fome, moram em residências distantes, anti-higiênicas e anti-humanas, residências muitas vezes encravadas nos morros e atoladas nas areias, o advogado Lauro Maciel declarou, sem nenhuma cerimônia, que essas afirmativas eram levianas e demagógicas, uma vez que os patrões haviam construído casas para os trabalhadores e além disso estão pagando um salário que corresponde satisfatoriamente a capacidade de produção de cada um. (O DEMOCRATA, 28 out. de 1953)

Logo em seguida, veio a resposta do jornal “O Democrata” às alegações de Lauro Maciel:

Na verdade, não há nenhum exagero nas afirmações do Sindicato. No tocante as casas residenciais, basta que se diga que elas não ultrapassam de 500. Enquanto existem cerca de 6.000 trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem. Isto significa que 5.500 operários moram em barracos de palha, em bairros distantes, principalmente nos bairros do Pirambu e nos areas do Coqueirinho (O DEMOCRATA, 28 de out. de 1953).

Ou seja, os patrões buscavam justificar as habitações insalubres, nas quais habitava a maior parte da classe operária têxtil de Fortaleza, com a construção das vilas operárias. É evidente, no entanto, a insuficiência dessas vilas. Mais de 90% dos operários têxteis continuavam habitando “barracos de palha”, ou de taipa, e “choupanas”, e estavam à mercê da tuberculose nessas habitações anti-higiênicas.

Além disso, outro problema era denunciado pelos operários têxteis, por meio do jornal: os patrões negavam-se a reformar ou a ajustar problemas que apareciam nas casas das vilas operárias. Em matéria, o jornal dispara:

[...] os operários afirmam que a direção da fábrica recusa-se a mandar consertar as casas da vila que construiu e onde residem muitos operários. O aluguel das casas é descontado em folha, mas se cair uma parede ficará eternamente no chão, pois a direção da fábrica não fará o reparo. Quer que o inquilino faça o serviço esquecendo que o inquilino é seu empregado e que ganha a ninharia de 11,60 por dia. Se já não pode comprar nem o almoço, como poderá o operário pagar o conserto de uma casa? (O DEMOCRATA, 1950, p. 3).

A deterioração das habitações contribuía para o ambiente insalubre em que moravam os operários têxteis. Segundo a matéria, a “direção da fábrica” empurrava, aos

inquilinos – que também eram os operários da fábrica –, a responsabilidade sobre a reforma e sobre os ajustes nas estruturas das casas da vila. Como a legislação não atribuía isso aos empresários ou aos operários, os patrões, em vantagem, delegavam a incumbência aos têxteis. A reclamação dos trabalhadores, mais uma vez, envolvia os parcos salários que recebiam.

## 5 CONCLUSÃO

A História da Saúde e das Doenças, hoje um campo consolidado, vem ganhando diversos aspectos referentes às variadas temáticas. Na pesquisa apresentada aqui, observamos uma relação entre este campo e o campo da História Social do Trabalho. Ao buscarmos, no cotidiano do operário têxtil de Fortaleza, as condições que corroboravam para o adoecimento e a morte por tuberculose, utilizamos o vínculo entre essas duas áreas. Se, por um lado, a História da Saúde e das Doenças nos ajuda a entender como a tuberculose foi “construída” a partir da visão médica, e o seu impacto social na cidade, por outro, a História Social do Trabalho colabora com outra visão: a do operário têxtil. Esse trabalhador, que enxerga a tuberculose a partir de outra perspectiva, apresenta também outros discursos. Estes para os quais a História Social do Trabalho tem dado ferramentas de compreensão, em especial pela perspectiva de “classe social”.

Nesse sentido, buscamos compreender como as condições de trabalho, a alimentação e as condições “do habitar” desses operários têxteis de Fortaleza facilitaram o processo de adoecimento pela tuberculose. Nesse caso, observamos que a alta carga horária, enfrentada diariamente, a carência de alimentação básica e as habitações insalubres, entre esse grupo, foram elementos definidores no que consiste ao adoecimento por tuberculose. O discurso médico procurou demonstrar como esse “combo” refletia e corroborava o adoecimento por tuberculose, enquanto o discurso operário visava a denunciar a exploração, a fome e os alugueis que assolavam o cotidiano dos trabalhadores têxteis de Fortaleza.

É possível observar que a doença estrutura, desestrutura e reestrutura sociedades, como afirmou Nascimento (2005). De acordo com Diego Armus (2007), a presença da tuberculose, em Buenos Aires, garantiu uma série de novos marcos na cidade: “la ciudad cada vez más medicalizada, los temores al contagio, la entrada del Estado em la esfera personal, los empeños de atención, regulación e moralización de las masas urbanas, la sociabilidad, el sexo, los hábitos cotidianos, la vida familiar” (ARMUS, 2007, p. 16).

No caso de Fortaleza, podemos analisar como a tuberculose esteve relacionada ao cotidiano dos operários têxteis, tanto no período de trabalho, como fora dele. Nesse sentido, buscamos apresentar duas falas essenciais sobre a construção da ideia que formou essa relação: a dos médicos, representada por um caráter técnico-científico, disciplinador, em vistas à modernização da cidade; e a dos operários têxteis, que detinha um caráter de denúncia sobre a exploração vivenciada no cotidiano da fábrica têxtil, nos péssimos salários, na fome, etc.

Os dois aspectos levam-nos a um caminho: o adoecimento e a morte pela tuberculose, presente na história dos operários têxteis de Fortaleza, especialmente nos anos de 1933 a 1960. A partir disso, buscamos evidenciar como a doença esteve presente na fábrica, na (má) alimentação e nas habitações desses trabalhadores. Um ciclo vicioso permutado pela exploração do capital cearense, que buscava o lucro e fornecia doença.

O trabalho insalubre foi o primeiro ponto a ser explorado. Quando intencionamos falar sobre as condições de trabalho dos operários têxteis de Fortaleza, seriam questões higiênicas relacionadas ao ambiente de trabalho. No entanto, os questionamentos às diversas fontes, tanto as médicas quanto a imprensa operária, apresentaram respostas que evidenciavam aspectos como os salários e a carga horária (exploração). Tais fatores eram pontos importantes no processo de adoecimento pela tísica.

Nesse sentido, os médicos discursaram sobre as condições de vida da classe operária de Fortaleza. Explicitaram que a forma de industrialização, sem regulamentação do Estado em Fortaleza, as péssimas condições de moradia e a má alimentação, garantidas pelos poucos salários, contribuíam de forma direta e indireta para o adoecimento dos operários têxteis da cidade. No entanto, foram poucos os que tocaram na raiz do problema quando forneciam ideias de controle e combate à tuberculose.

O ambiente insalubre de trabalho foi fator preponderante no adoecimento por tuberculose. O *Legionário* afirmou que diversas fábricas têxteis não cumpriam requisitos básicos de higiene e acabavam por prejudicar a saúde dos operários. Nesse sentido, n' *O Democrata*, podemos observar as denúncias variadas sobre o ambiente anti-higiênico ao qual estavam expostos. Os relatos sobre lixo espalhado, banheiros sujos, poeira à solta e almoços em locais “imundos” são alguns que podemos citar.

Visando o lucro, os patrões buscavam formas de garantir a presença dos operários têxteis nas fábricas o maior tempo possível, o que podia chegar a 16 horas diárias, comumente vigiadas, a fim de garantir o trabalho quase ininterrupto desse operário. A liquidação física pelo cansaço era presente. De acordo com Maria Alice Rosa Ribeiro: “Alguns aspectos da insalubridade dominante nas fábricas tinham origem no próprio processo de trabalho, na própria transformação da fibra do algodão em fio e em tecidos particulares à fábrica de fiação e tecelagem. Eram os operários dessas fábricas os que mais sofriam sua ação nociva” (RIBEIRO, 1988, p. 124). Ou seja, a fábrica têxtil, “por si só”, já garantia um ambiente insalubre, sendo hostil à presença do operário e hospedeiro ao *bacilo de Koch*.

Tal ambiente era “piorado” quando os operários, adoecidos de tuberculose, eram obrigados a trabalhar. Aqui, ressaltamos a denúncia de operários que vomitavam sangue em

cima das máquinas. Ora, a presença do bacilo de Koch, agente causador da tuberculose enquanto doença que se propaga pelo ar através de espirros, tosse etc., era inevitável, o que garantia que a cadeia de contágio e de adoecimento continuasse em pleno andamento dentro das fábricas têxteis.

O “combo” situacional do trabalho do operário têxtil, nas fábricas de Fortaleza, era, então, caracterizado por: uma carga horária elevada, cansaço físico, ambiente de trabalho insalubre, trabalhadores doentes alastrando a bactéria da tuberculose, etc. É difícil não conseguir imaginar a presença da tuberculose diante de tal cenário, especialmente quando somada às condições de vida do operário fora da fábrica têxtil. Nesse sentido, tornou-se importante analisar tais condições, ressaltadas pelos médicos fisiologistas em duas: a alimentação e as habitações.

A alimentação tornou-se palco de debates mais acalorados, no Brasil, a partir da década de 1930. No meio médico, o tema era visto como fundamental para garantir a saúde do povo brasileiro e, conseqüentemente, melhores índices concernentes à área da saúde. Além disso, a ideia de uma alimentação racional, que seria a solução para a tese da ignorância alimentar da população brasileira, corroborou para o fortalecimento dos estudos das práticas alimentares em território brasileiro (BEZERRA, 2012). De acordo com Marcela Fogagnoli (2021):

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo interesse de diversos intelectuais pelas questões alimentares no Brasil. Foi também nesse momento que surgiram as primeiras medidas do governo no sentido melhorar as condições de vida dos trabalhadores através de políticas públicas de alimentação. Entre elas podemos citar a instituição do salário mínimo, a criação do Serviço Central de Alimentação e, sobretudo, a criação do SAPS. Como vimos, a implementação dessas e de outras políticas estatais de melhoria das condições de alimentação da população foram fruto de uma conjunção entre o saber dos intelectuais e a força da máquina estatal. (FOGAGNOLI, 2021, P.3)

Ou seja, a alimentação da população em geral entrava no rol de preocupações conjuntas entre governo e intelectuais da área da saúde. Num contexto de “Era Vargas”, essa preocupação se expandia para a classe trabalhadora, que gozaria de algumas políticas efêmeras, como o SAPS, e outras duradouras, como a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Desta maneira, os médicos cearenses, através da revista *Ceará Médico*, ao escreverem artigos sobre a tuberculose em Fortaleza, destacaram a alimentação precária da classe operária como fator fundamental no processo de adoecimento. A classe médica cearense idealizava uma cidade “moderna” e “civilizada” e, para tal, era necessário erradicar as mais variadas doenças que atracavam na Terra da Luz. Nesse sentido, argumentavam que:



[...] a mais elementar lógica simplista nos faz compreender que num ambiente malsão, com alimentação inadequada, todo organismo enfermo completará o quadro necessário para impedir o completo desenvolvimento das faculdades de trabalho e obrigará a parada forçosa ou à má quantidade e qualidade de seu rendimento. Os povos atrasados, como o nosso, em que os ricos não comem bem, apesar de suas riquezas, porque não sabem como fazê-lo e os pobres comem muito mal porque não tem com que, nem sabem comer bem, são o campo mais propício para demonstrar a verdade da afirmação. (CEARÁ MÉDICO, jun. jul. de 1942, p. 2.)

Observamos, então, como os médicos enxergavam a alimentação como um dos pontos-chaves para o desenvolvimento do ser humano e, por conseguinte, o desenvolvimento da nação. Com trabalhadores saudáveis, o progresso seria possível. Vimos, no entanto, que a visão médica sobre a alimentação da classe operária de Fortaleza era bastante racional, no sentido de organizar essa alimentação a partir de cálculos. Tal perspectiva não levava em consideração fatores fundamentais, como a exploração vivenciada pelos trabalhadores fortalezenses, por exemplo.

Nessa perspectiva, Wagner Emmanoel Santos (2014), sobre a alimentação dos operários têxteis de Sergipe, demonstrou que:

Apesar do crescimento dos preços e da variedade dos produtos alimentícios, as autoridades competentes estavam preocupadas com o consumo da população carente que era considerada pouco informada e tendo um baixo poder de aquisição. Então, seja pela força, seja pela via pedagógica, era necessário esclarecer o povo sobre qual seria a alimentação adequada. Os higienistas visitavam as feiras e os mercados, olhando os comerciantes e o público consumidor. As crianças também eram uma preocupação: restringia-se às gulodices entre as refeições, o chá, o café e até as bebidas alcoólicas, optando assim pelo consumo de verduras, frutas e a ingestão de leite. O interior das indústrias acompanhava o mesmo ritmo de inspeção. Os operários tinham que, na refeição do trabalho, evitar as frituras, os molhos apimentados, rabanadas, pastéis, batatas fritas, entre outros. A maioria dos indivíduos trazia de casa a marmita e almoçava em péssimas condições higiênicas, pois as fábricas sequer tinham refeitórios. (SANTOS, 2014, p. 113)

Ou seja, a classe médica, de maneira geral, desvalorizava questões relacionadas ao poder de compra dos operários têxteis, por exemplo, reafirmando a “ignorância” das classes pobres sobre uma alimentação saudável, e propondo medidas controladoras sobre o que os trabalhadores comiam.

Por outro lado, os operários relacionavam, diretamente, o estado de fome no qual viviam, aos baixos salários recebidos, bem como ao aumento nos preços dos alimentos. De acordo com *O Democrata* (1953): “As fábricas de tecidos de Fortaleza arrancam a última gota de energia dos trabalhadores e em troca lhes dão apenas doença, fome e miséria”. E complementa a matéria com a fala de um operário da fábrica “Progresso”, que disse: “Ele só quer mesmo que a gente se acabe no trabalho e, quando estamos tuberculosos, manda-nos para o Instituto” (O DEMOCRATA, 14 de nov. de 1953).

Isso demonstra a falta de consonância entre os dois discursos apresentados. De um lado, os médicos, que buscavam acabar com a fome dos operários a partir de uma concepção “mais científica”, evitando o adoecimento por tuberculose e outras moléstias. Do outro, os operários, que viviam uma realidade de miséria, fome e tuberculose na prática. Sem poder se alimentar de forma adequada, ou, muitas vezes, se alimentar de maneira geral, tornavam-se organismos frágeis e mais suscetíveis ao adoecimento por tuberculose.

Ademais, outro infortúnio, vivenciado pelos operários têxteis, diz respeito às habitações onde moravam. Ao falarmos da forma de habitar desses trabalhadores, constatamos que ou habitavam em residências das vilas operárias ou residiam em outros tipos de locais insalubres existentes pela cidade de Fortaleza. Nesse sentido, mais uma vez, os discursos divergem. Enquanto os médicos condenavam, veementemente, as habitações operárias (excluídas as vilas operárias), os trabalhadores têxteis “optaram” por uma comunicação de denúncia, ao atrelarem o discurso das habitações aos altos aluguéis e aos baixos salários.

Desde meados do século XIX, os médicos brasileiros criminalizavam as habitações das classes pobres (CHALHOUB, 2017). Tal pensamento foi fortalecido com o tempo e respaldado pela ciência por meio dos preceitos sanitaristas e higienistas, que adentraram o século XX. Em vista disso, o Estado brasileiro passou a legislar sobre as habitações e os médicos passaram a propor diversas regras e condutas a serem seguidas, principalmente pelas classes pobres.

Um exemplo prático desta ferramenta, em Fortaleza, foi publicado na revista *Ceará Médico*, quando o médico Hyder Correia Lima e o engenheiro sanitário Heitor de Oliveira Albuquerque sugeriram como deveria funcionar o “papel da engenharia sanitária nos serviços de saúde pública” (CEARÁ MÉDICO, maio de 1940, p. 34). Um dos pontos apresentados pelos especialistas discorria sobre as habitações operárias: “V – Incentivar a construção da casa proletária, facilitando a aquisição de terrenos, projetos, abolição ou redução de taxas, etc. tendo sempre em vista as necessidades e condições do Nordeste” (CEARÁ MÉDICO, maio de 1940, p. 35).

Como explicação para tal proposição, os peritos revelaram que:

[...] sem falar no assunto do obituário, no qual a tuberculose – que encontra na casa insalubre tão impressionantes condições de disseminação – tanto em Fortaleza, como em todas as grandes cidades brasileiras, figura como a primeira causa de morte, apresentando coeficientes aterradores. Dai lembrarmos ser adotada, sem reservas, uma política que facilite o mais possível a aquisição de terrenos, a obtenção de projetos, a abolição ou redução de taxas, etc. (CEARÁ MÉDICO, maio de 1940, p. 36).

A preocupação dos médicos em definir uma política que facilitasse o acesso dos operários a habitações com condições salubres não era sem razão, visto que a maior parte da classe operária têxtil de Fortaleza habitava em residências ditas de “taipa”, choupanas, etc., como demonstrado anteriormente. A presença do *bacilo de Koch*, nessas habitações insalubres, era certa. Para este tipo de habitação, o discurso operário, nas fontes que utilizamos, é quase inexistente, principalmente no que diz respeito às questões de higiene. É provável que tal apagamento seja intencional, na medida em que residências consideradas insalubres eram alvo das fiscalizações do Estado, podendo até serem demolidas.

Posteriormente à análise desses tipos de habitações operárias, adentramos num modelo de residência bastante característico do século XX: as Vilas Operárias. A formação das vilas acompanhou o processo de industrialização e fez parte da expansão urbana de Fortaleza, especialmente a partir dos anos de 1920 (ANDRADE, 2020). Hoje, grande parte dos estudos referentes a esse tipo de habitação encontra-se na área do dito “patrimônio industrial”. De acordo com Melo e Diógenes (2020, p. 4):

Atualmente, o patrimônio industrial atravessa a esfera da dinâmica urbana: em decorrência do processo de desindustrialização e obsolescência de instalações físicas, muitos exemplares encontram-se vulneráveis, sujeitos ao abandono - formando grandes áreas de vazios urbanos, e à demolição - sobretudo em áreas que despertam o interesse do capital imobiliário. Considerando-se que as formas históricas de morar são exemplos dos processos de transformação na dinâmica urbana de diferentes períodos econômicos - inclusive do período industrial, as vilas operárias encontradas nas cidades brasileiras são exemplos das modificações urbanas e sociais da virada do século XIX para o XX (Nexo Jornal, 2019), uma vez que sua recorrência relaciona-se diretamente ao crescimento da população de trabalhadores fabris, e legitima-se nas questões de salubridade e higienismo urbanos.

Nesse sentido, compreendemos as vilas operárias como parte do processo de consolidação da indústria têxtil de Fortaleza, que necessitava garantir certo controle sobre o trabalhador. Segundo Edgar Decca, a tentativa era de “moralizar” e disciplinar esses trabalhadores, por meio de diversos dispositivos, como os baixos salários e as próprias vilas operárias, além de “estratégias diferenciadas e táticas insidiosas para submeter o trabalhador aos imperativos da produção” (DECCA, 1983, p. 50).

Como demonstramos durante o terceiro capítulo, não eram todos os operários que tinham acesso às residências da vila operária, pelo contrário, a grande maioria continuava habitando barracos e choupanas. A partir disso, pudemos observar as reclamações dos operários têxteis sobre as habitações das vilas, que giravam em torno dos altos aluguéis e, em menor medida, sob o acesso a essas casas e suas estruturas. *O Democrata* transmitiu diversas dessas reclamações. A seguir, o relato de um operário da fábrica têxtil Santa Cecília:

(Operário) – Nós trazemos nosso almoço de casa. Em geral saímos de nossas residências às 9 horas da manhã, porque a maioria quase absoluta dos trabalhadores da fábrica moram em bairros distantes.

(Jornal) – E essas casas novas que estão sendo feitas não são para os trabalhadores da fábrica? – insistimos.

(Operário) – Dizem que são. Mas o certo é que ninguém pode morar nelas. Quem é que pode pagar 150,00 mensais pelo aluguel ganhando um salário que as vezes não atinge sequer 600,00 por mês? (O DEMOCRATA, 4 de jul. de 1953, nº 2013)

Ou seja, mesmo com a tentativa de manter o operário têxtil sob controle, a partir da residência desses trabalhadores em habitações ligadas à fábrica, vemos que tal investida não foi bem sucedida em Fortaleza, já que as vilas operárias abrigavam um número bem abaixo desses trabalhadores. Dessa forma, constatamos que a maior parte da classe operária têxtil de Fortaleza, durante os anos de 1930 a 1958, continuou habitando residências precárias, com altos níveis de insalubridade.

Entendemos, portanto, que a classe operária têxtil fortalezense sofreu com a exploração patronal, a partir de diversos mecanismos utilizados para manter o controle desses trabalhadores. Nesse sentido, como consequência dessa exploração, a tuberculose atingia fortemente os operários e as operárias, bem como as suas famílias.

Buscamos analisar os três aspectos definidos nos capítulos – trabalho, alimentação e habitação –, mas tendo ciência que tais elementos foram definidos pelos médicos como o “combo” facilitador da ação da moléstia. É provável que, se os operários tivessem que designar os elementos “causadores” da tuberculose, elencariam outros diferentes dos médicos. Por isso, nossa tentativa foi demonstrar os dois discursos sobre a doença. Enquanto os médicos comunicavam elementos ditos científicos, focando nos números, balizados pela ideologia da higiene, os operários têxteis apoiaram-se na imprensa operária, para reclamar e denunciar as condições de miserabilidade nas quais viviam.

A partir dessas considerações e discursos, compreendemos como o cotidiano do operário têxtil de Fortaleza, durante os anos de 1930 a 1958, que fortalecia o adoecimento pela tuberculose, especialmente considerando o trabalho, a alimentação e as habitações dessa classe.

## LISTA DE FONTES

O Democrata (Fortaleza/CE 1946 – 1958)

O Legionário (Fortaleza/CE 1933)

A Razão (Fortaleza/CE 1929 – 1938)

Revista Ceará Médico (Fortaleza/CE 1915 – 1950)

Atas do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza (Fortaleza/CE – anos diversos)

Decreto 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Acesso em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>

POMPEU, Thomaz. Importancia da vida humana como factor da riqueza. O desenvolvimento da população de Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. **Revista da Academia Cearense de Letras**. Fortaleza, 1896, p. 15-45.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Julia F. S. **Onde moram os operários**: vilas operárias em Fortaleza: 1920-1945. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2022.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Onde moram os operários? Vilas operárias em Fortaleza**: 1920-1945. 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará**: o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950. Fortaleza: UFC; Stylus Comunicações, 1989. (Projeto História do Ceará: política, indústria e trabalho).

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer**: 120 anos da Indústria Têxtil no Ceará. Fortaleza, CE: Sinditêxtil; FIEC, 2002.

ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. **Em busca dos direitos**: lutas e resistências do operariado têxtil cearense (anos 1940-1960). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ARMUS, Diego. **La ciudad impura**: Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950. 1. ed. Buenos Aires: EDHASA, 2007.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A cidade dos tísicos: uma história da tuberculose e dos tuberculosos em Fortaleza entre os anos de 1890 e 1950. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BESKOW, Gabriela Carames. Os intelectuais e o ministério da revolução: o boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas (1934 - 1937). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

CARNEIRO, Henrique Soares. COMIDA E SOCIEDADE: SIGNIFICADOS SOCIAIS NA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, n. 1, p. 71-80, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CONSTRUÇÃO. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Chico Buarque de Hollanda. In: CONSTRUÇÃO. Intérprete: Chico Buarque. Brasil: Philips Records, 1971. 1 disco vinil, lado A, faixa 4, (6 min).

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 2014, p. 81-111.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: a fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, set. de 1983.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

FOGAGNOLI, Marcela. Intelectuais e educação alimentar: o serviço de alimentação da previdência social e a construção de um discurso sobre alimentação no Brasil. In: ANPUH-BRASIL - 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2021, Rio de Janeiro. **ANPUH-Brasil - 31º Simpósio Nacional de História**. [S. l.: s. n.].

GARCIA, Ana Karine Martins (org.). **Catálogo Revista Ceará Médico**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 96 p.

GARCIA, Ana Karine Martins. CEARÁ MÉDICO: Análise e estudo da revista do Centro Médico Cearense (1913 a 1935). In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013.

GOMES, Francisco Alexandre. **Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de

Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

GONÇALVES, Helen. **A tuberculose ao longo dos tempos**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2000, v. 7, n. 2 [Acessado 20 junho 2022], pp. 305-327. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300004>. Epub 19 maio 2006. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300004>.

GURGEL, Cristina. **Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos**. São Paulo: Contexto, 2010.

KRILOW, L. S. W. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, v. 12, n. 1, p. e33745, 4 out. 2019.

LEE, Sangheon *et al.* **Duração do Trabalho em Todo o Mundo: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada**. 1. ed. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2009. v. 1. ISBN 978-92-2-819311-4; 978-92-2-819312-1 (web pdf).

LEITE, Ana Cristina Martins. **O Democrata – O jornal do PCB no Ceará – Da abertura Política (1945) à volta a ilegalidade (1947)**. 1990. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p.111-153.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tuberculose**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/tuberculose>. Acesso em: 25 jun. 2022.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Fundação Atauilho de Paiva (Liga Brasileira Contra a Tuberculose): um século de luta**. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do Século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Juliete Castro. Gênero e tuberculose: a mulher e as habitações insalubres de Fortaleza (1930-1950). In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, 3., 2011, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2011.

OLIVEIRA, Juliete Castro. **“MULHERES DE ALCOVA”**: A TUBERCULOSE ENTRE AS MULHERES E AS HABITAÇÕES INSALUBRES DE FORTALEZA (1930-1950). Orientador: Francisco Carlos Jacinto Barbosa. 2009. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2009.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931 - 1937)**. Orientador: Frederico de Castro Neves. 2020. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social 1860-1930**. 5. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2014.

PÔRTO, Ângela. Tuberculose: peregrinação em busca da cura e de uma nova sensibilidade. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). **Uma História Brasileira das Doenças**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2004. p. 91-108.

PUREZA, Fernando Cauduro. **“Isso não vai mudar o preço do feijão”**: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). Orientador: Silvia Regina Ferraz Petersen. 2016. 352 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec, 1988.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, v. 15, n. 2, p. 221-255, 2007.

RODRIGUES, Jaime. Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). **Revista de Estudos Sociais**, n. 33, p. 118-128, 2009.

RODRIGUES, Jaime. Uma história das práticas alimentares de trabalhadores paulistanos em dois momentos do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 527-546, 2011.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Admirável corpo novo: discursos médicos sobre as classes trabalhadoras (Paraíba, 1930 – 1945)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2020.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. **“O paraíso termina quando o trabalho começa”**: cotidiano operário e poder disciplinar na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943 – 1957). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: Dilene Raimundo do Nascimento; Diana Maul de Carvalho. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. 01 ed. Brasília: Paralelo 15, 2004, v. 01, p. 13-30.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.